



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SAULO FELIPE COSTA

**Democracia e Macroeconomia: *eleições e ciclos político-econômicos na América Latina (1994-2011)***

Recife, PE  
2012

**SAULO FELIPE COSTA**

**Democracia e Macroeconomia: *eleições e ciclos político-econômicos na América Latina (1994-2011)***

Dissertação apresentada ao Mestrado em  
Ciência Política da Universidade Federal  
de Pernambuco, para obtenção do grau de  
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcus André  
Barreto Campelo de Melo

**Recife, PE  
2012**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C837d Costa, Saulo Felipe.  
Democracia e macroeconomia : eleições e ciclos político-econômicos na América Latina (1994-2011) / Saulo Felipe Costa. – Recife: O autor, 2012.  
107 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcus André Barreto Campelo de Melo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2012.  
Inclui bibliografia, apêndice e anexos.

1. Ciência Política. 2. Política econômica – América Latina. 3. Macroeconomia. 4. Globalização. 5. Eleições. 6. Partidos políticos – Ideologia. I. Melo, Marcus André Barreto Campelo de (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2013-72)

SAULO FELIPE COSTA

**Democracia e Macroeconomia: *eleições e ciclos político-econômicos na América Latina (1994-2011)***

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcus André Barreto Campelo de Melo – (PPGCP/UFPE)  
Orientador

---

Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto – (PPGCP/UFPE)  
Examinador Interno

---

Prof. Dr. Saulo Santos Souza – (ASCES)  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Gabriela da Silva Tarouco – (PPGCP/UFPE)  
Examinador Suplente Interno

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira Pereira Filho – (FGV)  
Examinador Suplente Externo

*“Penso que só há um caminho para a ciência ou para a filosofia: encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele; casar e viver feliz com ele até que a morte vos separe – a não ser que encontrem um outro problema ainda mais fascinante, ou, evidentemente, a não ser que obtenham uma solução. Mas, mesmo que obtenham uma solução, poderão então descobrir, para vosso deleite, a existência de toda uma família de problemas-filhos, encantadores ainda que talvez difíceis, para cujo bem-estar poderão trabalhar, com um sentido, até ao fim dos vossos dias.”*

*Karl Popper*

*À minha pequena grande família que sempre me apoiou incondicionalmente e à minha amada mais amada pelo amor predestinada, pelos sentimentos compartilhados.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, a quem tenho aprendido a ouvir, e tenho que aprender ainda mais.

Aos meus pais, Paulo e Vilma, por cada segundo dedicado a mim e minha irmã, e por serem os principais responsáveis pelo sucesso que é nossa serena e feliz família. A Paula, por cada momento, triste ou feliz, em cada dia que foi apenas minha irmã. A Cletiane, minha senhorinha dos olhinhos de avelã, por toda doçura que me trouxe, por cada sorriso, palavra, gesto e sonho compartilhado. Agradeço especialmente a Ítalo por toda força e suporte, sempre presente nesta longa e solitária caminhada acadêmica.

Agradeço ao Professor Marcus André, meu orientador, pelas preciosas observações feitas, que enriqueceram em muito minha pesquisa. Ao Professor Ricardo Borges, pelo incentivo e atenção dedicados ao meu trabalho. Assim como à Professora Gabriela Tarouco, pelas importantíssimas contribuições dadas na qualificação de minha dissertação, na qual foi apresentada uma versão preliminar deste trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE, que de forma direta ou indireta contribuíram para minha formação acadêmica. Assim como aos colegas de mestrado, dos quais guardarei sempre boas lembranças. Agradeço à Sra. Zezinha, pelo carinho e dedicação aos alunos do PPGCP.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco, por ter me fornecido os instrumentos para a construção da minha trajetória acadêmica através do Mestrado em Ciência Política. E por fim à CAPES pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo examinar a existência de ciclos políticos eleitorais na América Latina no período democrático recente. Mais especificamente examina-se a influência dos ciclos eleitorais sobre os resultados macroeconômicos latino-americanos no período 1994-2011, que foi marcado pela globalização e pela consolidação da democracia na região. Para tanto, esta pesquisa baseou-se em dados secundários de dezoito países da América Latina – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela – e teve o intuito de verificar se as teorias dos ciclos político econômicos forneceriam uma resposta para o padrão encontrado nestes países no período analisado de 1994 a 2011. Os resultados obtidos pela pesquisa não identificaram influência do período eleitoral sobre as variáveis selecionadas, contrariando as expectativas teóricas do modelo oportunista. No que diz respeito às expectativas do modelo partidário, os resultados não foram conclusivos, sendo significantes apenas em alguns modelos econométricos e para algumas orientações ideológicas. O padrão encontrado aponta ainda uma relevância das variáveis de abertura econômica e variação no preço de *commodities*, indicando que a globalização destas economias vem impactando em seus indicadores macroeconômicos, apontando que a globalização e a integração dos mercados financeiros vêm favorecendo a disciplina fiscal ao punirem estratégias oportunistas.

**Palavras-chaves:** Ciclos político econômicos, macroeconomia, comportamento oportunista, ideologia partidária, globalização.

## ABSTRACT

This dissertation aimed to examine the existence of political electoral cycles in Latin America in recent democratic period. More specifically examines the influence of electoral cycles on macroeconomic outcomes in Latin America in the period 1994-2011, which was marked by globalization and consolidation of democracy in the region. To this end, this research was based on secondary data from eighteen Latin American countries - Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Mexico, Nicaragua, Panama, Paraguay, Peru, Dominican Republic, Uruguay and Venezuela - and aimed to verify the theories if political economic cycles would provide a response to the pattern found in these countries during the period analyzed from 1994 to 2011. The results obtained by the survey did not identify the influence of the electoral period on the selected variables, contrary to theoretical expectations of the opportunistic model. With regard to the expectations of the party model, the results were not conclusive, being significant only in some econometric models and some ideological orientations. The pattern found also indicates a relevance of the variables of economic liberalization and changes in commodity prices, indicating that the globalization of these economies is impacting on its macroeconomic indicators, pointing out that globalization and integration of financial markets has favored fiscal discipline to punish opportunistic strategies.

**Key words:** Political economic cycles, macroeconomics, opportunistic behavior, party ideology, globalization.

## ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1.1.1	Modelos Oportunistas	24
Gráfico 1.1.1	Gráfico analítico explicativo do funcionamento do ciclo político-econômico	28
Quadro 1.1.2	Modelos Oportunistas de Ciclos Político Econômicos Derivados do Arcabouço Teórico de Downs	29
Quadro 1.2.1	Modelos Partidários de Ciclos Político Econômicos	34
Gráfico 1.3.1	Índice de rigidez das instituições orçamentárias dos países Latino-Americanos (1980-1992)	41
Tabela 2.1	Anos Eleitorais dos Países Seleccionados entre 1994 e 2011	47
Tabela 3.1.1	Variação % do PIB - Modelo com Efeitos Fixos	60
Tabela 3.2.1	Percentual da força de trabalho desempregada - Modelo Com Efeitos Fixos	63
Tabela 3.3.1	Taxa de Inflação - Modelo Com Efeitos Fixos	66
Gráfico 3.1.1	América Latina: evolução média do PIB (em %) em anos eleitorais	80
Gráfico 3.1.2	Argentina: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	80
Gráfico 3.1.3	Bolívia: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	81
Gráfico 3.1.4	Brasil: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	81
Gráfico 3.1.5	Chile: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	82
Gráfico 3.1.6	Colômbia: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	82
Gráfico 3.1.7	Costa Rica: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	83
Gráfico 3.1.8	Equador: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	83
Gráfico 3.1.9	El Salvador: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	84
Gráfico 3.1.10	Guatemala: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	84
Gráfico 3.1.11	Honduras: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	85
Gráfico 3.1.12	México: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	85
Gráfico 3.1.13	Nicarágua: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	86
Gráfico 3.1.14	Panamá: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	86
Gráfico 3.1.15	Paraguai: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	87

Gráfico 3.1.16	Peru: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	87
Gráfico 3.1.17	República Dominicana: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	88
Gráfico 3.1.18	Uruguai: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	88
Gráfico 3.1.19	Venezuela: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais	89
Gráfico 3.2.1	América Latina: Evolução média da taxa de desemprego % em anos eleitorais	89
Gráfico 3.2.2	Argentina: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	90
Gráfico 3.2.3	Bolívia: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	90
Gráfico 3.2.4	Brasil: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	91
Gráfico 3.2.5	Chile: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	91
Gráfico 3.2.6	Colômbia: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	92
Gráfico 3.2.7	Costa Rica: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	92
Gráfico 3.2.8	Equador: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	93
Gráfico 3.2.9	El Salvador: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	93
Gráfico 3.2.10	Honduras: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	94
Gráfico 3.2.11	México: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	94
Gráfico 3.2.12	Nicarágua: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	95
Gráfico 3.2.13	Panamá: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	95
Gráfico 3.2.14	Paraguai: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	96
Gráfico 3.2.15	Peru: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	96
Gráfico 3.2.16	República Dominicana: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	97
Gráfico 3.2.17	Uruguai: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	97
Gráfico 3.2.18	Venezuela: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais	98
Gráfico 3.3.1	América Latina: Evolução média da taxa de inflação em anos eleitorais	98
Gráfico 3.3.2	Argentina: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	99
Gráfico 3.3.3	Bolívia: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	99
Gráfico 3.3.4	Brasil: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	100

Gráfico 3.3.5	Chile: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	100
Gráfico 3.3.6	Colômbia: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	101
Gráfico 3.3.7	Costa Rica: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	101
Gráfico 3.3.8	Equador: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	102
Gráfico 3.3.9	El Salvador: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	102
Gráfico 3.3.10	Guatemala: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	103
Gráfico 3.3.11	Honduras: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	103
Gráfico 3.3.12	México: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	104
Gráfico 3.3.13	Nicarágua: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	104
Gráfico 3.3.14	Panamá: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	105
Gráfico 3.3.15	Paraguai: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	105
Gráfico 3.3.16	Peru: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	106
Gráfico 3.3.17	República Dominicana: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	106
Gráfico 3.3.18	Uruguai: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	107
Gráfico 3.3.19	Venezuela: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais	107

## LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
FMI	Fundo Monetário Internacional
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCSE	Panels Corrected Standard Error
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PPC	Paridade do Poder de Compra
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1. EXPLICANDO OS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS</b>	<b>20</b>
1.1 Oportunismo Eleitoral e Desempenho Macroeconômico	22
1.2 Ideologia partidária e Gasto Público	29
1.3 Instituições como constrangimentos ao comportamento oportunista	37
<b>2. APROXIMANDO-SE DO OBJETO DE PESQUISA</b>	<b>45</b>
2.1 Metodologia: hipóteses, operacionalização das variáveis e fontes	48
<b>3. OPORTUNISMO E ELEIÇÕES: Comparando casos na América Latina</b>	<b>54</b>
3.1 Crescimento do PIB, Eleições e Economia Global	55
3.2 Analisando o Desemprego	61
3.3 Inflação, Ideologia e Abertura Comercial	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>71</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>79</b>
<b>Apêndice ao Capítulo 3</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

O surgimento de trabalhos como o de Keynes em 1936, e de Downs ([1957] 1999), assim como a corrente de trabalhos desenvolvidos a partir destes, tiveram impactos significativos na oferta de políticas públicas nas décadas subseqüentes. A teoria keynesiana abriu a “caixa de pandora” do Estado, fornecendo o “roteiro” pelo qual os governantes deveriam agir a fim de promover o crescimento econômico. Aliado a isto, teorias downsianas (Nordhaus, 1975; Hibbs, 1977; Alesina, 1987) apontavam que os partidos implementavam políticas para ganhar as eleições, invertendo a visão comum. Tais políticas tinham o intuito de criar um cenário econômico favorável ao eleitor mediano no período imediatamente anterior as eleições, isto garantiria ao partido governante sua manutenção no poder<sup>1</sup>. Ora, os governantes tinham diante de si a motivação, permanecer no poder, e a forma de fazê-lo, através de políticas keynesianas. Desta forma, proliferaram formas de financiamento ao “déficit” público, por meio da expansão da dívida pública interna, fornecendo o meio para a execução em larga escala de tais medidas com vistas ao crescimento. Logo tal comportamento oportunista dos *policy makers* com a economia, fazendo-a comportar-se em um ritmo não estável no médio prazo, trouxe malefícios aos eleitores, na forma de “conta a ser paga” após as eleições pelo excesso pré-eleitoral.

Um dos temas recorrentes da agenda de pesquisa na Ciência Política diz respeito à relação entre os ciclos eleitorais e o processo de implementação de políticas

---

<sup>1</sup> Cf.: Carey e Lebo (2006).

públicas. A partir do trabalho de Nordhaus (1975), que testou a teoria desenvolvida por Downs ([1957] 1999), sobre as alterações da política econômica, quando da proximidade das eleições e sua reversão quando do fim destas, procura-se identificar regularidades empíricas que permitam uma formulação mais geral do impacto da tomada de decisão dos gastos governamentais sobre o processo de escolhas políticas. A busca para entender como a manifestação das preferências individuais e coletivas impacta a distribuição de recursos públicos fez surgir um campo de pesquisa denominado escolha pública (Buchanan & Tullock, [1965] 1974; Frey, 1983).

Porém, é a partir de Hibbs (1977) que os ciclos político-econômicos passam a incorporar o componente ideológico, inaugurando uma série de abordagens analíticas denominadas “modelos partidários”<sup>2</sup>. A aplicação das teorias de ciclos político-econômicos à realidade latino-americana teve como predominância o uso de variáveis macroeconômicas, e alguns casos se detiveram sobre gastos específicos<sup>3</sup>, ou nos instrumentos de controle à ocorrência de tais ciclos. Adiciona-se o fato de as pesquisas realizadas<sup>4</sup> obterem resultados divergentes, e boa medida destas divergências decorrerem das variáveis utilizadas, dos períodos contemplados ou dos instrumentos de aferição.

Neste sentido, a pesquisa em tela buscou empreender um esforço analítico em torno da pergunta: *as teorias dos ciclos político econômicos são capazes de fornecer uma explicação para o comportamento de variáveis macroeconômicas de países emergentes na América Latina? Teria havido algum ciclo oportunista nestes países no período analisado?* Com a intenção de propor resposta a esta pergunta, foi executada

---

<sup>2</sup> Cf.: Espin-Andersen (1990) e Alesina (1987).

<sup>3</sup> Cf.: Batista (2008).

<sup>4</sup> A exemplo de: Fialho (1997), Preussler e Portugal (2003), Filho (2004), Salvato, Antunes, Araujo Jr. e Shikida (2007) e Lucinda, Avelino e Arvate (2008).

uma pesquisa bibliográfica, identificando os principais achados empíricos destas pesquisas. Foram analisados os modelos oportunistas clássicos e racionais, assim como os modelos partidários clássicos e racionais. Instrumentos de blindagem das políticas econômica e fiscal, da influência nefasta do “calor das urnas”, vem rendendo uma produtiva discussão teórica, que levanta a questão de se haveriam espaços ainda para manobras oportunistas, ou se esta blindagem traria consigo um déficit democrático devido a reduzida capacidade do partido político eleito em implantar na máquina pública suas opções de políticas públicas. Trabalhos listados aqui, fornecem como resposta a criatividade política para conseguir implementar ações oportunistas e burlar regras.

A pesquisa em tela buscou fornecer respostas a esta indagação, que quando aplicadas à América Latina, ainda não preencheu as lacunas deixadas pela escassez de estudos sobre diferentes períodos de ciclos eleitorais. Assim, os estudos das inter-relações dos ciclos eleitorais e políticas públicas têm como ponto de partida o processo de escolhas de eleitores e governantes e seus efeitos sobre a composição dos gastos dos governos. O principal objetivo desta pesquisa foi incluir na análise sobre os ciclos políticos variáveis sobre a globalização, e testar a validade das teorias dos ciclos políticos em explicar o comportamento de variáveis macroeconômicas no período de 1994 a 2011. Através da execução de uma pesquisa empírica, foi abordada a influência dos ciclos eleitorais e da ideologia dos partidos governantes sobre as variáveis de crescimento econômico (variação do produto interno bruto - PIB), inflação e desemprego em dezoito países latino-americanos – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela – utilizando dados secundários.

Pesquisadores analisados, sobretudo os que estudaram os ciclos eleitorais no Brasil<sup>5</sup>, obtiveram resultados que estão longe de encerrar a discussão sobre a validade das teorias dos ciclos político econômicos. No que diz respeito à América Latina, diversos estudos chegaram a resultados díspares<sup>6</sup>, um dos trabalhos mais recente que contemplou as vertentes partidárias e oportunistas de ciclos políticos econômicos, foi o desenvolvido por Borsani (2003), entretanto este autor se reporta a uma série temporal que reflete um momento histórico distinto do abordado aqui, assim como esta dissertação abrange um maior conjunto de países. Adiciona-se ainda o fato do período examinado por Borsani não incorporar o impacto efetivo da globalização e integração dos mercados financeiros, quando se espera que imponham disciplina fiscal, uma vez que os mercados punem estratégias oportunistas com downgrading de ratings pelas agências e elevação das taxas de juro sobre a dívida soberana dentre outras. A partir desta “atualização” empírica, foi possível identificar se os achados desta pesquisa aproximam-se dos encontrados por Borsani há treze anos. Sem a pretensão de fornecer uma resposta definitiva sobre o tema, os resultados empíricos alcançados aqui buscam contribuir para esta discussão.

Esta dissertação está dividida em quatro seções para além desta parte introdutória. A primeira seção versará sobre o arcabouço teórico dos ciclos político eleitorais e está dividida em três subseções, a primeira trata dos modelos oportunistas de primeira e segunda geração, a segunda subseção versa sobre os modelos partidários clássicos e racionais, por fim, a terceira subseção discute os desdobramentos destes modelos e a forma como estas teorias vem contribuindo para o aperfeiçoamento democrático. Os aspectos metodológicos desta pesquisa compõem a segunda seção. Em

---

<sup>5</sup> Para maiores informações, ver: Bacha (1994), Borsani (2001; 2003), Camargos (1999), Fialho (1997), Simpson & Batista (2010), Preussler & Portugal (2003) e Ferreira Neto & Fontes (2005).

<sup>6</sup> Ver: Ames (1977), Remmer (1993); Nieto-Parra e Santisto (2009) e Avelino e Barberia (2010).

seu turno, a terceira seção apresenta alguns resultados empíricos acerca do impacto da eleição e da ideologia do partido governante sobre os resultados macroeconômicos dos países. Na primeira subseção é analisado o crescimento do PIB, a segunda subseção examina o comportamento da variável desemprego, já a terceira subseção mostra o comportamento da taxa de inflação. Por fim, a última seção apresenta algumas considerações sobre os resultados da pesquisa, bem como discute tais achados empíricos confrontando-os com a literatura da área, e amplia o debate analítico do tema para novos questionamentos.

## CAPÍTULO 1

### EXPLICANDO A TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

Parte da literatura acerca de ciclos político-econômicos parte de duas fontes principais de modelos teóricos: o modelo proposto por Downs ([1957] 1999), e comprovado empiricamente por Nordhaus (1975); e o elaborado por Hibbs (1977). O primeiro modelo, denominado de “oportunista”, argumenta que os partidos políticos e os eleitores são racionais em suas escolhas, e buscam maximizar suas funções utilidade e interesse. A famosa frase de Downs (1999: p.50) de que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”, demonstra que o governo intervém na economia a fim de maximizar os votos, e os cidadãos votam no partido que potencialmente pode lhes trazer maiores benefícios, ou inversamente, o que lhe for menos maléfico. Por sua vez, o modelo proposto por Hibbs, no qual o governo seria eleito a fim de realizar políticas públicas em prol de uma clientela específica (os eleitores, a quem o partido representa), recebeu a nomenclatura de “partidário”, por ter as políticas públicas direcionadas para uma fração da população que constitui sua base eleitoral.

Estas teorias mantêm afinidade com as ciências econômicas e com os modelos de simplificação analítica adotados por esta e incorporaram elementos da abordagem de *comportamento utilitarista*, assim como da *teoria da escolha racional*. No entanto, críticas a estas teorias subsidiaram o aprimoramento analítico de ambos os modelos<sup>7</sup>. O

---

<sup>7</sup> Estas críticas serão mais bem discutidas mais à frente.

modelo oportunista recebeu contribuição de Rogoff e Siebert (1988) e Persson e Tabellini (1990), *apud* Borsani (2003), a partir da releitura executada por estes autores do modelo oportunista, onde o eleitor passou a aprender com os ciclos político-econômicos desencadeados pelos governos ao longo do tempo. Por sua vez, o modelo partidário proposto por Hibbs (1977) recebeu significativa contribuição de Alesina (1987), uma vez que, segundo este, não apenas o caráter *partidário* influenciaria os ciclos político-econômicos, mas também o caráter *ideológico*. O posicionamento do partido governante no espectro ideológico agora passava a influenciar os ciclos político-econômicos e a forma deste governo gerir políticas públicas específicas em benefício de determinada clientela, incorporando também o fato de que o eleitor aprende com os ciclos político-econômicos, e este aprendizado influenciará seu cálculo racional.

Em trabalho mais recente Gama Neto (2008) elaborou um *review* da literatura dos ciclos políticos, destacando a variedade de resultados encontrados pelas pesquisas. Por sua vez Borsani (2003) buscou elaborar uma síntese de ambas as correntes teóricas, através de uma investigação empírica dos países latino-americanos. Fialho (1999) destaca as várias *proxies* utilizadas pelos pesquisadores para tentar identificar como os políticos poderiam intervir na economia para ganhar as eleições, os avais incluem desde variáveis de política monetária até mesmo a variação do preço da gasolina quando próximo do período eleitoral. Na primeira seção deste capítulo “*Oportunismo Eleitoral e Desempenho Macroeconômico*” será discutida a primeira geração de modelos de ciclos político-econômicos, os *modelos oportunistas*. A seção posterior “*Ideologia Partidária e Gasto Público*” irá abordar a segunda geração de ciclos político-econômicos, os *modelos partidários*. Finalmente a terceira seção expõe os desdobramentos e os rebatimentos das teorias dos ciclos político-econômicos,

## 1.1 Oportunismo Eleitoral e Desempenho Macroeconômico

O seminal trabalho de Downs ([1957] 1999), sobre o processo de decisão do voto e ação de governos diante da existência de periodicidade eleitoral, deslocou o foco analítico da dinâmica do voto de variáveis valorativas e da “cultura política” para o cálculo de custo-benefício do ato de votar e ser votado; ou seja, para a escolha racional dos agentes. O eleitor, ancorado em uma análise retrospectiva de sua *renda de utilidade* advinda das políticas governamentais, decide entre as alternativas futuras de governo. Neste sentido, é a maximização dos *benefícios líquidos* (ganhos menos custos de sua decisão) que define o voto. Portanto, é importante observar no modelo de Downs que o eleitor não opta entre um conjunto de políticas a serem executadas no período pós-eleitoral, mas entre os *resultados futuros* (esperados) de tais políticas. Assim, “para Downs, então, as principais recompensas de votar surgem de fontes diversas: as diferenças das alternativas sendo consideradas e a preservação do sistema democrático” (Frohlich & Oppenheimer, 1978: p.117). Com isto, o componente ideológico da decisão do voto não se faz presente na abordagem downsiana, e o processo eleitoral esvazia qualquer disputa ideológica entre partidos. Por sua vez, a racionalidade do eleitor, manifesta no *voto retrospectivo*, não desaparece em virtude de restrições ao acesso à informação por parte dos eleitores, pois o processo eleitoral reduz o custo de obtenção de informações (v.g. programas eleitorais) e fornece subsídios à decisão do voto. Além disso, Downs não considera que a assimetria de informação elimine a racionalidade no processo de decisão do voto, porque racionalidade consiste em maximizar sua ação (voto) baseada no conjunto de informações disponíveis, e não na completude de tais

informações. Sobre isto, Borsani explica que Downs considera que “a racionalidade se refere aos meios, e não aos fins” (Borsani, 2003: p. 67).

Por outro lado, este comportamento “oportunista” do eleitor é seguido pelos gestores públicos na definição das políticas a serem ofertadas na proximidade do pleito eleitoral. Visando maximizar receita (votos), o governo procurará equilibrar as ações de modo que “os gastos são aumentados até que o ganho de votos do dólar marginal gasto iguale a perda de votos do dólar marginal financiado.”<sup>8</sup> (Downs, 1999: p. 71-72)

O arcabouço teórico estabelecido em *Uma teoria econômica da democracia* foi testado em Nordhaus (1975) o qual se deteve na taxa de desemprego anual de nove países (Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido), no período de 1947-1972, e as políticas públicas implementadas na proximidade do período eleitoral visando à elevação do nível do emprego. De fato, este autor se concentra no comportamento do poder Executivo ao longo do ciclo de eleições, analisando a ação governamental e a estratégia de manutenção do poder por parte do grupo situacionista com vistas à manutenção de seu ativo eleitoral. A base da análise de Nordhaus segue aquelas estabelecidas por Downs para a ação governamental e os partidos que estão no poder. O Quadro 1.1.1 destaca tais premissas. Todavia, o trabalho de Nordhaus está centrado na utilização dos instrumentos de política monetária (ou seja, por via indireta) para a promoção do crescimento econômico.

---

<sup>8</sup> Uma vez que para os partidos o importante é a manutenção do poder conquistado.

### Quadro 1.1.1 - Modelos Oportunistas

Autor	Eleitor	Governo
Downs (1957)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maximizar o <i>benefício líquido</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maximizar votos (para o partido no poder manter-se no poder)</li> </ul>
Nordhaus (1975)	<ul style="list-style-type: none"> <li><i>Benefício líquido</i> maximizado pela política pública de expansão do emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Partido visa manter-se no poder.</li> <li>Resultados eleitorais dependem, em boa medida, dos resultados econômicos.</li> <li>Política monetária para reverter a queda da atividade econômica.</li> </ul>

Fonte: Elaboração do autor a partir de Downs (1957) e Nordhaus (1975).

Ainda segundo Downs, o governo tende a priorizar ações que lhe garantam o máximo de votos nas urnas, uma vez que dada a incerteza eleitoral da disputa do controle pelo aparato estatal com outros partidos, o governo sempre buscará ampliar seu eleitorado. Portanto o governo investirá sempre onde lhe for mais lucrativo, do ponto de vista das urnas. É interessante fazer aqui um parêntese: sabe-se que nenhuma ação é totalmente livre de custos, tanto para entidades privadas quanto para entidades públicas, portanto, estas ações por parte do governo trazem consigo um custo, que será financiado pela população a qual este governo representa. No entanto, o governo, no modelo proposto por Downs, executa um “ajuste fino” para saber se tal política a ser implementada será “rentável”, ou seja, lhe trará mais votos do que os votos perdidos pelo custo da política. Esta relação entre ação governamental, votos e graus de utilidade dos eleitores fica mais clara com a aplicação empírica desta teoria – o que é realizado por Nordhaus em 1975.

Alguns trabalhos<sup>9</sup> vêm tentando identificar padrões de comportamento na economia de diversos países a fim de comprovar a existência de tais ciclos político-econômicos. Frey (1983) ao analisar as eleições norte-americanas e inglesas, relacionando taxas de inflação e desemprego, afirma que não há evidência sustentando um ciclo eleitoral de maximização de votos derivado do ciclo de desemprego e inflação. O que o autor supracitado busca demonstrar, e ele o faz no decorrer de seu trabalho, é que estes ciclos do partido governante fazendo mudanças na economia a fim de se manter no poder, elevando para isto os bons olhos dos eleitores para com o governo não apresentam uma periodicidade definida. Embora estes ciclos não se mantenham de forma constante (afinal existe uma gama de fatores que fazem parte da política e da economia de um país) eles serão recorrentes, como demonstra os trabalhos realizados por Borsani no caso da América Latina, por Frey no caso dos Estados Unidos e Reino Unido, e também pelo trabalho de Nordhaus acerca do comportamento da política econômica dos trinta países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Esta primeira geração de modelos de ciclos político-econômicos sofreu severas críticas por não considerar o aprendizado do eleitor ao longo de contínuos ciclos eleitorais, e por não incluir as motivações ideológicas das organizações partidárias em atuar sobre políticas públicas específicas. A primeira crítica originou os modelos de segunda geração que trazem em seu bojo os avanços das expectativas racionais, por outro lado, a segunda crítica culminou nos modelos partidários. Uma das principais críticas ao modelo oportunista clássico é que:

Tais modelos de ciclo dos negócios políticos têm dois problemas fundamentais. Eles se apóiam no fato dos eleitores serem constantemente enganados, e no fracasso da comunidade de negócios de antecipar o

---

<sup>9</sup> A exemplo de Borsani, 2003; Borsani, 2001; Frey, 1983.

comportamento do presidente, o que poderia solapar sua competência para tratar da economia. (Wittman, 1999: p.36).

Por sua vez as opções metodológicas de Nordhaus no tratamento dos dados também foram passíveis de questionamentos. Sobre isto Borsani escreve:

O trabalho empírico de Nordhaus tem recebido várias críticas de ordem metodológica, principalmente por só ter trabalhado com diferenças categóricas, ou seja, identificando aumentos e quedas do desemprego, em lugar de diferenças numéricas que permitam uma quantificação numérica dessas variações. (Borsani, 2003: p.81).

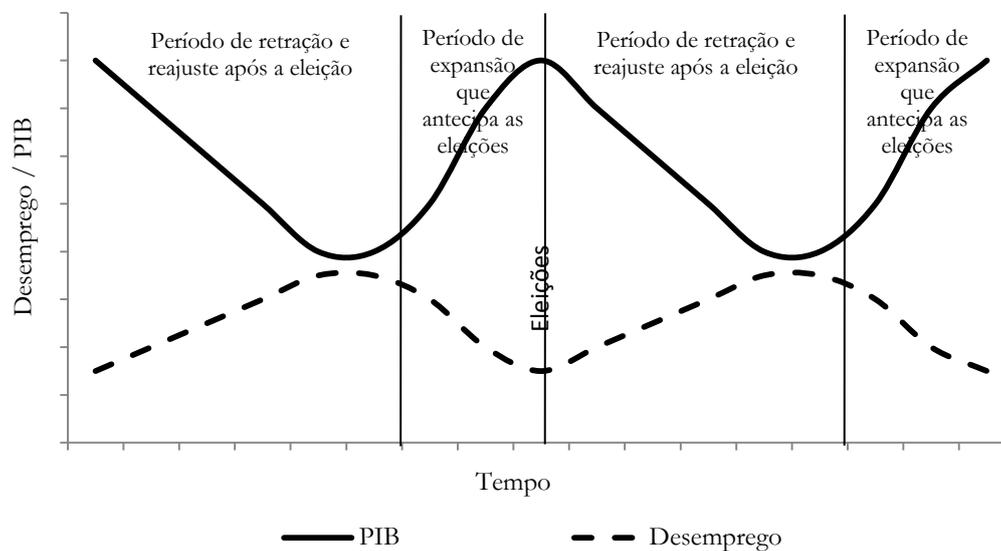
Essas críticas vão suscitar a construção de novos modelos, que passaram a incorporar o aprendizado do eleitor ao longo da repetição dos ciclos eleitorais, serão os modelos oportunistas e partidários de segunda geração. No que diz respeito à inclusão de motivações ideológicas, surgiu uma segunda vertente de análises que são denominadas na literatura de modelos partidários, que relacionam ciclos eleitorais, ação governamental e ideologia partidária no tocante ao gasto público. Tais modelos serão trabalhados um pouco mais a frente.

Rogoff e Sibert (1988) argumentam que qualquer *policy maker* que seja competente, irá distorcer a economia antes das eleições, apenas governos incompetentes não fariam uso deste recurso. Tais ciclos incidiriam sobre determinados instrumentos de política macro-econômica onde existe assimetria de informação entre o governo e os eleitores, a exemplo das despesas públicas, oferta monetária, tributação e taxa de crescimento. Os modelos oportunistas tradicionais ou clássicos entendem que os políticos são iguais e tem o único objetivo de se manter no poder, estimulando a economia nas vésperas da eleição para níveis insustentáveis no médio prazo, criando uma situação econômica positiva aos olhos do eleitorado que não percebe a manobra apesar desta ser recorrente. Neste modelo o eleitor não aprende com os ciclos eleitorais, uma vez que o modelo pressupõe um eleitor com memória curta. O modelo racional

oportunista tem o mesmo arcabouço dos modelos oportunistas clássicos, no entanto, neste modelo o eleitor assume um papel racional, aprendendo com cada ciclo. No modelo proposto por Rogoff os políticos ou governos podem ser classificados no tocante à utilização deste instrumento e política em dois tipos: os competentes e os incompetentes. Vale salientar também que em seu modelo há uma ênfase de que os ciclos político-econômicos são materializados na política fiscal do governo.

O Gráfico 1.1.3 traz uma explicação didática acerca do funcionamento do ciclo político-eleitoral. No gráfico existe um primeiro espaço de tempo, que se refere ao período de retração e ajuste após a eleição. Neste período os governos irão “pagar a conta” do crescimento alcançado durante o período imediatamente anterior à eleição e que não é sustentável no médio prazo, onde haverá uma desaceleração do crescimento do PIB e também uma elevação do percentual de desempregados. Logo em seguida verifica-se o período de expansão que antecipa a eleição, neste período o governo adotará medidas de aceleração do crescimento e redução do nível de desemprego, levando-os a patamares incompatíveis com a realidade econômica do país e insustentáveis em médio prazo. O ciclo então se fecha e se repete.

**Gráfico 1.1.1 – Gráfico analítico explicativo do funcionamento do ciclo político-econômico**



Fonte: Elaboração do autor

A seguir se encontra um quadro síntese acerca do modelo “oportunista”, nele se destacam as principais características destes modelos da “família downsiana”, tais como: as variáveis utilizadas pelos governos para pôr em funcionamento o ciclo político-econômico e o padrão comportamental do eleitor frente aos ciclos.

**Quadro 1.1.2 - Modelos Oportunistas de Ciclos Político Econômicos Derivados do  
Arcabouço Teórico de Downs**

<b>Padrão Comportamental</b>	<b>Modelos Oportunistas</b>	<b>Variável Utilizada</b>
O eleitor não se dá conta das manobras executadas pelo governo durante os ciclos político-econômicos, comportando-se da mesma forma em sucessivas eleições.	Nordhaus (1975)	Política monetária ou fiscal
O eleitor aprende com os ciclos políticos pelos governos, alterando assim seu cálculo racional em relação à incidência destes ciclos.	Rogoff (1990) Persson e Tabellini (1990)	Política monetária ou fiscal

Fonte: Elaboração do autor a partir de Nordhaus (1975), Rogoff (1990) e Persson e Tabellini (1990).

## **1.2 Ideologia partidária e Gasto Público**

O modelo dos ciclos político-partidários, proposto por Hibbs (1977), leva em consideração que os partidos políticos procuram não apenas maximizar o voto, mas também têm como objetivo implementar determinadas políticas públicas que atenderiam àquele grupo social, o qual o partido representa. Desta forma, partidos de esquerda e de direita teriam padrões de gasto público diferenciados. Governos de esquerda tendem a gerar índices mais altos de inflação e índices mais baixos de desemprego, mesmo que esta medida aumente o risco inflacionário. Em uma situação oposta, um governo de direita tende a manter a inflação em um índice baixo, mesmo

que isto signifique maiores índices de desemprego, podendo causar um período de recessão econômica. Os partidos tendem a se comportar desta forma com a finalidade de atender às expectativas de seu eleitorado.

A ideologia do partido no poder, segundo o modelo político-partidário de Hibbs (1977), influenciará as políticas a serem priorizadas: partidos de direita tendem a preferir políticas de controle fiscal e “arrocho” das contas públicas, a fim de manter uma estabilidade financeira favorável ao seu eleitorado, mesmo que isto implique em gerar índices mais elevados de inflação, uma vez que seu eleitorado está menos vulnerável ao aumento do desemprego em um primeiro momento. Em seu turno, partidos de esquerda tendem a preferir políticas distributivas, reduzindo o desemprego e fazendo com que os grupos menos favorecidos que representam sejam beneficiados, elevando desta forma os gastos do governo, mesmo que isto implique em um aumento da inflação, haja vista que tal parcela é mais vulnerável aos altos índices de desemprego do que uma elevação na inflação, em um primeiro momento.

É necessário se fazer um parêntese aqui para destacar este caráter ideológico de um determinado governo a partir das preferências de seu partido e de seu eleitorado, elaborando uma ligação com as formas de ação estatal. A contribuição de Tufte (1978) para os modelos dos ciclos político-econômicos foi a incorporação de *estratégias variáveis* por parte do governo, abordando a possibilidade deste agir diretamente sobre a oferta de algumas políticas públicas, mais especificamente na “entrega” da política à clientela. O autor argumenta que um governo pode elevar a renda de uma parcela da população, e assim conseguir o apoio dela em sua eleição com incentivos fiscais ou transferência de renda, incorporando um pouco a lógica do modelo keynesiano de intervenção da economia, influenciando diretamente no consumo das famílias a fim de

maximizar votos<sup>10</sup>. A possibilidade de o governo interferir diretamente na economia abre espaço para que este tome decisões que gere os ciclos político-econômicos, ou mesmo que burocratas capturem a ação estatal em benefício próprio. Despir o Estado da concepção de neutralidade permite visualizar as falhas e aperfeiçoar o processo democrático, criando mecanismos de controle para coibir a má gestão da coisa pública.

Entretanto, é importante ressaltar que se trata de um tipo ideal, visto que seria impossível retratar objetivamente um governo que não se importe com as taxas de desemprego ou com os altos índices de inflação. Estes modelos levam em consideração a diferença nos objetivos dos partidos na ausência de limitações externas<sup>11</sup>. Em meio a uma crise econômica, por exemplo, o governo irá tender a sanar o problema independente de ideologia. Por outro lado, na ausência de uma crise econômica, o governo deverá agir de acordo com sua ideologia partidária a fim de atender às expectativas de seus eleitores. Em contraponto, vale ressaltar que em alguns casos o governo age de acordo com sua preferência ideológica independentemente de crises, como foi o caso da crise de 1929 nos Estados Unidos, e mais recentemente, da falência de alguns bancos norte-americanos em 2008, no final do governo Bush, onde a ideologia da “*não intervenção estatal na economia*” se sobrepôs ao “*papel anticíclico da ação estatal*”.

No modelo de Hibbs (1977) em um quadro de ausência de limitações externas, um governo de direita caminhará rumo ao crescimento econômico e estabilidade financeira através de mecanismos de mercado, gerando menos impostos e mais investimentos. Por sua vez, um governo de esquerda irá adotar políticas mais

---

<sup>10</sup> Não adentrarei na temática acerca da teoria econômica proposta por Keynes e seus desdobramentos no que ficou conhecido como keynesianismo uma vez que tal tema não constitui o objetivo da pesquisa em tela. Para maiores informações ver: Dillard (1989).

<sup>11</sup> Entenda-se por limitações externas todas as possíveis situações que venham a reduzir o poder de manobra dos governos para a tomada de decisão.

intervencionistas na economia, buscando corrigir as falhas de mercado e procurando uma melhor distribuição da riqueza, aumentando os gastos públicos a fim de gerar emprego e renda. Neste sentido, o viés partidário tem papel fundamental nas políticas públicas. Seguramente este é o ponto de maior divergência entre o modelo de Hibbs e os modelos oportunistas de família downsiana, que ignoram completamente a influência de características partidária sobre as decisões dos governos.

O fator ideológico aproxima o modelo partidário da realidade, ao levar em consideração que indivíduos podem comungar das mesmas opiniões e aspirações políticas (ou que grupos distintos de indivíduos podem partilhar opiniões distintas, aglomerando-se em nichos). E em função disso, reunindo-se em torno de uma estrutura partidária para disputar eleições, chegar ao poder e implementar políticas públicas que atendam às expectativas dos membros deste partido. Ao ignorar o “fator ideológico” como parte do cálculo racional dos políticos e eleitores, os modelos oportunistas tradicionais deixaram lacunas tais como: por que então surgem as agremiações político-partidárias de diferentes orientações? Que diferença faria um governo do partido A ou B, se ambos têm o mesmo objetivo e utilizarão dos mesmos mecanismos para tanto? Ao propor um nivelamento meramente oportunista para os partidos e eleitores, os modelos de família downsiana esgotam a noção ideológico-partidária que envolve a disputa eleitoral e os partidos políticos. Sobre isso Preussler & Portugal afirmam que:

Ao pressuporem que os políticos são idênticos, tendo como única motivação a permanência no poder, e que isto guiaria a condução da política econômica, os modelos oportunistas tradicionais ignoram a influência da ideologia partidária sobre essas decisões. (Preussler & Portugal, 2003: p.3).

A reeleitura realizada por Alesina (1987) traz como contribuição teórico-metodológica ao modelo partidário proposto por Hibbs (1977) o aprendizado do eleitor

ao longo do tempo, as relações entre governo e eleitor seriam um jogo repetido<sup>12</sup>, o caráter ideológico recebe nomenclatura e coloração ideológica específica, com comportamentos esperados de cada matiz ideológica. Partidos de esquerda e de direita teriam posturas claramente diferenciadas quanto à preferência quanto a este ou aquele conjunto de políticas a serem implementadas. O eleitor votaria no partido “A” ou “B” de acordo com sua identificação partidária e com as políticas públicas esperadas (fator intertemporal) pelo comportamento de cada um desses partidos. Desta forma, a racionalidade, as expectativas e a ideologia do eleitor passam a ter papel chave na disputa eleitoral, uma vez que este aprende com a ocorrência dos ciclos político-econômicos e com o comportamento do partido governante, fornecendo ao modelo partidário uma via de mão dupla, já que agora não apenas o governo tem conhecimento acerca dos ciclos político-econômicos, mas também os eleitores. Assim, estes buscarão maximizar seus ganhos ponderando entre ideologia, benefícios esperados e conhecimento adquirido com as eleições passadas e o comportamento progresso do governo. Abaixo segue um quadro síntese acerca dos modelos “partidários”.

---

<sup>12</sup> Cf.: Fiani (2006).

**Quadro 1.2.1 - Modelos Partidários de Ciclos Político Econômicos**

<b>Padrão Comportamental</b>	<b>Modelos Partidários</b>	<b>Variáveis Utilizadas</b>
O eleitor não se dá conta das manobras executadas pelo governo durante os ciclos político-econômicos; as preferências partidárias influenciam seu cálculo racional.	Hibbs (1977)	Política Monetária e fiscal
O eleitor aprende com a utilização dos ciclos político partidários pelos governos, alterando assim seu cálculo racional em relação à incidência destes ciclos; as preferências ideológicas influenciam seu cálculo racional.	Alesina (1987)	Política Fiscal E monetária

Fonte: Elaboração do autor a partir de Hibbs (1977) e Alesina (1987).

Os trabalhos publicados em revistas científicas abordam vários modelos de ciclos político-econômicos, desde modelos oportunistas tradicionais, como o proposto por Downs e verificado empiricamente por Nordhaus, até modelos racionais oportunistas, onde se destaca o modelo desenvolvido por Rogoff. No entanto, são encontrados poucos trabalhos que apliquem a teoria dos modelos partidários para os países latino-americanos, sejam modelos clássicos partidários, sejam modelos racionais partidários. Este reduzido número de estudos pode ser atribuído à concepção de que tais modelos se aplicam melhor em regimes parlamentaristas e em países com sistema bipartidário, o que é destoante com a realidade latino-americana, cujos países em sua maioria adotam o regime presidencialista multipartidário.

No que diz respeito aos modelos partidários, e mais especificamente à aplicação deste no Brasil, Talvez pelo fato do país ter experimentado um longo período

de regime militar ou, como argumentam alguns pesquisadores, devido a estrutura partidária brasileira, que não permitiria a aplicação do modelo dos ciclos político partidários. Preussler e Portugal (2003) afirmam que a infidelidade ideológica e a estrutura pluripartidária da política brasileira inviabilizam a definição de “direita” e “esquerda”, e desta forma inviabilizam a aplicação dos modelos partidários em seu estudo.

Cabe ressaltar que a estrutura pluripartidária brasileira e a infidelidade ideológica inviabilizam a divisão bem definida entre ‘direita’ e ‘esquerda’, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Desta forma, ao realizarmos o estudo empírico a respeito dos ciclos político-econômicos na economia brasileira ficamos impossibilitados de testar a proposta dos modelos partidários. (Preussler & Portugal, 2003: p.8).

Borsani (2003) foi um dos poucos pesquisadores que fez uso dos modelos oportunistas e partidários aplicando-os a alguns países da América Latina, Martins (2002) por sua vez, testou os modelos em um estudo para Portugal. Os estudos multiplicam-se quando a unidade de análise recai sobre os entes subnacionais, é o caso de Gama Neto (2010), Simpson e Batista (2010), Arvate, Biderman e Mendes (2008) e Araújo (2010).

Ao analisar a influência que as eleições causam sobre a performance macroeconômica no Brasil durante o período de 1953 a 1995, Fialho (1996) corrobora a existência de ciclos políticos no Brasil. Entretanto, a autora se detém sobre a relação “crua” entre ocorrência de eleições (seja quais forem) e variáveis econômicas, sem contudo levantar a questão do regime militar brasileiro contido em sua série histórica, e os possíveis impactos do regime autoritário sobre suas variáveis, algo que em ciência política ocuparia papel central.

Admitir a impossibilidade de definir o espectro ideológico dos partidos brasileiros é admitir a impossibilidade de estudos acerca de partidos políticos, anulando

toda uma linha de pesquisa dentro da ciência política. Para esta pesquisa não se acredita que exista no Brasil um quadro tão “bem definido” quanto o existente em sistemas bipartidários. Porém, é possível se enquadrar os partidos políticos brasileiros em uma escala no espectro ideológico indo de direita, centro-direita, centro, centro-esquerda até esquerda. Pesquisadores utilizam diversos mecanismos para definir o posicionamento ideológico dos partidos, serão discutidas mais a frente algumas formas utilizadas. Vale salientar ainda que uma vertente na literatura argumenta que os partidos diferem entre si apenas moderadamente, e que em função desta modesta diferença, mudanças na orientação das políticas ocorreriam de forma suave<sup>13</sup>.

No que diz respeito à infidelidade ideológica, ou infidelidade às orientações dos partidos, trabalhos de alguns autores<sup>14</sup> já demonstraram que apesar de aparentemente o funcionamento da câmara de deputados do Brasil parecer aleatório, há um alto índice de fidelidade dos deputados às determinações partidárias<sup>15</sup>. No entanto tal problemática não constitui objeto de estudo da pesquisa proposta em tela. Mesmo os estudos acima abordando o comportamento dos parlamentares, a lógica permanece válida ao se analisar o comportamento de um político ocupando um cargo Executivo, suas ações exercem um papel importante na visão que este causa nos eleitores, o político então tem estímulos para tornar claras e previsíveis suas ações, e assim ter uma “linhagem” política.

---

<sup>13</sup> Ver: Blais, Blake e Dion (1993).

<sup>14</sup> Para um maior detalhamento sobre o funcionamento da Câmara de Deputados do Brasil, ver Figueiredo e Limongi (1999).

<sup>15</sup> Existe ainda uma discussão acerca da fidelidade partidária e da fidelidade ideológica, o político pode ser fiel às determinações do partido, entretanto este pode não ter nenhuma linha ideológica clara. Neste sentido, o político teria fidelidade partidária e não teria fidelidade ideológica, uma vez que a ideologia não permeia o programa do partido.

### 1.3 Instituições como constrangimento ao comportamento oportunista

Uma das principais contribuições da teoria dos ciclos políticos para a democracia é mostrar que o partido governante tentará se manter no poder, e para isto, fará uso dos instrumentos disponíveis. Neste sentido, pesquisadores vêm buscando novos instrumentos que os gestores públicos possam utilizar para melhorar sua avaliação junto ao eleitorado<sup>16</sup>. Os modelos racionais ou de segunda geração de Alesina (1987), Rogoff (1988) e Pearson (1990) indicam que o gestor irá agir principalmente destorcendo a política fiscal do Estado, imprimindo nela um ritmo que lhe favoreça nas urnas.

A forma como é construído o orçamento público desempenha papel fundamental no processo de constrangimento ao comportamento oportunista por parte dos gestores públicos, um maior controle e transparência sobre este instrumento levam a uma menor incidência deste tipo de comportamento. Melo e Pereira (s/d) analisando o processo orçamentário na América Latina identificam que o Legislativo desempenha um papel secundário, e que “as instituições de auditoria e/ou Legislativo devem ser fortalecidos a fim de garantir que o poder excessivo do Executivo não degenerem em abuso de poder” (p. 9). Entretanto, um grau elevado de rigidez orçamentária não garante um maior controle sobre o executivo, visto que em boa parte dos países analisados pelos autores, este é detentor do orçamento e possui instrumentos para garantir que suas preferências sejam garantidas. Esta centralização do poder orçamentário nas mãos do

---

<sup>16</sup> Estudos como o de Paiva (1994) apontam para outro aspecto, a possibilidade do governo manipular o preço de determinados produtos que possuem o preço regulado pelo governo a fim de elevar sua chance de vitória nas urnas.

presidente garante inclusive que as emendas parlamentares sejam suprimidas em favor de seus projetos, ou que seja utilizada contabilidade criativa<sup>17</sup> para encobrir seu déficit. Os autores argumentam ainda que a eficácia do controle externo sobre o orçamento público depende da competição política, e que a transparência do orçamento, bem como o interesse dos cidadãos pelo processo orçamentário favorece um maior controle sobre o orçamento e sobre o Executivo. No que diz respeito ao Brasil, Melo *et al.* (2005) ao analisar o funcionamento do orçamento federal argumentam que:

The institutional setting that emerged from the 1988 Constitution was a consequence of legislative choice, which decided to delegate a large share of agenda powers to the Executive, including the power of unilaterally executing the budget. The underlying rationale for this was to prevent institutional instability between Congress and the Executive which was prevalent during the previous period of democratic rule, from 1946 to 1964. The majority of legislators learned from the 22 years of dictatorship that an institutionally weak president could not last without some sort of governing capacity to enforce his agenda. Congress decided not to change electoral rules, that is, not to reform the PR open list system in the new constitution, because it would be too risky for legislators' electoral survival; the choice thus was to transfer institutional powers to the Executive to ensure governability (Melo *et al.* 2005: p.80-81).

Alguns pesquisadores, a exemplo de Alesina *et al.* (1999) que analisam instituições de controle orçamentário e desempenho fiscal na América Latina e Souza (2008) que analisa a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) brasileira e seu impacto sobre os estados brasileiros, detém suas análises em mecanismos institucionais que possam limitar o comportamento oportunista dos gestores sobre a política fiscal. Quando uma manobra oportunista é percebida, esta pode desencadear uma série de reformas que visão impedir que algo semelhante ocorra no futuro. A manipulação das políticas fiscal e monetária de forma a levar o partido governante a perpetuar-se no poder tem impactos severos não apenas na democracia, mas também na saúde

---

<sup>17</sup> No caso da existência de leis no formato da LRF brasileira.

econômica do Estado<sup>18</sup>. Pensando nisso, bancos centrais independentes podem blindar a política monetária de pressões políticas, e as políticas de controle sobre o orçamento público, a exemplo dos Planos Plurianuais e leis que estipulam um teto para a dívida pública ou déficit público, que visam oferecer uma maior transparência sobre a política fiscal do Estado, ganharam espaço nos receituários para elevação da performance estatal.

Sobre esta questão Hiroi (2008) atribui os resultados discordantes encontrados nos estudos para a América Latina às falhas nos instrumentos de aferição empregados nas pesquisas anteriores. Ao analisar os ciclos eleitorais *vis-à-vis* o grau de independência do banco central brasileiro o autor conclui que o fortalecimento desta instituição acabou por “blindar” a política monetária da influência dos ciclos eleitorais. Tal achado corrobora as expectativas teóricas de que a efetiva independência dos bancos centrais limita/minimiza o grau de manobra do governo sobre a política monetária, indicando que os resultados encontrados para o Brasil se assemelham bastante aos encontrados para os países mais avançados da OCDE.

Franzese Jr. e Jusko (2006) apontam que aspectos contextuais, a exemplo da política internacional ou de aspectos estratégicos, devem ser levados em consideração na análise sobre os ciclos políticos. Analisando 27 países da União Européia, Afonso e Hauptmeier (2009) identificam a incidência de ciclos oportunistas e apontam para necessidade do cumprimento das normas fiscais e de maior centralização da política fiscal, indicando que quanto mais recursos forem descentralizados, maior será o déficit público.

---

<sup>18</sup> Cf.: Mourão (2009).

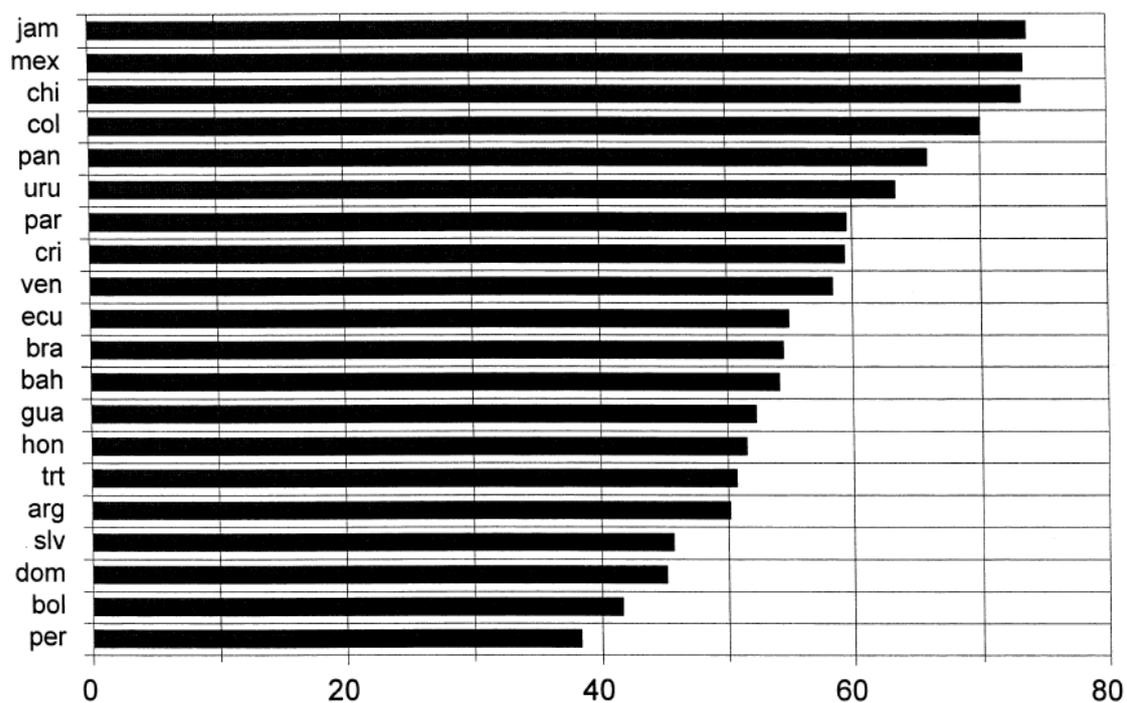
Alesina *et al.* (1999) não se debruçaram diretamente sobre os ciclos político econômicos, mas detiveram-se em uma peça chave na compreensão de como estes ciclos podem ser minimizados, e entendem que a saúde orçamentária está intimamente ligada a variáveis políticas como polarização política, estrutura do governo e sistemas eleitorais. Assim, os autores classificaram as instituições orçamentárias segundo sua rigidez e identificam qual o impacto destas instituições sobre a saúde fiscal destes países. O índice montado pelos pesquisadores foi formado a partir das respostas de dez questões:

- I. Sobre a existência de restrições Constitucionais sobre o déficit fiscal;
- II. Qual a importância de um programa macroeconômico previamente aprovado, como uma forma de restrição ao poder executivo durante a elaboração do orçamento;
- III. Sobre o grau de autonomia na contratação de empréstimos pelo governo, e se ele está sujeito a restrições em decorrência deste endividamento;
- IV. Refere-se ao grau em que as instituições estão organizadas de forma centralizada ou colegiada durante o estágio de preparação do orçamento;
- V. Quais as restrições do Executivo sobre o Legislativo se este fizer alterações no orçamento proposto;
- VI. O que acontece se o orçamento é rejeitado ou não aprovado pelo Legislativo dentro do prazo constitucionalmente estabelecido;
- VII. O orçamento pode ser modificado após a aprovação pela legislatura? De quem é a iniciativa de alteração?

- VIII. O governo pode cortar gastos depois que o orçamento é aprovado?
- IX. Quais as condições para o governo central assumir a dívida originalmente contraída por outras agências e a frequência em que isto ocorre;
- X. Qual a autonomia de endividamento dos governos estaduais e locais, e das empresas públicas.

Os resultados encontrados pelos autores indicam que estas instituições não são apenas de faz de conta, e que elas impactam sobre a saúde fiscal dos países. Nos países em que as instituições eram mais fortalecidas, os resultados fiscais eram mais consistentes.

**Gráfico 1.3.1 – Índice de rigidez das instituições orçamentárias dos países Latino-Americanos (1980-1992)**



Fonte: Alesina et al., 1999: p.260, Figura 3.

Tais achados se assemelham aos de Hagen e Harden (1995) para a União Européia na década de 1980 e aos de Alt e Lowry (1994) para os estados norte-americanos entre o final da década de 1960 e final de 1980. Estes resultados levantam uma questão a saber, estaria ficando cada vez mais difícil para os governos alterarem indicadores de eficiência para distorcer a percepção do eleitor sobre sua real competência em administrar a coisa pública? Candel-Sánchez (2007) identifica o ciclo político como sendo um fenômeno amplamente difundido nas democracias capitalistas, e argumenta que o desenho institucional pode representar uma solução para a perda de bem-estar social gerado pelos ciclos políticos orçamentários.

Em trabalho recente sobre a América Latina, Avelino e Barberia (2010) fazem uso de indicadores de política fiscal, gasto público total do governo central e receita total, com o intuito de identificar se democracias jovens estão mais propensas a ciclos políticos do que democracias mais antigas. Os autores concluem que a política fiscal latino-americana está mais susceptível aos ciclos políticos quando estão em estágio inicial e que o ciclo é materializado na forma de déficit fiscal através da redução de receita, havendo uma expansão oportunista do gasto público apenas em períodos de transição democrática.

Analisando a América Latina, Amorim Neto e Borsani (2004) argumentam que as características políticas dos governos possuem significativa influência sobre o comportamento fiscal do Estado. Ter maioria no congresso permite ao governo uma melhor administração dos gastos e do déficit público, assim como um governo de direita apoiado por um partido forte seria mais propenso a gerar equilíbrio fiscal. Os autores

concluem que embora as eleições não afetem os gastos totais do governo, elas acabam por deteriorar a performance fiscal do Estado<sup>19</sup>.

Souza (2008) identificou que o advento da LRF brasileira modificou em parte o comportamento dos governadores, reduzindo o déficit dos estados brasileiros. Entretanto, salienta que algumas contas públicas continuaram sofrendo influência dos anos eleitorais, e que os governadores passaram a adotar a chamada contabilidade criativa para escapar da LRF. Estes resultados são corroborados por Melo *et al.* (2010), destacando ainda que o processo que levou à aprovação da LRF demonstra a preponderância do Executivo no processo de decisão política. a preponderância do executivo extremamente fortalecido materializa-se na ausência de controle efetivo do Legislativo sobre o orçamento e nas emendas parlamentares, onde os legisladores não podem gerar despesas sem que estas se adéquem às diretrizes do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Although legislators have the right to amend bills that are exclusively introduced by the president, they can do so only if those amendments are compatible with the PPA as well as with the LDO. Moreover, Congress may not authorize expenditures that exceed budgetary revenues. The rules regarding making amendments to the PLO have varied considerably in the past years. However, since 1995 individual legislators, standing committees, regional blocs, and state blocs have been able to propose amendments (Melo *et al.* 2009, p. 73).

O maior controle sobre a política fiscal do Estado significa uma margem de manobra menor para o governo alterar os indicadores que servem para o eleitor avaliar o desempenho governamental. A disseminação e o fortalecimento de instituições de controle das políticas fiscal e orçamentária, bem como a decorrente limitação do poder de discricionariedade dos gestores públicos podem reduzir a capacidade explicativa das

---

<sup>19</sup> Poterba (1996) abordou a eficácia das restrições ao endividamento sobre o déficit fiscal dos estados nos Estados Unidos.

teorias dos ciclos político econômicos<sup>20</sup>. Alper e Onis (2001) identificam que países com déficit democrático possuem dificuldade em se ajustar às normas globais, e, portanto, não conseguem se beneficiar do processo de globalização financeira. Campello (2008) por sua vez analisa como o processo de internacionalização dos mercados financeiros vem influenciando a consolidação da democracia em países em desenvolvimento, abordando também o relacionamento entre governos de esquerda e investidores financeiros. Embora discutir os impactos das instituições orçamentárias não seja o objetivo da pesquisa em tela, é importante destacar a relevância deste tema sobre a política fiscal dos Estados.

O capítulo seguinte versa sobre o desenho de pesquisa executado nesta dissertação e os procedimentos empregados na operacionalização das variáveis. A transparência destes procedimentos visa garantir ao trabalho a possibilidade de replicação, o que Popper (2007) chamaria de “possibilidade de submeter à prova os enunciados científicos, o que equivale dizer a possibilidade de aferir falseabilidade” (p.51). A coleta de informações e montagem do banco de dados também é apresentado no capítulo seguinte.

---

<sup>20</sup> Todavia, os estudos sobre os modelos dos ciclos político econômicos vêm adotando outros indicadores não previstos pelos modelos tradicionais a exemplo da variação no preço de produtos regulados pelo governo, como alternativa à rigidez crescente do processo de formulação das políticas econômica e fiscal.

## CAPÍTULO 2

### APROXIMANDO-SE DO OBJETO DE PESQUISA

Esta dissertação tem como objetivo examinar a existência de ciclos políticos eleitorais na América Latina no período democrático recente. Mais especificamente examina-se a influência dos ciclos eleitorais sobre os resultados macroeconômicos latino-americanos no período 1994 a 2011, que foi marcado pelo impacto efetivo da globalização e integração dos mercados financeiros, quando se espera que imponham disciplina fiscal, dificultando a ocorrência dos ciclos políticos.

Para tanto, esta pesquisa baseou-se em dados secundários de dezoito países da região – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela – o que possibilitará uma análise comparativa<sup>21</sup> quantitativa preliminar dos resultados macroeconômicos destes países.

A escolha da América Latina visa preencher uma lacuna temporal deixada pela última pesquisa realizada sobre a região<sup>22</sup>, assim como verificar se houve mudança no padrão encontrado pelo estudo anterior. Há razões de ordem teórica para esperar uma mudança no padrão: a maior integração da região à economia global, a complexificação das economias, assim como o processo de consolidação democrática, fariam com que a incidência de tais ciclos perdesse força. Isto faria com que a gestão das políticas fiscal e monetária ficasse cada vez mais profissionalizada e insulada das

---

<sup>21</sup> Cf.: Pennings, Keman, Kleinnijenhuis (2003).

<sup>22</sup> Cf. Borsani (2003).

pressões políticas. Quanto aos países, a escolha se deu por critérios específicos, o primeiro deles é que os países deveriam ser democracias presidencialistas com eleições regulares e possuir o máximo de informações disponíveis através do *World Economic Outlook Database* do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Quanto ao recorte temporal, o período escolhido também inclui, sob regime democrático, a alternância de grupos políticos distintos à frente dos governos de alguns países latino-americanos e o processo de fortalecimento de instituições orçamentárias e da política monetária destes países. Foram escolhidas como variáveis dependentes a taxa de crescimento do PIB, taxa de inflação e o percentual de desempregados, três variáveis presentes nos modelos clássicos de ciclos político econômicos. Justifica-se a escolha destes indicadores como unidade de análise por serem variáveis onde é possível identificar se houve ou não um comportamento oportunista por parte dos gestores públicos dos países.

A tabela 2.1 exhibe os anos em que cada um dos países realizou eleições presidenciais. Estas informações foram construídas a partir de consultas a sites governamentais dos países, bem como consultas feitas aos sítios eletrônicos das instituições eleitorais dos países<sup>23</sup>. Alguns países possuem um calendário eleitoral constante durante o período analisado, é o caso da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Uruguai, apenas para citar alguns exemplos. Outros países passaram por reformas eleitorais que modificaram o calendário eleitoral, ou o tempo de duração do mandato presidencial, como é o caso do Chile. Foram criadas três variáveis *dummies*, uma para o ano pré-eleitoral, outra para o ano eleitoral e uma última para o ano pós-eleitoral, com isto espera-se capturar melhor a influência de cada um destes períodos

---

<sup>23</sup> O tribunal eleitoral do Distrito Federal do Brasil possui o endereço eletrônico de diversos organismos eleitorais, este material pode ser consultado através do link: <http://www.tredf.jus.br/default/servicos/biblioteca/oide/>.

sobre as variáveis macroeconômicas<sup>24</sup>, bem como capturar os principais períodos governamentais, possibilitando a comparação entre os países.

**Tabela 2.1 – Anos Eleitorais dos Países Selecionados entre 1994 e 2011**

<b>Países</b>	<b>Anos Eleitorais</b>					
Argentina	1995	1999	2003	2007	2011	
Brasil	1994	1998	2002	2006	2010	
Colômbia	1994	1998	2002	2006	2010	
Costa Rica	1994	1998	2002	2006	2010	
Uruguai	1994	1999	2004	2009		
México	1994	2000	2006			
Chile	1999	2005	2009			
Bolívia	1997	2001	2003	2005		
República Dominicana	1996	2000	2004	2008		
Equador	1996	1998	2000	2003	2005	2007
El Salvador	1994	1999	2004	2009		
Guatemala	1995	1999	2003	2007	2011	
Honduras	1997	2001	2005	2009		
Nicarágua	1997	2002	2007			
Panamá	1994	1999	2004	2009		
Paraguai	1998	2003	2008			
Peru	2000	2006	2011			
Venezuela	1994	1999	2006			

Fonte: Elaboração do Autor.

<sup>24</sup> Como variável alternativa, Gama Neto (2007; 2010) faz uso dos anos de governo.

Quando passamos a uma análise acerca da ideologia política e seu impacto sobre a política macroeconômica, trabalhos como estes se tornam escassos na medida em que necessitam de mais informações sobre as unidades de análise do que os modelos oportunistas, uma vez que além do montante de informações, seja de macroeconomia, seja de despesas mais específicas, os pesquisadores que enveredarem por esta agenda de pesquisa fazendo uso do modelo político-partidário terão mais um fator a ser ponderado e quantificado: a ideologia partidária; que constitui um conceito mais difícil de ser mensurado.

## **2.1 Metodologia: hipóteses, operacionalização das variáveis e fontes**

Quanto às hipóteses de pesquisa, espera-se que:

- i)* As flutuações no nível de atividade econômica motivadas pelas eleições, previstas no modelo oportunista, não devem ser verificadas, dada as dificuldades dos gestores públicos em adotar comportamento oportunista sem que suas ações sejam punidas;
- ii)* O padrão macroeconômico mais recente se distancie do padrão encontrado por Borsani (2003), dado o processo de consolidação democrática e a abertura das economias latino-americanas que dificultam o comportamento oportunista; e
- iii)* O modelo partidário deve fornecer explicações ao comportamento das variáveis, por refletir uma mudança de orientação programática da política e não um comportamento oportunista.

São três as variáveis independentes utilizadas: calendário eleitoral, orientação ideológica do partido governante e abertura econômica da economia do país. No que diz respeito à orientação ideológica do partido governante, foi utilizada a classificação feita por Coppedge (1997) para os partidos latino-americanos, por esta ser uma classificação bastante utilizada neste tipo de estudo. O governo foi classificado segundo o partido do presidente<sup>25</sup>. Embora esta classificação tenha sido realizada em 1997, ela contempla ainda os atuais partidos governantes, mostrando-se atual<sup>26</sup>, houveram casos em que partidos mudaram sua nomenclatura ou dividiram-se, entretanto, ao consultar os documentos destes partidos foi possível verificar que mantinham as mesmas características destacadas por Coppedge. Para simplificação metodológica, foi utilizada a classificação esquerda, centro e direita, cada uma destas categorias recebeu uma variável *dummy*, que foi inserida de forma isolada no modelo econométrico. Alternativamente, esta pesquisa poderia ter adotado a classificação feita por Colomer (2005), que além de classificar a orientação ideológica dos eleitores, distribui os principais partidos latino-americanos ao longo de uma escala que vai de zero a dez, onde zero é extrema esquerda, dez é extrema direita e cinco equivale ao centro. Entretanto, a adoção de uma ou outra classificação não exerceu significativa mudança nos resultados econométricos, então se optou por manter a classificação de Coppedge.

Inicialmente tivemos o intuito de incluir variáveis institucionais que possibilitassem um resultado mais acurado sobre em quais circunstâncias haveria maiores possibilidades da ocorrência de ciclos políticos. Entretanto, o tempo

---

<sup>25</sup> Apesar de alguns governos serem compostos por coalizões, entende-se nesta pesquisa que o partido do presidente ocupa papel central no processo decisório.

<sup>26</sup> Borsani (2003) em seu estudo adota a classificação de Coppedge (1997) para quase todos os países analisados. Entretanto, para o Brasil, Borsani adota uma classificação própria, diferindo sua classificação da presente em Coppedge.

disponível para a realização da pesquisa, bem como a indisponibilidade de variáveis e séries históricas compatíveis entre os países que possibilitassem uma análise comparativa, constituíram-se como principais empecilhos para a realização desta proposta<sup>27</sup>.

Como forma de mensurar o nível de abertura das economias, foi adotado o coeficiente de abertura, que consiste no volume de importações e de exportações somados como proporção do PIB. Outra variável que busca identificar a influência do processo de globalização e de integração dos mercados financeiros sobre os indicadores macroeconômicos consiste na variação do preço de *commodities*. Estas variáveis buscam identificar quão o crescimento econômico destes países está interligado à economia global. Como variáveis de controle foram selecionados a população de cada país e o PIB em paridade do poder de compra (PPC).

Por seu turno, a escolha das variáveis supracitadas possibilitará identificar possíveis modificações no ritmo empregado na economia pelos governos centrais em função do calendário eleitoral. As variáveis utilizadas foram retiradas de três fontes principais, o CEPALSTAT, mantido pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o *World Economic Outlook Database* pertencente ao FMI e o UNCTADSTAT, mantido pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A descrição completa das variáveis assim como aspectos mais técnicos pode ser visualizada através do quadro presente no Anexo 1 desta dissertação. A coleta foi realizada através do sítio eletrônico destas instituições entre outubro de 2011 e janeiro de 2012.

---

<sup>27</sup> Inicialmente a proposta foi a de executar uma separação por função de gasto, avaliando o gasto nas áreas de governo *vis-à-vis* a ideologia do partido governante, aproximando-se do trabalho realizado por Batista (2008), e seguindo as metodologias empregadas em Rezende (1996) e a definição de gasto por função, presente nas contas brasileiras (Brasil, 2004) e defendida como padrão segundo o FMI (2001). Entretanto as séries históricas eram muito curtas e pouco confiáveis.

Um dos principais argumentos da teoria dos ciclos políticos é de que o comportamento das variáveis macroeconômicas apresentaria uma tendência cíclica como resultado não de oscilações aleatórias na economia, mas como resposta ao aquecimento e resfriamento econômicos gerados pelo governo em função da ocorrência de eleições. Os dados foram tratados para garantir a comparabilidade temporal das variáveis com o intuito de avaliar se em um cenário de relativa estabilidade econômica e maior nível de globalização, os resultados difeririam dos apontados por Borsani. Além de outras ferramentas, como a transformação de valores monetários – expressos em termos correntes – em valores constantes, para permitir análises da variação real, assim como, a construção de séries históricas de números-índice e coeficientes de variação para melhor mapeamento do comportamento das variáveis explicativas, no tempo.

Com o objetivo de facilitar a comparação do padrão apresentado em Borsani (2003) para o período de 1979 a 1998 e o padrão observado nesta pesquisa entre 1994 e 2011, foram elaborados gráficos demonstrando o comportamento de variáveis selecionadas ao longo de mais de trinta anos<sup>28</sup> no caso de alguns países. Além disto, foram utilizadas ferramentas de estatística descritiva aplicada às séries históricas e se faz uso, quando pertinente, de modelos de regressão para se estabelecer padrões de correlação e causalidades entre indicadores.

Visando fornecer maior robustez à análise o banco de dados foi montado em formato de painel, que fornece um significativo aumento do quantitativo de informações possibilitando ganhos inferenciais, tendo em vista que a pesquisa lida com vários indivíduos ao longo de um período não muito longo de tempo. Dentre as

---

<sup>28</sup> Período de 1979-1998 da pesquisa realizada por Borsani (2003) e 1994-2011 contemplado na presente pesquisa.

principais vantagens na utilização de dados de painel destacam-se um maior controle da heterogeneidade individual e aumento do número de informações sobre a amostra, permitindo assim maiores graus de liberdade e redução da colinearidade entre as variáveis explicativas (Gujarati, 2006), além de possibilitar a identificação e mensuração de alguns efeitos que não seriam possíveis de verificação com o uso de séries temporais ou dados de corte transversal (Baltagi, 2005).

A estimação através de mínimos quadrados é um método adequado quando a autocorrelação é eliminada, isto pode ser realizado através da inclusão de uma *lag* da variável dependente como variável explicativa, ou calculando-se o coeficiente de autocorrelação. Para controlar prováveis problemas de heteroscedasticidade e correlação de resíduos entre países, Beck e Katz (1995) propõe a utilização do modelo econométrico do tipo linear de dados de painel com erros padrão corrigidos (*panel corrected standard error/PCSE*). Foi testado também o modelo proposto por Arellano e Bond (1991) que utiliza o método dos momentos generalizados (MGM), entretanto o modelo PCSE mostrou-se o mais adequado para as especificidades desta pesquisa<sup>29</sup>.

Considerando a especificidade de cada país como sendo fator relevante para esta análise, optou-se pela adoção do efeito fixo para cada país nas regressões, em função deste recurso fazer com que as características particulares de cada caso sejam controladas. Tal escolha metodológica é prática usual em econometria, com objetivo empírico similar<sup>30</sup>. O modelo sugere ainda que uma das variáveis independentes consista na variável dependente defasada (*lag*), neste sentido não será necessário o cálculo do coeficiente de autocorrelação (AR [1]).

---

<sup>29</sup> Este modelo é adotado por Araújo (2010).

<sup>30</sup> A exemplo de: Batista (2008), Borsani (2003), Amorim Neto e Borsani (2004), Simpson e Batista (2010).

Algumas variáveis utilizadas, por não possuírem uma distribuição normal, foram normalizadas através da conversão em logaritmo natural ou através da raiz quadrada. Tal escolha não se deu de forma arbitrária, baseou-se no resultado fornecido pelo comando “*ladder*” do *Stata*, que indica o melhor procedimento para normalização da distribuição. As variáveis: percentual de desempregados, população residente e PIB em PPC foram convertidas em logaritmo natural. Já o coeficiente de abertura foi normalizado através de sua raiz quadrada.

O modelo causal pode ser expresso em termos gerais através da seguinte equação:

$$y_{it} = \alpha + \sum_{w=1}^m \beta_w X_{wit} + \beta_k D + \sum_{z=1}^3 \beta_z \psi_{i(t-1)} + \sum \beta_a y_{i(t-1)} + \gamma_i + u_{it}$$

Onde  $y_{it}$  equivale à variável dependente de cada regressão;  $\alpha$  equivale à constante;  $\sum_{w=1}^m \beta_w X_{wit}$  representa a matriz de co-variáveis onde encontram-se as variáveis independentes com exceção das *dummies* e variáveis defasadas<sup>31</sup>;  $\beta_k D$  representa as variáveis *dummies* empregadas no modelo: anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais, e orientação ideológica do governo, esta última variável é comporta por três *dummies* que são inseridas de maneira isolada no modelo;  $\sum_{z=1}^3 \beta_z \psi_{i(t-1)}$  representa a variável variação no preço de *commodities* defasada;  $\sum \beta_a y_{i(t-1)}$  equivale à variável dependente defasada;  $\gamma_i$  indica o efeito fixo no modelo;  $u_{it}$  representa o termo de erro;  $i$  vai de 1 à 18 e equivale aos países que compõe o painel, e  $t$  vai de 1994 à 2011 e representa os anos contemplados na pesquisa. O capítulo seguinte apresenta os dados coletados e discute os achados empíricos desta pesquisa.

---

<sup>31</sup> Estas variáveis serão descritas junto aos modelos econométricos.

### CAPÍTULO 3

#### **OPORTUNISMO E ELEIÇÕES: Comparando casos na América Latina**

Este capítulo tem como objetivo analisar o ciclo político econômico em um conjunto selecionado de países da América Latina. Ressalta-se que esta pesquisa não pretende explicar os determinantes do comportamento das variáveis analisadas, apenas identificar se existe um padrão condizente com as expectativas dos ciclos político eleitorais ou não, comparando o comportamento atual, caracterizado pelo ambiente de estabilidade macroeconômica vivenciado pela região desde meados dos anos 1990, ao verificado por Borsani, período de 1979 a 1998, que foi marcado pela crise da dívida externa Mexicana em 1982 que detonou o choque dos juros da dívida externa dos países latino-americanos<sup>32</sup>.

Para tanto, buscou-se proceder às análises descritiva e inferencial de indicadores selecionados para os países destacados. Alguns critérios pautaram a escolha dos países em análise: deveriam ser democracias com eleições regulares no período analisado, serem presidencialistas e estarem situados na América Latina, além de possuírem dados macroeconômicos disponibilizados através do *World Economic Outlook Database do Fundo Monetário Internacional (FMI)*. Este capítulo está subdividido em três partes, cada uma delas abordando uma variável macroeconômica de interesse da literatura: crescimento do PIB, taxa de inflação e percentual de desempregados.

---

<sup>32</sup> Cf.: Batista Jr. (1988)

### 3.1 Crescimento do PIB, Eleições e Economia Global

Esta seção visa identificar o comportamento da variação do PIB dos países latino-americanos *vis-à-vis* a realização das eleições presidenciais. Para uma visualização dos dados, apresentamos uma série de gráficos que exibem a variação da taxa de crescimento do PIB em períodos eleitorais, anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais, foram omitidos dos gráficos os períodos incompletos, ou seja, aqueles em que um dos anos destacados do ciclo eleitoral está ausente do corte temporal estabelecido nesta pesquisa.

As evidências empíricas a seguir estão relacionadas aos modelos oportunistas, e se apóiam em dados da América Latina. Estes dados foram atualizados e oferecem um confronto entre padrões encontrados em momentos distintos, tais dados apontam para uma mudança no comportamento verificado entre 1994 a 2011 em relação ao investigado por Borsani no período de 1979 a 1998. Os gráficos referentes estão disponíveis no apêndice deste capítulo.

No Gráfico 3.1.1 temos o comportamento do PIB da América Latina em dois recortes históricos. O primeiro contém informações para todos os países latino-americanos no período de 1979 a 1998, incluindo os países apenas quando estes estavam sob regime democrático. É mostrada uma elevação do PIB no ano pré-eleitoral e no ano eleitoral, fruto de ações de estímulo ao crescimento por parte dos governos, atingindo patamares insustentáveis no médio prazo, o que explica a redução de crescimento no ano pós-eleitoral. Tal comportamento sugere que os governantes latino-

americanos vinham sistematicamente, adotado políticas econômicas que distorciam o desempenho econômico real da economia, tal comportamento quando confrontado com os períodos eleitorais, sugere a necessidade do governante em manipular a economia para obter uma maior popularidade no período imediatamente anterior à eleição. O segundo recorte histórico apresentado no gráfico vai de 1994 a 2011, e contempla um maior número de países. No segundo momento é possível identificar uma maior constância do comportamento do PIB, não sendo possível identificar claramente a incidência de ciclos político-econômicos.

No que diz respeito ao Brasil, pode ser observada também uma mudança de padrão através do Gráfico 3.1.4. Temos seis momentos históricos distintos, com o primeiro caracterizado por um quadro de hiperinflação, onde o ano pré-eleitoral registrou uma evolução negativa. Todavia, no ano eleitoral o governo estimula o crescimento econômico com o intuito de elevar o PIB, a despeito do *efeito base*. No entanto, o ajuste macroeconômico é tomado no ano seguinte às eleições. Grosso modo, o governo tomou uma decisão de acelerar a atividade econômica mesmo que esta decisão trouxesse custos mais elevados do que deixar a economia “caminhar sozinha”, o que pode ser verificado no ano pós-eleitoral do primeiro momento histórico, quando há um forte decréscimo da atividade econômica (-4,3). A tentativa de se melhorar o cenário econômico e assim dispor de maior apoio frente à população é verificado também no segundo período da amostra. Mesmo o país experimentando índices positivos de crescimento, há um esforço por parte do governo para aumentar o nível de atividade na economia que, no entanto, insustentável no médio prazo. Fialho (1996) ao analisar o Brasil no período 1953 a 1995 identificou que o comportamento da política fiscal e monetária são mais facilmente manipulados. Entretanto, variáveis

como o PIB e a taxa de desemprego oferecem resultados inconclusivos. A autora destaca ainda que:

Não foram comprovadas empiricamente mudanças no comportamento da taxa de inflação e na taxa de desemprego imediatamente antes e após as eleições, o que é inconsistente com a perspectiva dos ciclos políticos de Nordhaus (1975), que prevê um trade-off de curso prazo entre estas variáveis, durante o período eleitoral (Fialho, 1996: p.50).

Analisando nove países na América Latina, Borsani (2003) identifica que para a inflação, não existe melhora no período pré-eleitoral. Entretanto, esta variável piora no período posterior as eleições, o que corrobora em parte as expectativas do modelo teórico. O modelo utilizado por Nordhaus traz consigo alguns argumentos plausíveis, um deles é a de que o desempenho macro-econômico não é determinante em si só, mas tem relevância no resultado das urnas.

Como forma de fornecer um quadro comparativo, foram incluídos nos gráficos os dados encontrados por Borsani (2003) para alguns países. Todavia, como o presente estudo contempla um número maior de países, alguns casos possuem dados apenas para o período de 1994 a 2011. Segundo a teoria dos ciclos oportunistas, a atividade econômica deveria ser superaquecida pelo governo no período anterior à eleição e resfriada logo após a eleição. Os dados apontam que em alguns países, a exemplo de El Salvador, Guatemala e México, a variação percentual do PIB comportou-se como esperado pela teoria. Uruguai, apontado por Borsani como tendo padrão tipicamente oportunista, apresenta agora um comportamento menos previsível, assim como boa parte dos países analisados. O Brasil apresentou um comportamento desviante do esperado pela teoria apenas na eleição de 2006.

Aspectos como a crise econômica de 2008 parece ter impactado mais na economia destes países. Talvez em função de uma crescente institucionalização da

política econômica destes países, dificultando a ocorrência de ciclos político-econômicos, e, por conseguinte, conduzindo a uma melhor performance macroeconômica<sup>33</sup>. Outra explicação concentra-se no processo de globalização, que estaria abrindo a economia destes países, com uma economia mais aberta, o poder do governo em interferir no ritmo da economia para ganhos eleitorais reduz.

O comportamento apresentado pelos gráficos aponta para uma mudança do padrão atual em relação ao encontrado na pesquisa anterior. De fato, a média do coeficiente de variação da variação percentual do PIB dos países latino americanos sofre uma redução expressiva quando são comparados os períodos de 1980-1990 (541%) e 1991-2011 (87,4%). Isto aponta um crescimento mais estável destas economias nas décadas de 1990 e 2000. Apesar dos dados descritivos permitirem uma interpretação preliminar dos dados de que as variações macroeconômicas na América Latina estão mais dissociadas das eleições, o teste econométrico permite a mensuração de causalidade entre as variáveis de forma mais rigorosa, possibilitando identificar quais variáveis estariam contribuindo para esta mudança de comportamento.

A tabela 3.1.1 apresenta os resultados de quatro regressões que tem a variação percentual do PIB dos países selecionados como variável dependente. Embora os valores tenham sido omitidos, este modelo possui efeitos fixos controlado pela Costa Rica. Em nenhum modelo os anos pré-eleitorais, eleitorais ou pós-eleitorais foram significativos estatisticamente, indicando que eles não exercem influência sobre o comportamento da variável dependente. Este achado refuta as previsões do modelo oportunista de Nordhaus (1975) e se aproxima aos resultados verificados por outras pesquisas anteriores. No que diz respeito às expectativas do modelo de ciclos político-partidários, os sinais dos coeficientes correspondem ao esperado, entretanto, nos

---

<sup>33</sup> Cf.: Fialho (1996).

modelos 1 e 2, referentes aos partidos de esquerda e centro, tais coeficientes não foram significantes estatisticamente. No que diz respeito ao modelo 3, partidos de direita, o sinal corresponde ao esperado e é estatisticamente significativo ao nível de cinco por cento, corroborando parcialmente o modelo partidário. O percentual de desempregados teve o coeficiente com o sinal esperado e foi significativo em todas as regressões. Quanto às variáveis de controle, a população residente e o PIB em PPC não foram significativos em todos os modelos.

No que diz respeito às variáveis que visavam mensurar o grau de abertura econômica e seu impacto sobre o crescimento econômico, coeficiente de abertura e sua *lag*, nenhuma das duas foi significativa nos modelos. A inclusão da variável de variação no preço de *commodities* teve o objetivo de captar a influência contextual do ambiente internacional sobre o crescimento econômico latino-americano. Esta variável foi significativa ao nível de um por cento em todos os modelos, indicando que quanto maior a variação no preço das *commodities*, maior será a variação no PIB destas economias, o que aponta para certa ligação com a economia global.

**Tabela 3.1.1 – Variação % do PIB - Modelo com Efeitos Fixos**

Variável Dependente – Crescimento percentual do PIB				
Variáveis Independentes	Modelos			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Ano pré-eleitoral	0,3324 (0,5354)	0,3246 (0,5500)	0,2707 (0,5368)	0,3121 (0,4352)
Ano eleitoral	0,0696 (0,6110)	0,0733 (0,6250)	-0,0141 (0,6066)	0,0136 (0,4731)
Ano pós-eleitoral	-0,3530 (0,5267)	-0,3150 (0,5453)	-0,3147 (0,5309)	-0,3417 (0,4574)
Partido de Esquerda	0,7701 (0,5360)	-	-	-
Partido de Centro	-	0,3216 (0,3848)	-	-
Partido de Direita	-	-	<b>-1,1810**</b> (0,4573)	-
Coefficiente de abertura	-0,1856 (0,5360)	-0,0094 (0,2799)	-0,0148 (0,2643)	-0,2857 (0,2215)
Lag do coeficiente de abertura	-0,2907 (0,3450)	-0,3418 (0,3585)	-0,3954 (0,3498)	-0,2202 (0,2929)
Variação no preço de <i>commodities</i>	<b>0,0854**</b> (0,0276)	<b>0,868**</b> (0,0275)	<b>0,0870**</b> (0,0272)	<b>0,0829**</b> (0,0292)
% de desempregados	<b>-4,8225***</b> (0,9007)	<b>-4,5747***</b> (0,9604)	<b>-4,4933***</b> (0,8960)	<b>-4,7706***</b> (0,8935)
População	-1,1333 (2,5888)	-1,1194 (2,5167)	-1,2495 (2,5357)	-1,8897 (2,6521)
PIB em PPC	1,0102 (2,3429)	1,3490 (2,2935)	1,3339 (2,3566)	1,7640 (2,5158)
Lag da variável dependente	<b>0,4509***</b> (0,0629)	<b>0,4512***</b> (0,0625)	<b>0,4508***</b> (0,0618)	<b>0,4497***</b> (0,0588)
Constante	6,5189 (17,1049)	-4,1854 (17,4676)	-1,2805 (18,6781)	0,4015 (20,4301)
R2	0,6507	0,6472	0,6559	0,6425
Wald chi(22)	1012,29	932,64	1165,98	34764,85
Prob > chi2	0,000	0,0000	0,0000	0,0000
Observações	203	203	203	241

Erro padrão entre parênteses.

Coefficientes dos efeitos fixos omitidos.

\*, \*\*, \*\*\* - estatisticamente significativa ao nível de 10, 5 e 1 por cento respectivamente.

### 3.2 Analisando o Desemprego

O nível de desemprego é outra variável macroeconômica contemplada pela teoria dos ciclos eleitorais. A expectativa quanto a esta variável é que o nível de desemprego reduza no período pré-eleitoral em função da adoção de políticas de incentivo ao crescimento econômico implementadas pelo governo, e aumente no período pós-eleitoral, quando o governo irá reduzir o ritmo da economia para conter a inflação.

O gráfico 3.2.1 apresenta um quadro diferenciado entre o padrão encontrado para a média da América Latina entre os períodos de 1979 a 1998 e 1994 a 2011, indicando uma clara mudança de comportamento desta variável. Os gráficos que apresentam o comportamento do percentual de desempregados da população de cada um dos países analisados estão presentes no apêndice deste capítulo.

Dentre os cinquenta e dois ciclos eleitorais que ocorreram entre o período analisado aqui (1994 a 2011) em apenas dezoito, foi observado o comportamento esperado pela teoria dos ciclos econômicos, redução no período eleitoral, seguido de crescimento do percentual de desempregados no período pós-eleitoral. Segundo os dados de Borsani, em 16 dos 28 ciclos eleitorais contemplados por ele no período 1979 a 1998, a variável desemprego comporta-se da forma esperada pela literatura. Em termos percentuais, a teoria explica o comportamento da taxa de desempregos em cerca de 60% dos casos analisados por Borsani, quando passamos para o período mais recente, este valor cai para 34%. Ressalta-se ainda a importância do mercado de trabalho informal nestes países, o que pode limitar o poder explicativo da teoria para esta variável. O percentual de empregos informais na América Latina tem ficado em torno de cinquenta por cento desde os anos 1990 até 2006 segundo estudo da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com a Organização Mundial do Comércio (OMC) (2009), o estudo indica também que este padrão não é homogêneo, com países como o Chile com 32% de mercado de trabalho informal e o Paraguai com 74%.

Seguindo a lógica empregada na variável de crescimento econômico, a Tabela 3.2.1 apresenta quatro regressões distintas, tendo o percentual de desempregados como variável dependente. O modelo indica que o ano eleitoral não exerce influência sobre o desemprego, assim como na análise sobre o PIB, os coeficientes são insignificantes em todos os modelos. As variáveis de orientação ideológica do partido são significantes apenas no que diz respeito aos partidos de esquerda e de direita. Entretanto o sinal para os partidos de esquerda não é o esperado pela teoria, indicando que há um acréscimo do desemprego quando um partido de esquerda está no poder, e um decréscimo deste indicador quando um partido de centro governa. As variáveis de controle foram significantes e tiveram o comportamento esperado. O crescimento do PIB possui o sinal esperado em todos os modelos, impactando negativamente sobre o percentual de desempregados, não sendo significativo apenas no segundo modelo.

No que diz respeito ao coeficiente de abertura, em ambos os modelos os sinais foram os esperados, indicando que uma economia mais aberta gera uma menor taxa de desemprego, esta variável foi significativa em todos os modelos com exceção do quarto modelo. Uma participação maior do volume de exportações e importações no PIB implica em redução do percentual de desempregados. A *lag* desta variável foi significativa apenas nos modelos 1 e 2. A variação do preço de *commodities* foi significativa em todos os modelos, apesar do coeficiente ser baixo, o curioso é que esta impacta positivamente sobre a taxa de desemprego.

**Tabela 3.2.1 – Percentual da força de trabalho desempregada - Modelo Com Efeitos Fixos**

Variável Dependente – Percentual de desempregados				
Variáveis Independentes	Modelos			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Ano pré-eleitoral	-0,0384 (0,0408)	-0,0300 (0,0408)	-0,0360 (0,0408)	-0,0474 (0,0389)
Ano eleitoral	0,0644 (0,0458)	0,0743 (0,0454)	0,0715 (0,0448)	0,0334 (0,0400)
Ano pós-eleitoral	-0,0224 (0,0404)	-0,0235 (0,0394)	-0,0199 (0,0399)	-0,0233 (0,0386)
Partido de Esquerda	<b>0,1064**</b> (0,0388)	-	-	-
Partido de Centro	-	<b>-0,1321***</b> (0,0318)	-	-
Partido de Direita	-	-	0,0400 (0,0434)	-
Coefficiente de abertura	<b>-0,0524**</b> (0,0199)	<b>-0,0621**</b> (0,0229)	<b>-0,0403*</b> (0,0215)	-0,0198 (0,0190)
Lag do coeficiente de abertura	<b>0,0395*</b> (0,0237)	<b>0,0496**</b> (0,0253)	0,0410 (0,0253)	0,0097 (0,0261)
Variação no preço de <i>commodities</i>	<b>0,0039**</b> (0,0017)	<b>0,0034**</b> (0,0017)	<b>0,0038**</b> (0,0017)	<b>0,0036**</b> (0,0014)
Crescimento % do PIB	<b>-0,0110*</b> (0,0059)	-0,0094 (0,0060)	<b>-0,0112*</b> (0,0060)	<b>-0,0121**</b> (0,0057)
População	<b>0,7341***</b> (0,1778)	<b>0,7340***</b> (0,1794)	<b>0,7523***</b> (0,1730)	<b>0,6834***</b> (0,1505)
PIB em PPC	<b>-0,6165***</b> (0,1517)	<b>-0,6233***</b> (0,1505)	<b>-0,5983***</b> (0,1492)	<b>-0,5121***</b> (0,1298)
Lag da variável dependente	<b>0,0361**</b> (0,0133)	<b>0,0345**</b> (0,0137)	<b>0,0298**</b> (0,0131)	<b>0,0344**</b> (0,0100)
Constante	<b>6,2158***</b> (1,1332)	<b>6,5444***</b> (1,0944)	<b>5,3749***</b> (1,1928)	<b>4,1659***</b> (1,1082)
R2	0,7285	0,7339	0,7217	0,7839
Wald chi(23)	1629,15	2486,19	4798,90	205344,16
Prob > chi2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Observações	203	203	203	241

Erro padrão entre parênteses.

Coefficientes dos efeitos fixos omitidos.

\*, \*\*, \*\*\* - estatisticamente significante ao nível de 10, 5 e 1 por cento respectivamente.

### 3.3 Inflação, Ideologia e Abertura Comercial

A última variável analisada diz respeito à taxa de inflação anual dos países em análise. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por uma forte onda inflacionária na região, a chamada hiperinflação só foi controlada em meados dos anos 1990 em alguns países. Apesar das dificuldades em trabalhar com esta variável, por esta ser relevante teoricamente para os modelos oportunistas e partidários, optou-se por incluí-la na pesquisa. Outra justificativa para a inclusão desta variável na análise diz respeito aos ganhos eleitorais que o governante terá na redução da inflação no período pré-eleitoral, haja vista o padrão de elevada inflação em alguns países. Alguns pesquisadores utilizaram o acompanhamento trimestral desta variável, tal abordagem para a pesquisa em tela não foi possível dada a indisponibilidade de dados para diferentes casos, portanto optou-se pela utilização anual desta variável.

O gráfico 3.3.1 apresenta a evolução média da taxa de inflação nos períodos eleitorais na América Latina, o comportamento esperado pela teoria é de que a taxa de inflação seja reduzida nos períodos pré-eleitorais e cresça no período imediatamente posterior às eleições. Este comportamento só é verificado em cerca de 34% dos períodos eleitorais analisados aqui, os demais não corroboram as expectativas teóricas, apresentando-se de forma aleatória à influência do calendário eleitoral. No apêndice a este capítulo é exibido uma série de gráficos que descrevem o comportamento desta variável para os diversos países analisados ao longo dos períodos eleitorais registrados.

Embora os dados descritivos tenham apontado para uma incidência reduzida da influência eleitoral sobre a taxa de inflação na América Latina, o modelo econométrico

possibilita maior nível de precisão na aferição desta variável. A Tabela 3.3.1 apresenta quatro regressões que tem a taxa de inflação anual dos países como variável dependente, e um conjunto de variáveis políticas, econômicas e de controle como independentes. Mais uma vez foram adotados efeitos fixos, embora estes valores tenham sido omitidos da tabela. Assim como nos modelos reportados nas seções 3.1 e 3.2, os períodos eleitorais não são significantes em nenhum dos quatro modelos, indicando que esta variável não exerce influência sobre a taxa de inflação dos países selecionados, mais uma vez refutando as expectativas dos modelos oportunistas.

No que diz respeito ao modelo partidário, a variável que indica o partido de esquerda embora possua o sinal esperado, não foi significativa. As variáveis de partido de centro e partido de direita foram significativas e possuem o sinal esperado, ou seja, governos de direita produzem menores taxas de inflação, ao passo que governos de centro impactam positivamente sobre a inflação. Estes resultados corroboram parcialmente as expectativas do modelo de ciclos partidários.

A variável de abertura econômica foi significativa ao nível de um por cento, indicando que esta variável impacta positivamente sobre a taxa de inflação. A lag do coeficiente de abertura assim como a variação no preço de *commodities* não foram significativas. A variação do PIB não foi significativa e não exerce influência sobre a taxa de inflação. No que diz respeito às variáveis de controle, população e PIB em PPC, ambas foram significativas ao nível de 1%.

Tabela 3.3.1 – Taxa de Inflação - Modelo Com Efeitos Fixos

Variável Dependente – Taxa de Inflação				
Variáveis Independentes	Modelos			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Ano pré-eleitoral	-0,0007 (0,1261)	-0,0180 (0,1286)	-0,0056 (0,1253)	0,0348 (0,1153)
Ano eleitoral	-0,1035 (0,1253)	-0,1180 (0,1250)	-0,1089 (0,1251)	-0,0432 (0,1055)
Ano pós-eleitoral	-0,0403 (0,1271)	-0,0258 (0,1296)	-0,0258 (0,1252)	-0,0464 (0,1079)
Partido de Esquerda	0,1602 (0,1366)	-	-	-
Partido de Centro	-	<b>0,2902**</b> (0,1025)	-	-
Partido de Direita	-	-	<b>-0,4511***</b> (0,1173)	-
Coefficiente de abertura	<b>0,3400***</b> (0,0739)	<b>0,4162***</b> (0,0818)	<b>0,3745***</b> (0,0751)	<b>0,3581***</b> (0,0650)
Lag do coeficiente de abertura	-0,0363 (0,0875)	-0,0712 (0,0892)	-0,0674 (0,0911)	-0,0319 (0,0755)
Variação no preço de <i>commodities</i>	-0,0030 (0,0056)	-0,0024 (0,0055)	-0,0020 (0,0053)	-0,0005 (0,0054)
Crescimento % do PIB	0,0250 (0,0163)	0,0233 (0,0168)	0,0199 (0,0164)	0,0216 (0,0160)
População	<b>2,7862***</b> (0,5862)	<b>2,8578***</b> (0,6067)	<b>2,8476***</b> (0,5908)	<b>2,8534***</b> (0,4978)
PIB em PPC	<b>-2,5399***</b> (0,5281)	<b>-2,4542***</b> (0,5369)	<b>-2,5576***</b> (0,5312)	<b>-2,5429***</b> (0,4519)
Lag da variável dependente	<b>0,0125**</b> (0,0063)	<b>0,0134*</b> (0,0069)	<b>0,0126**</b> (0,0064)	<b>0,0157**</b> (0,0056)
Constante	<b>19,0975***</b> (4,2427)	<b>15,0723***</b> (4,1586)	<b>18,4729***</b> (4,1557)	<b>17,9656***</b> (3,7911)
R2	0,5327	0,5399	0,5532	0,5389
Wald chi(23)	73604,87	85005,29	6148,28	45589,27
Prob > chi2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Observações	235	235	235	273

Erro padrão entre parênteses.

Coefficientes dos efeitos fixos omitidos.

\*, \*\*, \*\*\* - estatisticamente significativa ao nível de 10, 5 e 1 por cento respectivamente.

Os modelos empregados aqui buscaram verificar a influência dos períodos eleitorais (ano pré-eleitoral, ano eleitoral e ano pós-eleitoral), da orientação ideológica do partido governante e da globalização da economia sobre variáveis macroeconômicas. O primeiro conjunto de variáveis diz respeito ao modelo oportunista, já o segundo conjunto faz referência ao modelo partidário, o terceiro conjunto de variáveis buscou identificar qual a influência da internacionalização das economias latino-americanas sobre seus indicadores macroeconômicos. Os padrões apresentados através dos dados descritivos apontavam para a não influência do calendário eleitoral sobre as variáveis macroeconômicas, tal resultado foi corroborado pelos modelos de regressão. Se na pesquisa realizada por Borsani (2003) os dados apontavam que os resultados macroeconômicos eram explicados apenas em parte pelas teorias dos ciclos político econômicos, aqui o comportamento das variáveis refuta as previsões do modelo oportunista. Não foi verificada uma melhora dos indicadores macroeconômicos no período anterior às eleições, assim como não foi verificada uma piora sistemática destes indicadores no período imediatamente posterior às eleições. No que tange aos modelos partidários, os resultados encontrados pelas regressões corroboram parcialmente as previsões dos modelos.

Fica claro ao se comparar os resultados desta pesquisa com os de Borsani que os ciclos político econômicos ocorreram com menor incidência na série analisada aqui. Por se tratar de uma análise preliminar, esta pesquisa não pretendeu explicar os determinantes deste comportamento. Entretanto, este resultado poderia ser fruto de um processo de institucionalização do ciclo orçamentário nestes países, que acabaria por reduzir cada vez mais as margens dos gestores públicos para possíveis comportamentos oportunistas, refletindo um processo de consolidação democrática. Outro fator analisado diz respeito ao impacto da abertura econômica sobre as variáveis

econômicas, esta variável mostrou-se significativa nos modelos que analisaram o desemprego e a inflação. Já a variação no preço das *commodities* foi significativa quanto ao comportamento do crescimento do PIB e da taxa de desemprego. Tais variáveis buscaram capturar a influência da globalização sobre o comportamento macroeconômico dos países em análise.

Os resultados empíricos contidos aqui lançam dúvidas sobre a capacidade explicativa da teoria dos ciclos político econômicos, no que diz respeito ao comportamento das variáveis macroeconômicas latino-americanas no período analisado. A visão de que os partidos políticos governantes afetarão a economia com o intuito de se manter no poder, talvez careça de uma pergunta complementar: *onde existem espaços para o comportamento oportunista por parte dos políticos? E em que condições institucionais e políticas, este comportamento é mais passível de ocorrer?* Outra dimensão que merece destaque nesta análise deve ser a influência da globalização sobre estes indicadores. Em um mundo de economias cada vez mais conectadas, comportamentos oportunistas por parte de governos, que antes demoravam alguns dias ou semanas para gerar respostas de outros países, hoje geram resultados em tempo real. A credibilidade da economia de um país passa pelo comportamento responsável de seus gestores, a dificuldade que se coloca à frente é como mensurar estas variáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em tela buscou identificar a existência de ciclos políticos eleitorais na América Latina no período de 1994 a 2011. Para tanto, foram coletados dados de PIB, desemprego e inflação de dezoito países latino-americanos – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela – ao longo de dezoito anos. Esta pesquisa visou possibilitar uma comparação entre os resultados encontrados por Borsani (2003) para os anos de 1979 a 1998 e o comportamento atual da macroeconomia latino americana, capturado em uma série histórica de 1994 a 2011, que contemplou o processo de consolidação democrática na região, bem como a crescente relevância da América Latina no processo de globalização.

No decorrer deste trabalho foi apresentada a teoria dos ciclos político econômicos, e suas principais vertentes, os modelos oportunistas e partidários, além de uma série de trabalhos que aplicaram os modelos a diferentes casos ao redor do mundo. Foram apresentados também os arranjos institucionais que visam reduzir a incidência de tais ciclos, bem como dados descritivos dos países selecionados. Alguns destes dados foram unidos aos dados encontrados por Borsani, para possibilitar uma comparação mais direta entre o padrão comportamental das variáveis macroeconômicas do período de 1979 a 1998 e o padrão encontrado entre 1994 e 2011. Através da comparação descritiva foi possível identificar um comportamento mais estável das variáveis macroeconômicas no período recente.

Os dados apresentados aqui demonstraram que apesar de ter havido alguns ciclos oportunistas em indicadores macroeconômicos de alguns países em períodos isolados, este comportamento não foi significativo, e os anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais não exerceram nenhum tipo de influência sobre o comportamento das variáveis selecionadas, conforme apontado pelos modelos econométricos empregados. No que diz respeito às expectativas dos modelos partidários, os resultados não foram conclusivos, sendo significantes apenas em alguns modelos e para algumas orientações ideológicas. O padrão encontrado aponta ainda uma relevância das variáveis de abertura econômica e variação no preço de *commodities*, indicando que a globalização destas economias vem impactando em seus indicadores macroeconômicos, apontando que a globalização e a integração dos mercados financeiros vêm favorecendo a disciplina fiscal ao punirem estratégias oportunistas.

Todavia, seria necessário um número maior de informações de natureza macroeconômica, política e institucional sobre os países selecionados, para fornecer maior robustez ao modelo econométrico empregado aqui, e desta forma apresentar respostas mais conclusivas. A ampliação da base de dados, assim como a inclusão de novas variáveis, constitui desafio para as futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Antonio and HAUPTMEIER, Sebastian. (2009), “Fiscal behaviour in the European Union rules, fiscal decentralization and government indebtedness”. *European Central Bank, Working Paper Series*, nº 1054.
- ALESINA, Alberto. (1987), “Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game”. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 102, nº 3, Agosto, p. 651-678.
- \_\_\_\_\_, HAUSMANN, Ricardo; HOMMES, Rudolf; STEIN, Ernesto. (1999), “Budget institutions and fiscal performance in Latin América”. *Journal of Development Economics*, vol. 59, p. 253-273.
- ALPER, C. Emre e ONIS, Ziya (2001), “Financial Globalization, the Democratic Deficit and Recurrent Crises in Emerging Markets: The Turkish Experience in the Aftermath of Capital Account Liberalization”. *Bogazici University ISS/EC Working Paper* No. 01-14. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=288367>.
- ALT, James E., e LOWRY, Robert C. (1994), “Divided Government, Fiscal Institutions, and Budget Deficits: Evidence from the States”. *The American Political Science Review*, Vol. 88, No. 4, p. 811-828.
- AMES, Barry. (1977), “The Politics of Public Spending in Latin America”. *American Journal of Political Science*, Vol. 21, Nº. 1, p. 149-176.
- AMORIM NETO, Octavio e BORSANI, Hugo. (2004), "Presidents and Cabinets: The Political Determinants of Fiscal Behavior in Latin America". *Studies in Comparative International Development*, vol. 39, nº 1, p. 3-27.
- ARAÚJO, Jevuks Matheus de. (2010), “*Relações entre Economia e Política: uma análise dos ciclos político-econômicos nos estados brasileiros no período de 1995 a*

- 2008". Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Economia. UFPB.
- ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. (1991), "Some tests of specification for panel data: monte carlo evidence and application to employment equations. *The Review of Economic Studies*, vol. 58, p. 277-297.
- ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro; MENDES, Marcos. (2008), "Aprovação de empréstimos a governos subnacionais no Brasil: há espaço para comportamento político oportunista?". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 4, p. 983 a 1014
- AVELINO, George e BARBERIA, Lorena G. (2010), "Political Budget Cycles and Democratization in Latin America, 1973-2008". Texto para discussão disponível em: <http://cepesp.fgv.br/en/node/331>.
- BACHA, Edmar. (1994), "O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro". *Revista de Economia Política*, vol.14, nº 1(53), p. 5-17.
- BATISTA, Cristiane. (2008), "Partidos Políticos, Ideologia e Política Social na América Latina: 1980-1999". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.51, nº 3, p. 647-686.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. (1988), *Da crise internacional à moratória brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.
- BALTAGI, Badi H. (2005), *Econometric Analysis of Panel Data*. John Wiley & Sons Ltd 3º ed. England.
- BECK, Nathaniel & KATZ, Jonathan. (1995), "What to Do (and Not to Do) with Time-Series-Cross-Section Data in Comparative Politics". *American Political Science Review*, vol. 89, nº 3, p. 634-647.

- BLAIS, André; BLAKE, Donald e DION, Stéphanie. (1993), “Do Parties Make a Difference? Parties and the Size of Government in Liberal Democracies”. *American Journal of Political Science*, vol. 37, n° 1, pp. 40-62.
- BORSANI, Hugo. (2001), Eleições e Desempenho Macroeconômico na América Latina (1979-1998). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.44, n°3, p. 481-512.
- \_\_\_\_\_. (2003), *Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- BRASIL. (2004), *Planos e Orçamentos Públicos*. Senado Federal. Brasília.
- BUCHANAN, James & TULLOCK, Gordon. [1965 (1974)], *The Calculus of Consent: logical foundations of constitutional democracy*. An Arbor. The University of Michigan Press.
- CAMARGOS, Malco Braga. (1999), “Do bolso para as urnas — a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998”. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. IUPERJ.
- CAMPELLO, Daniela. (2008), “*Between votes and capital: Democracy and financial integration in the developing world*”. Doctoral Thesis, University of California, Los Angeles.
- CANDEL-SÁNCHEZ, Francisco. (2007), “Incentives for budget disciplines in the presence of elections”. *European Journal of Political Economy*, vol.23, p.863-884.
- CAREY, Sean & LEBO, Matthew J. (2006), “Election cycles and the economic voter”. *Political Research Quarterly*, vol.59, p.543-556.
- CEPALSTAT. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Disponível em: <http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=contenidos>. Acesso em janeiro de 2012.

- COLOMER, Josep M. (2005), *“The Left-Right Dimension in Latin America”*. Universitat Pompeu Fabra. Departamento de Economía y Empresa. Working Paper, nº 813.
- COPPEDGE, Michael. (1997), *A classification of Latin American political parties*. Kellogg Institute, University of Notre Dame. Working Paper, nº 244.
- DILLARD, Dudley. (1989), *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.
- ESPIN-ANDERSEN, Gøsta (1990). *The Three Worlds of Welfare State*. Princeton: Princeton University Press.
- FERREIRA NETO, José; FONTES, R. (2005), “Uma Análise dos Ciclos Político-Econômicos em Minas Gerais”. In: Rosa Maria Olivera Fontes; Mauricio Paulo Ferreira Fontes. (Org.). *Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais*. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, p. 363-388.
- FIALHO, Tânia. (1999), “Ciclos Políticos: uma resenha”. *Revista de Economia Política*, vol.19, nº2 (74), abril-junho, p. 131-149.
- \_\_\_\_\_. (1997), “Testando a Evidência de Ciclos Políticos no Brasil”. *Revista Brasileira de Economia*, v.51, n. 3, p. 379-389.
- \_\_\_\_\_. (1996), *“Performance Macroeconômica e Política: análise da evidência de ciclos políticos no Brasil – 1953-1995”*. Dissertação de Mestrado, Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional – CEDEPLAR, Mestrado em Economia. UFMG.
- FIANI, Ronaldo. (2006), *Teoria dos jogos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- FILHO, Nagib Abdala. (2004), *“A complexidade do sistema tributário a rigidez orçamentária no Brasil”*. Trabalho apresentado no IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España.

- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- FRANZESE Jr., Robert e JUSKO, Karen L. (2006), “Political-economic cycles”, in: Donald Wittman e Barry Waingast (org.), *Oxford handbook of political economy*. New York, Oxford University Press.
- FREY, Bruno. (1983), *A nova economia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FROHLICH, Norman e OPPENHEIMER, Joe A. (1978), *Economia política moderna*. Brasília: Editora da UNB.
- GAMA NETO, Ricardo Borges. (2008), “Eleições Economia e Ciclo Político: uma revisão da literatura clássica”. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, nº66, 2º semestre de 2008, pp. 91-112.
- \_\_\_\_\_. (2010), “Análise do Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Políticas Públicas dos Estados Brasileiros”. Trabalho apresentado no 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), na Área Temática Política e Economia. Recife.
- \_\_\_\_\_. (2007), “Refém, Cenoura ou Porrete: Federalismo, Comportamento Fiscal e Ciclo Político”. Tese de Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFPE.
- GUJARATI, Damodar N. (2006), *Econometria Básica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- HAGEN, Jurgen Von, e HARDEN, Ian J. (1995), “Budget processes and commitment to fiscal discipline”. *European Economic Review*, v. 39, p. 771-779.
- HIBBS, Douglas. (1977), “Political Parties and Macroeconomic Policy”. *American Political Science Review*, v.71, n. 4, p.1467-1487.
- HIROI, Taeko. (2008), “Exchange Rate Regime, Central Bank Independence, and Political Business Cycles in Brazil”. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, nº 1, p. 1-22.

- INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. (2001), Government finance statistics manual / Statistics Department.- [2nd ed.]
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION and WORLD TRADE ORGANIZATION. (2009), Globalization and informal jobs in developing countries. Switzerland.
- LUCINDA, C. R.; AVELINO, G.; ARVATE, P. R. (2008), Existe influência da ideologia sobre o Resultado fiscal dos Governos Estaduais Brasileiros? *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 38, p. 789-814.
- MARTINS, Rodrigo Caldeira de Almeida. (2002), “*As teorias de ciclos políticos e o caso português*”. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF). Nº 5. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- MELO, Marcus e PEREIRA, Carlos. (s/d), “*The Political Economy of Budgeting in Latin America: Procedures, Oversight, and Participation*”. Final report (no prelo).
- MELO, Marcus; ALSTON, Lee; MUELLER, Bernardo; PEREIRA, Carlos. (2005), “Who decides on public expenditures? A political economy analysis of the budget process: the case of Brazil”. Academic paper for discussion of the *Economic and Social Study Series - IDB*.
- \_\_\_\_\_. (2009), Presidential Power, Fiscal Responsibility Laws, and the Allocation of Spending: The Case of Brazil. In: HALLERBERG, Mark; SCARTASCINI, Carlos; STEIN, Ernesto (editors). *Who decides the budget? a political economy analysis of the budget process in Latin America*. Inter-American Development Bank, p. 57-90.
- MELO, Marcus; PEREIRA, Carlos; SOUZA, Saulo Santos. (2010), “The political economy of fiscal reform in Brazil: the rationale for the suboptimal equilibrium”. *IDB Working Paper Series*, No. IDB-WP-117. Disponível em: [http://www.iadb.org/en/research-and-data/publication-details,3169.html?pub\\_id=idb-wp-117](http://www.iadb.org/en/research-and-data/publication-details,3169.html?pub_id=idb-wp-117).
- MITCHELL, William C. & SIMMONS, Randy T. (2003), Falhas de mercado e intervenção do governo. In: *Para Além da Política: mercados, bem-estar social e o fracasso da burocracia*. Rio de Janeiro: Topbooks. p. 31-68.

- MOURÃO, Paulo Jorge Reis. (2009), “*Quatro ensaios sobre a ilusão fiscal*”. Tese de Doutorado em Economia, Escola de Economia e Gestão. Universidade do Ninho – Portugal.
- NIETO-PARRA, Sebastián e SANTISO, Javier. (2009), “Revisiting political budget cycles in latin America”. *OECD Development Centre*, Working Paper No. 281.
- NORDHAUS, Willian D. (1975), “The political business cycle”. *Review of Economy Studies*. n. 42, p. 169-190.
- PAIVA, Claudio A. C. (1994), “Interesses eleitorais e flutuações de preços em mercados regulados”. *Revista de Economia Política*, vol. 14, nº 4 (56), p. 31-40.
- PENNINGS, Paul; KEMAN, Hans; KLEINNIJENHUIS, Jan. (2003), *Doing Research in Political Science*. London: Sage Publications.
- PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. (1990), *Macroeconomic policy, credibility, and politics*. Chur, Switzerland: Harwood Academic Publishers.
- POPPER, Karl. (2007), *A lógica da pesquisa científica*. 13º ed. Cultrix. São Paulo.
- POTERBA, James M. (1996), “Budget Institutions and Fiscal Policy in the U.S. States”. *American Economic Review*, vol. 82, no 2, pp. 395-400.
- PREUSSLER, A. P. S. ; PORTUGAL, M. S. (2003), “Um Estudo Empírico dos Ciclos Político-Econômicos no Brasil”. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 179-205.
- REMMER, Karen L. (1993), “The Political Economy of Elections in Latin America, 1980-1991”. *American Political Science Review*, vol. 87, n. 2, p. 393-407.
- REZENDE, Flávio da Cunha. (1996), “Os Leviatãs Estão Fora do Lugar.” *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 39, nº 2.
- ROGOFF, Kenneth. (1990), “Equilibrium Political Budget Cycles”. *American Economic Review*, v.80, n.1, p.21-36.
- \_\_\_\_\_ ; SIBERT, Anne. (1988), "Elections and Macroeconomic Policy Cycles", *Review of Economic Studies*. Vol. 55, No. 1, pp. 1-16.

- SALVATO, M.A., ANTUNES, P.C., ARAUJO JR., A.F. & SHIKIDA, C.D. (2007). “Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006”. Artigo apresentado no *XII Encontro Regional de Economia da ANPEC Nordeste*.
- SIMPSON, Ximena; BATISTA, Cristiane. (2010), “*Determinantes políticos do déficit fiscal nos estados brasileiros (1987-1997)*”. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 131-149, fev.
- SOUZA, Saulo Santos. (2008), “*A fria austeridade das regras fiscais resiste ao calor das urnas? Oportunismo fiscal e contabilidade criativa nos estados brasileiros*”. Tese de Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFPE.
- TUFTE, Edward. (1978), *Political control of the economy*. Princeton: Princeton University Press.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), UNCTADSTAT. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=106>. Acesso em janeiro de 2012.
- WITTMAN, Donald A. (1999), *O mito do fracasso da democracia: por que as instituições são eficientes?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- World Economic Outlook Database. Fundo Monetário Internacional (FMI). Disponível em: [http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/weo\\_data/index.aspx](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/weo_data/index.aspx). Acesso em janeiro de 2012.

## ANEXOS

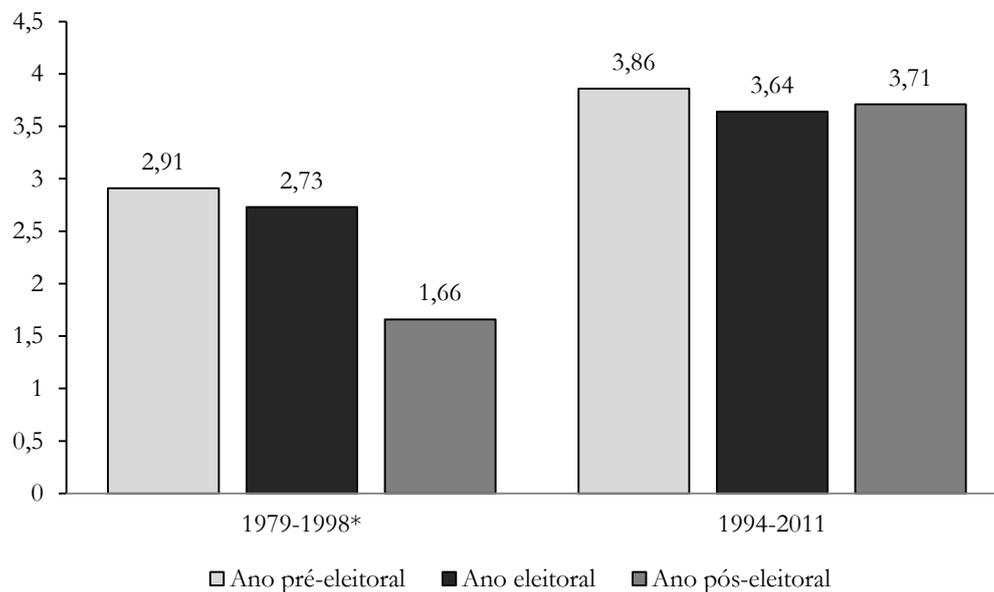
## Anexo 1 – Quadro de Variáveis Utilizadas com Descrição e Fonte

Subject Descriptor	Subject Notes	Units
Gross domestic product, constant prices	Annual percentages of constant price GDP are year-on-year changes; the base year is country-specific . Expenditure-based GDP is total final expenditures at purchasers' prices (including the f.o.b. value of exports of goods and services), less the f.o.b. value of imports of goods and services. [SNA 1993]	Percent change
Gross domestic product based on purchasing-power-parity (PPP) valuation of country GDP	These data form the basis for the country weights used to generate the World Economic Outlook country group composites for the domestic economy. The IMF is not a primary source for purchasing power parity (PPP) data. WEO weights have been created from primary sources and are used solely for purposes of generating country group composites. For primary source information, please refer to one of the following sources: the Organization for Economic Cooperation and Development, the World Bank, or the Penn World Tables. For further information see Box A2 in the April 2004 World Economic Outlook, Box 1.2 in the September 2003 World Economic Outlook for a discussion on the measurement of global growth and Box A.1 in the May 2000 World Economic Outlook for a summary of the revised PPP-based weights, and Annex IV of the May 1993 World Economic Outlook. See also Anne Marie Gulde and Marianne Schulze-Ghattas, Purchasing Power Parity Based Weights for the World Economic Outlook, in Staff Studies for the World Economic Outlook (Washington: IMF, December 1993), pp. 106-23.	Current international dollar
Inflation, average consumer prices	Annual percentages of average consumer prices are year-on-year changes.	Percent change
Unemployment rate	Unemployment rate can be defined by either the national definition, the ILO harmonized definition, or the OECD harmonized definition. The OECD harmonized unemployment rate gives the number of unemployed persons as a percentage of the labor force (the total number of people employed plus unemployed). [OECD Main Economic Indicators, OECD, monthly] As defined by the International Labour Organization, unemployed workers are those who are currently not working but are willing and able to work for pay, currently available to work, and have actively searched for work. [ILO, <a href="http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/res/index.htm">http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/res/index.htm</a> ]	Percent of total labor force
Population	For census purposes, the total population of the country consists of all persons falling within the scope of the census. In the broadest sense, the total may comprise either all usual residents of the country or all persons present in the country at the time of the census. [Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 1, paragraph 2.42]	Persons

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, September 2011

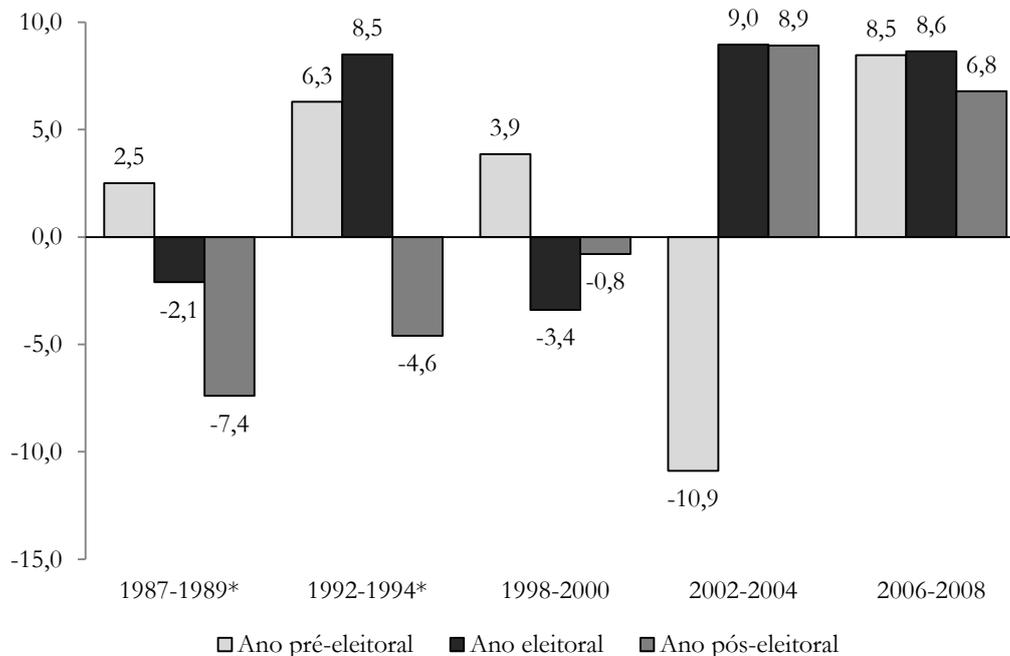
## Apêndice ao Capítulo 3

**Gráfico 3.1.1 - América Latina: evolução média do PIB (em %) em anos eleitorais**

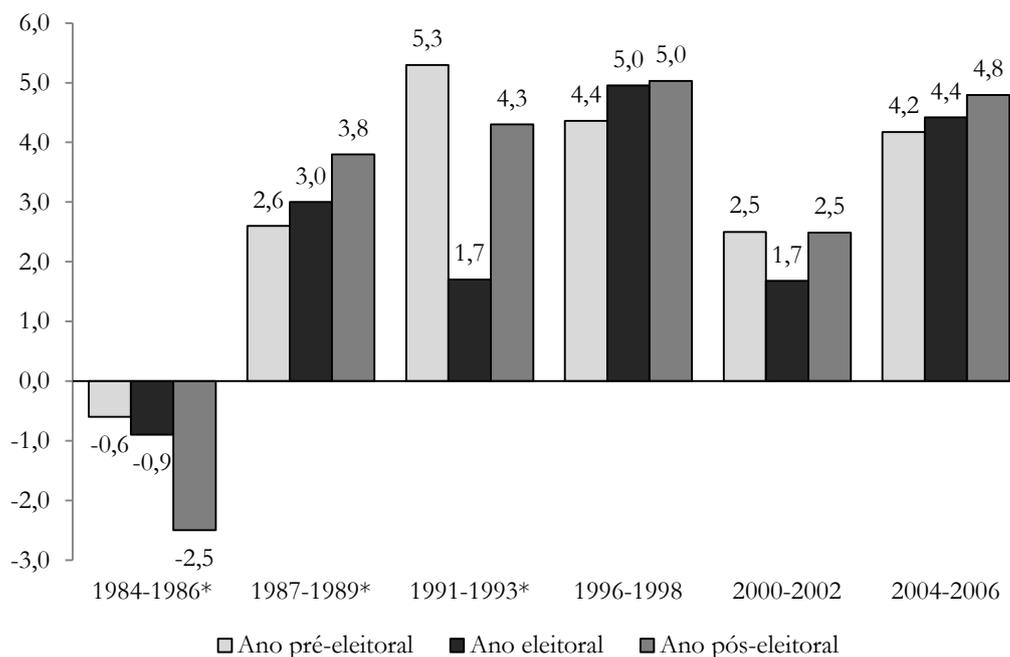


Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003, Gráfico 3.14: p.110) para o período de 1979 a 1998.

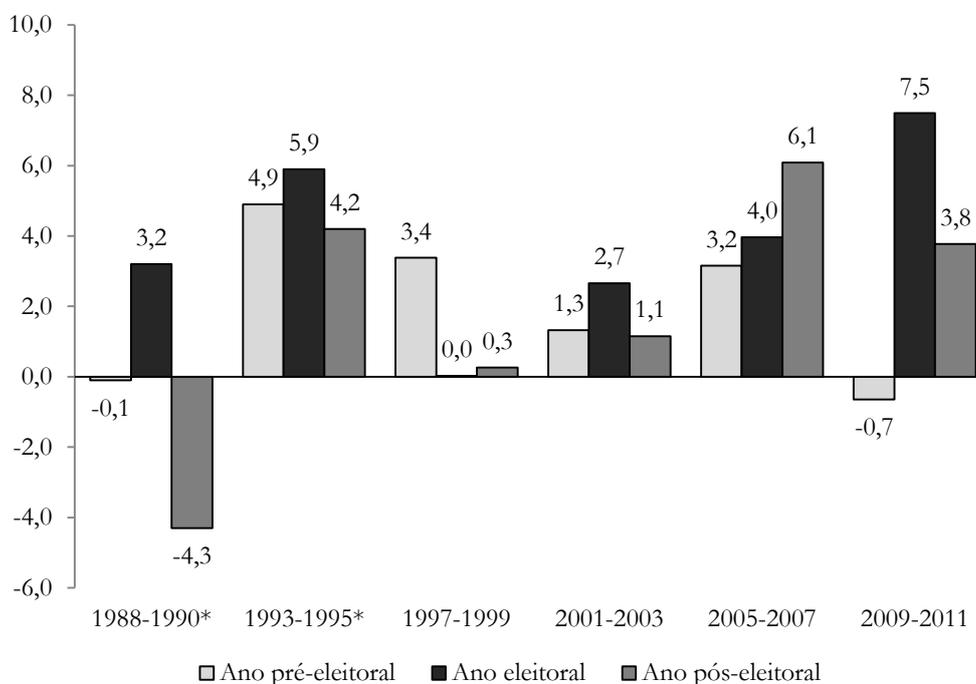
**Gráfico 3.1.2 - Argentina: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**



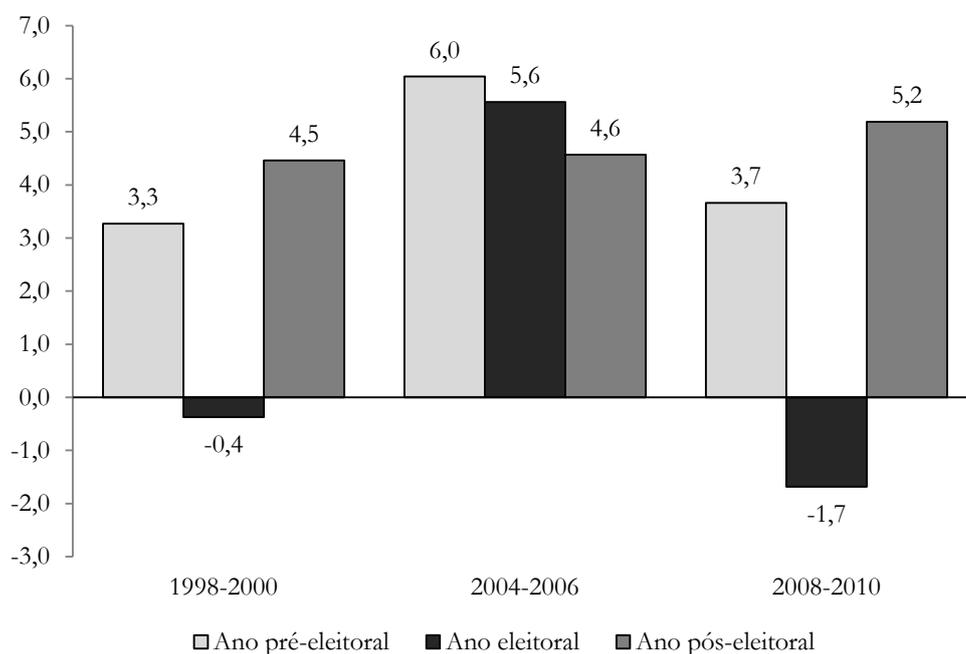
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.3 - Bolívia: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

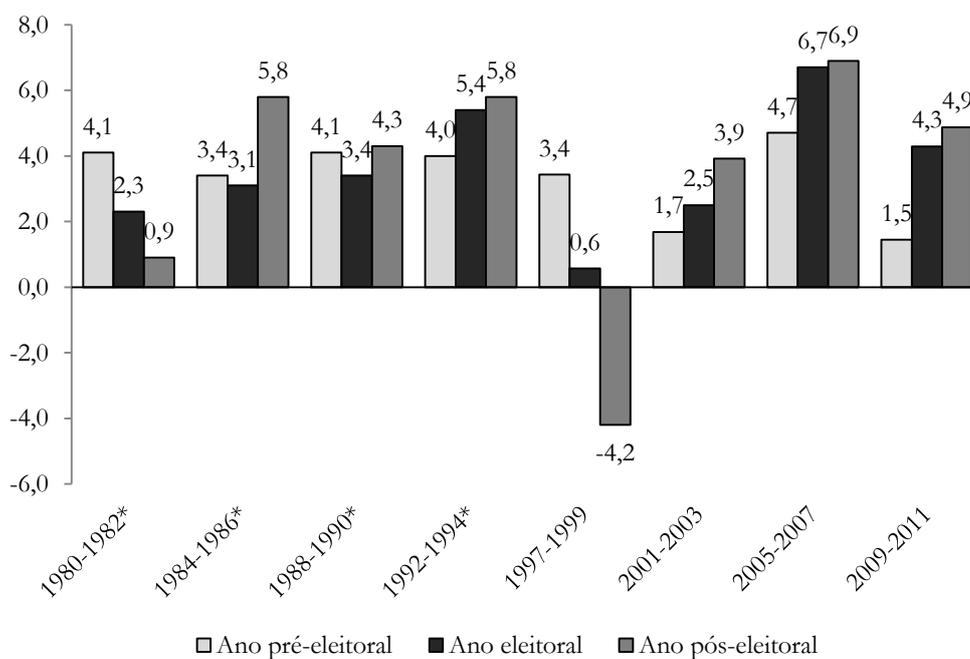
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.4 - Brasil: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

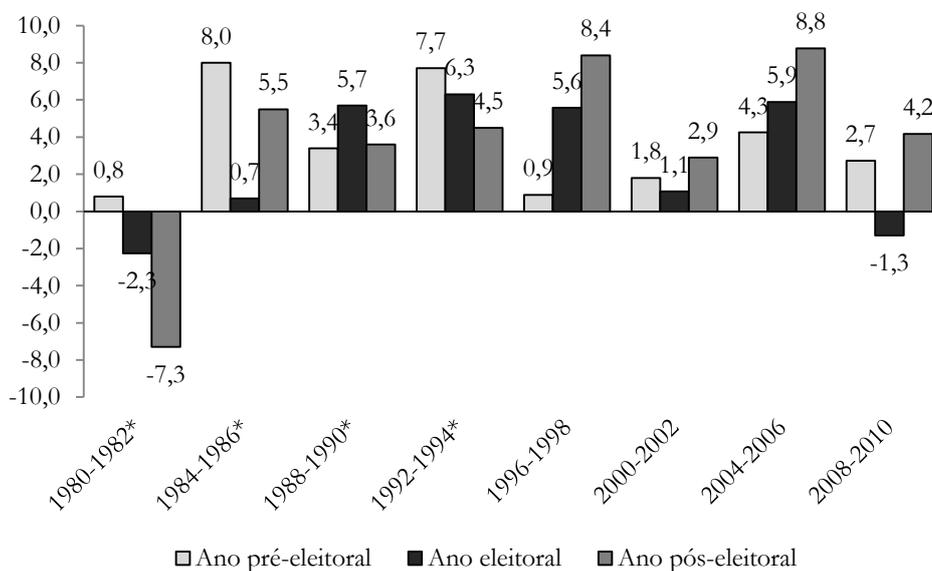
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1997 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.5 - Chile: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

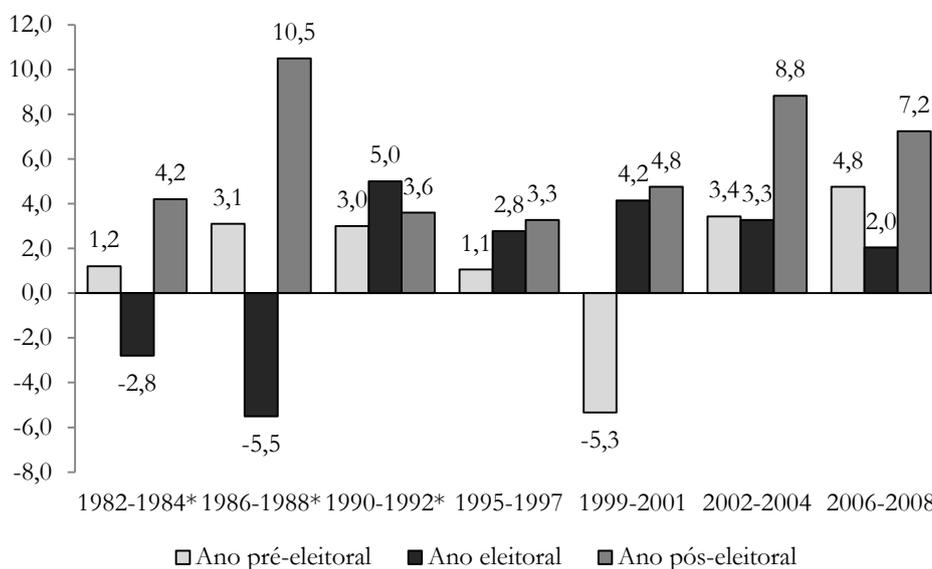
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.1.6 – Colômbia: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

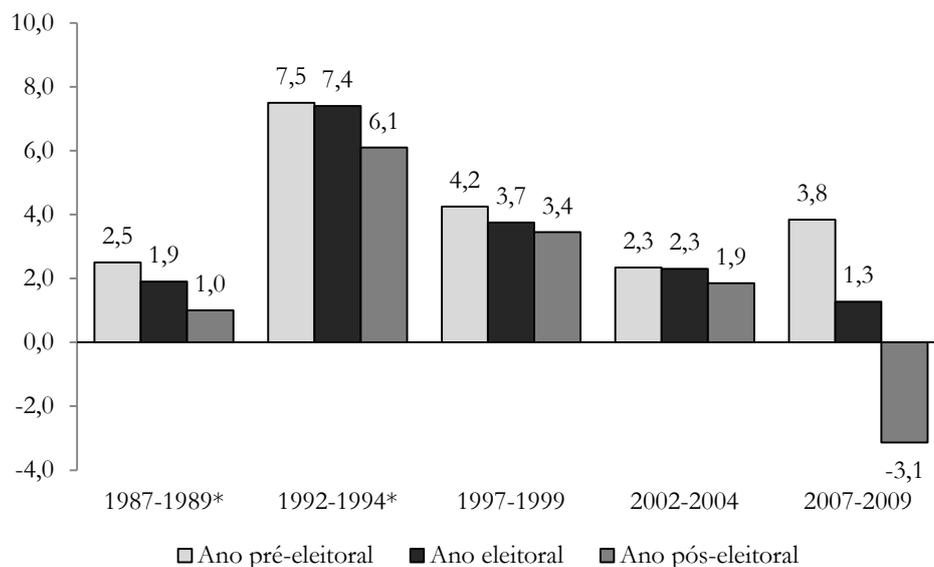
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.7 – Costa Rica: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

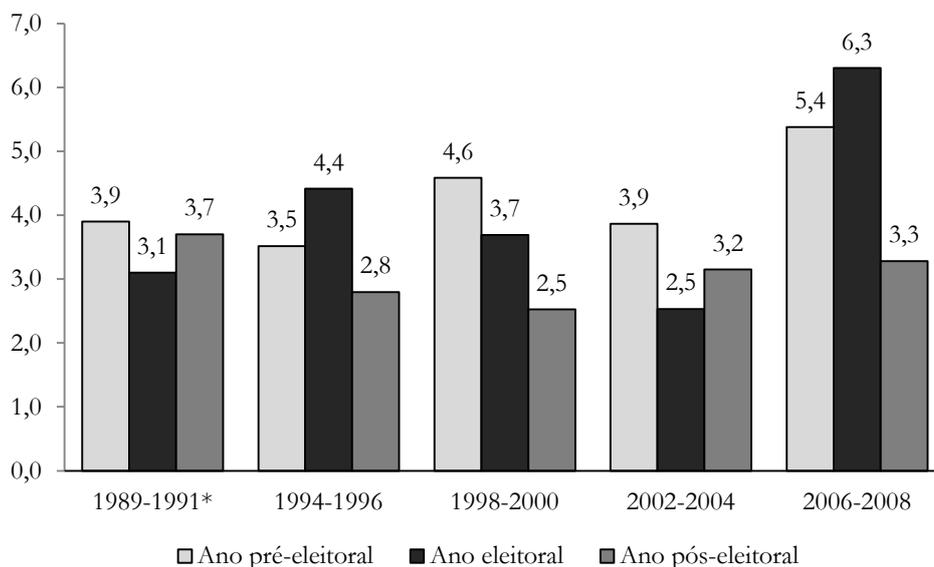
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.8 - Equador: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

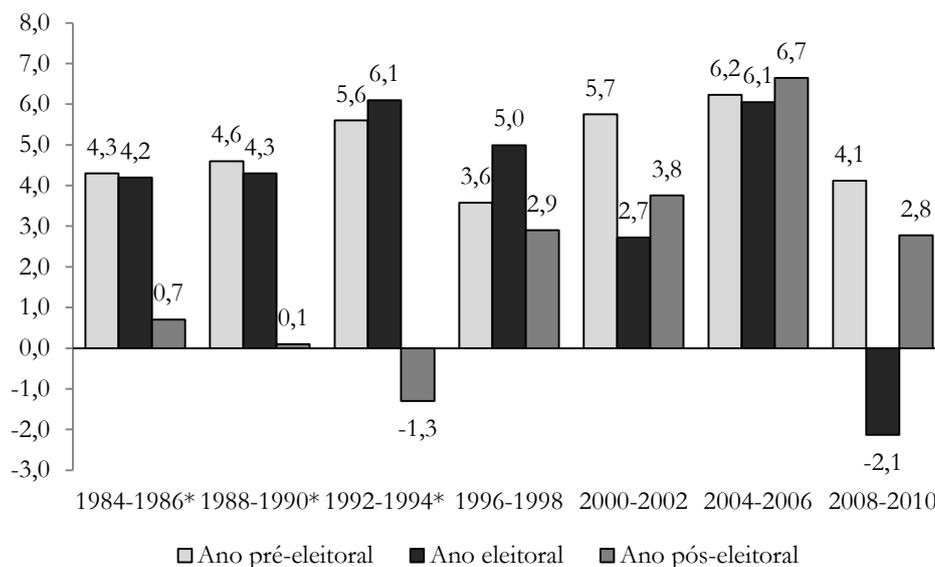
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.9 – El Salvador: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

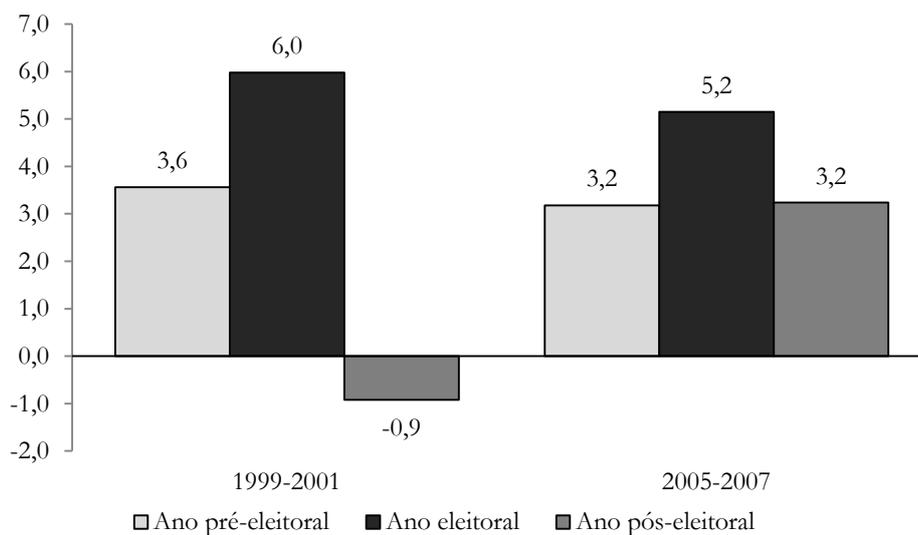
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.10 - Guatemala: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

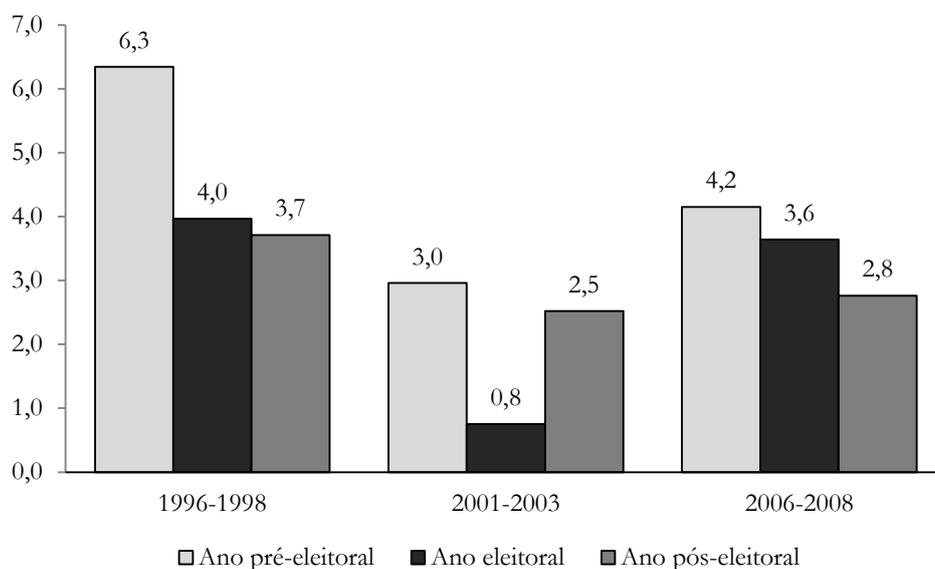
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.11 - Honduras: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

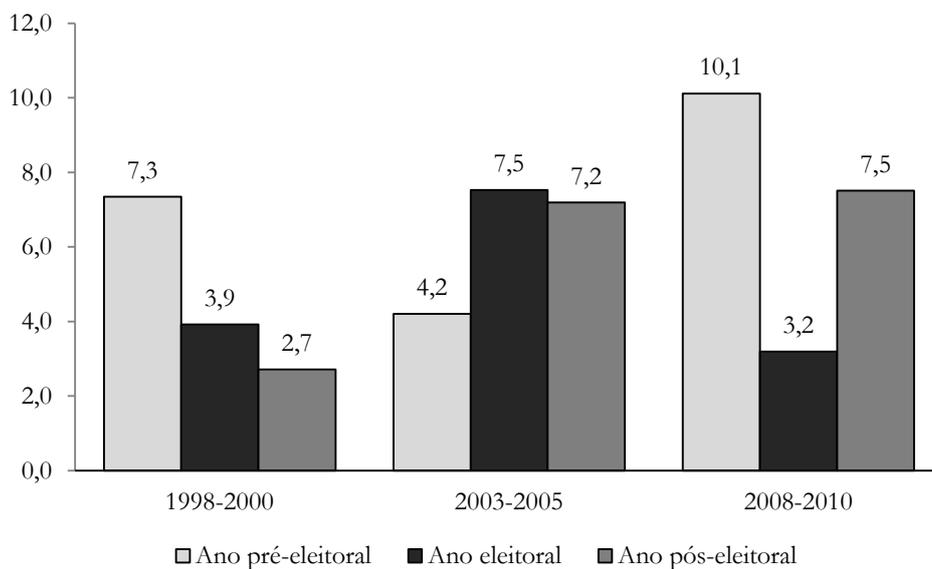
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.12 - México: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

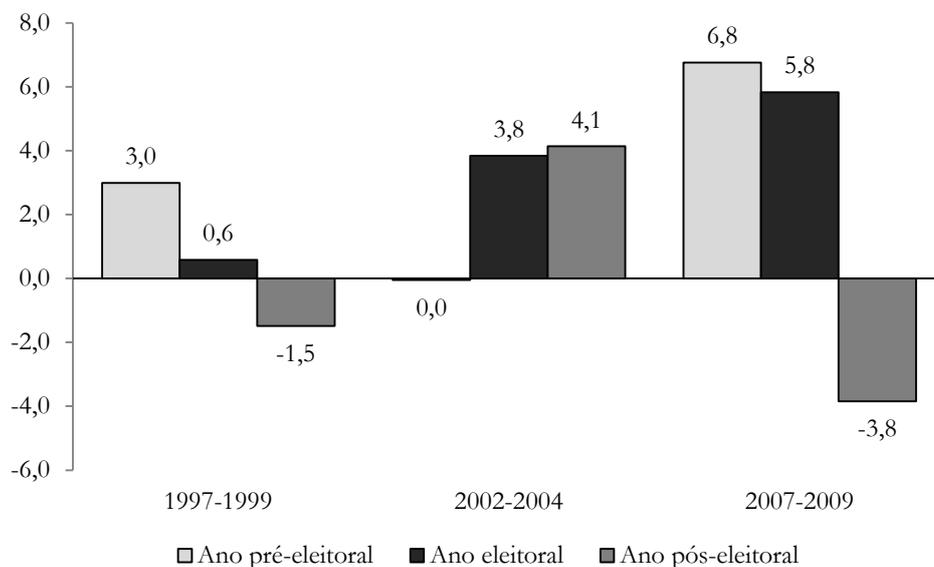
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.1.13 - Nicarágua: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

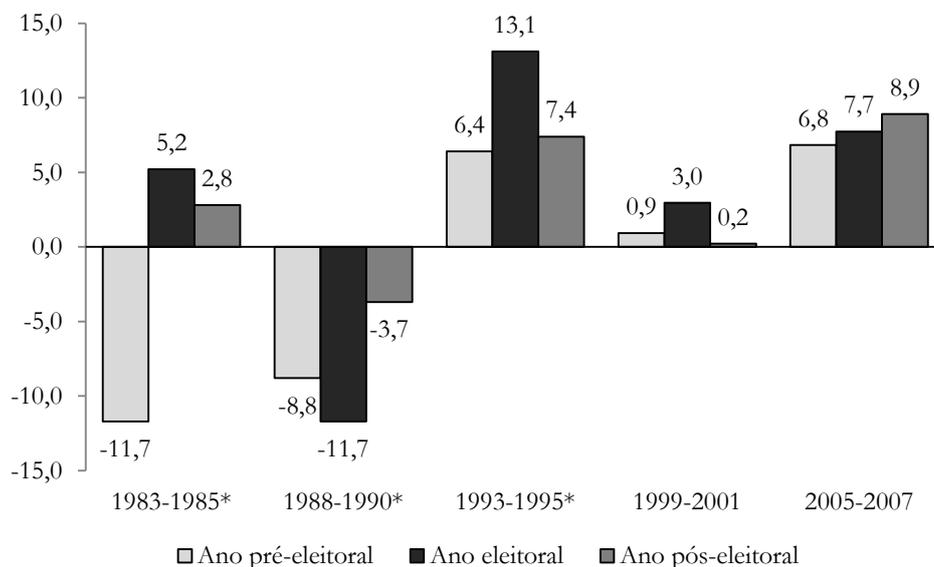
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.1.14 - Panamá: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

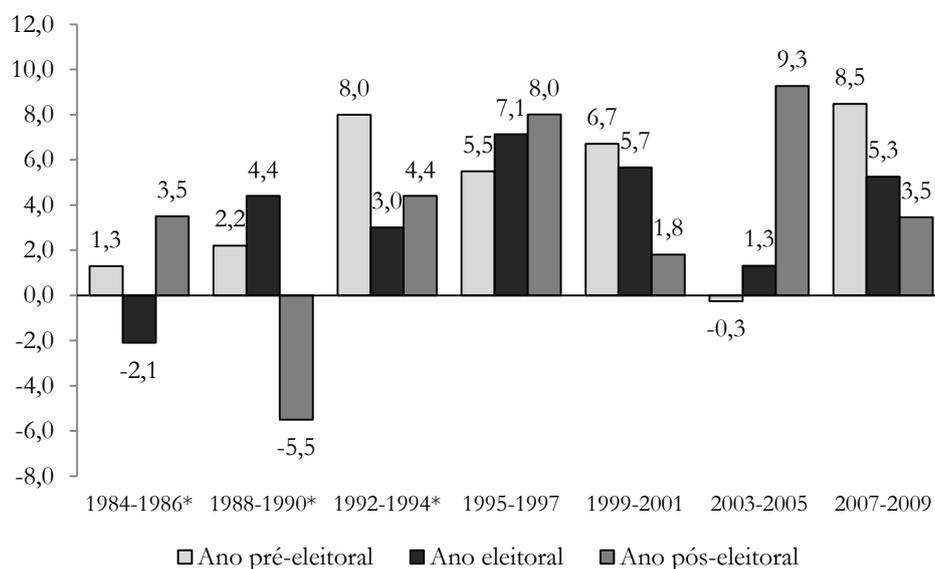
**Gráfico 3.1.15 - Paraguai: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.1.16 - Peru: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

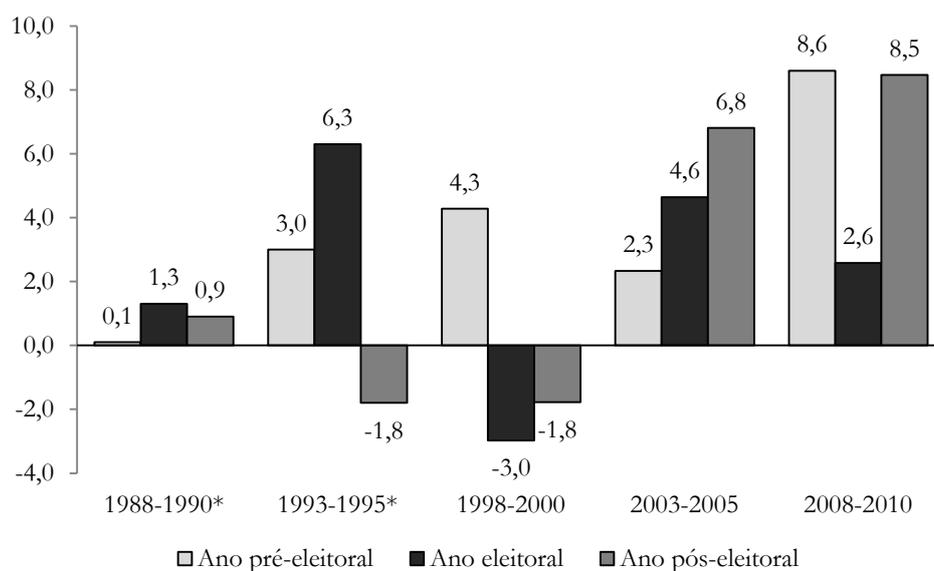
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.17 – República Dominicana: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

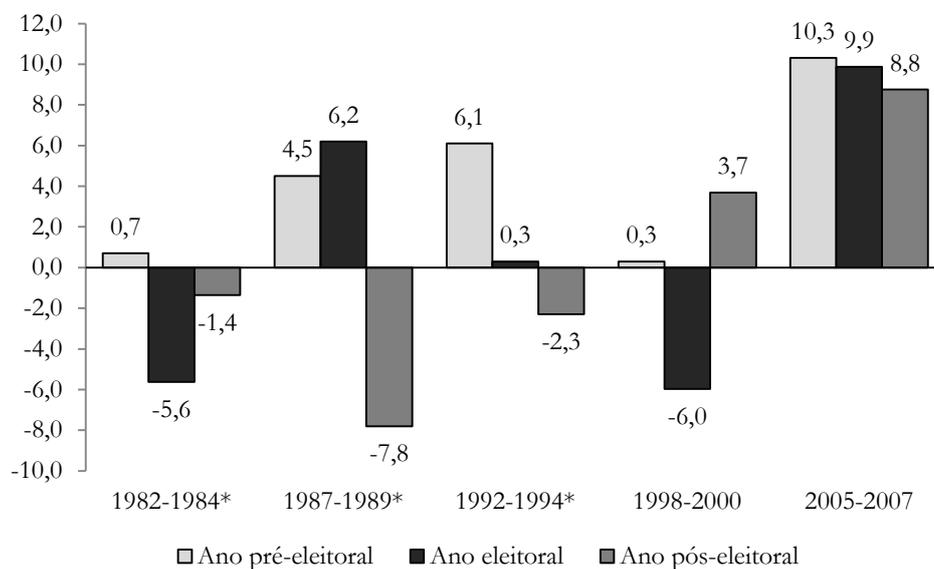


Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

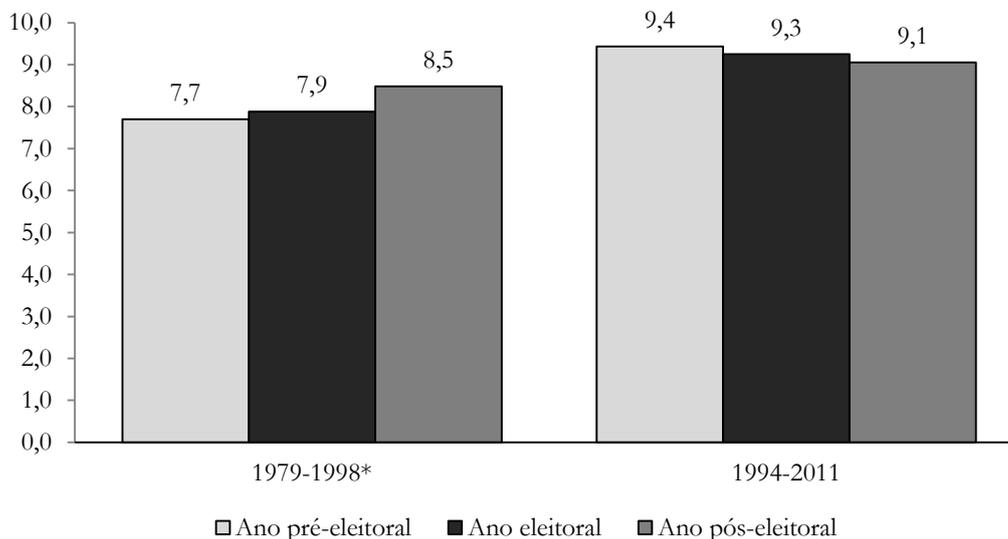
**Gráfico 3.1.18 - Uruguai: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**



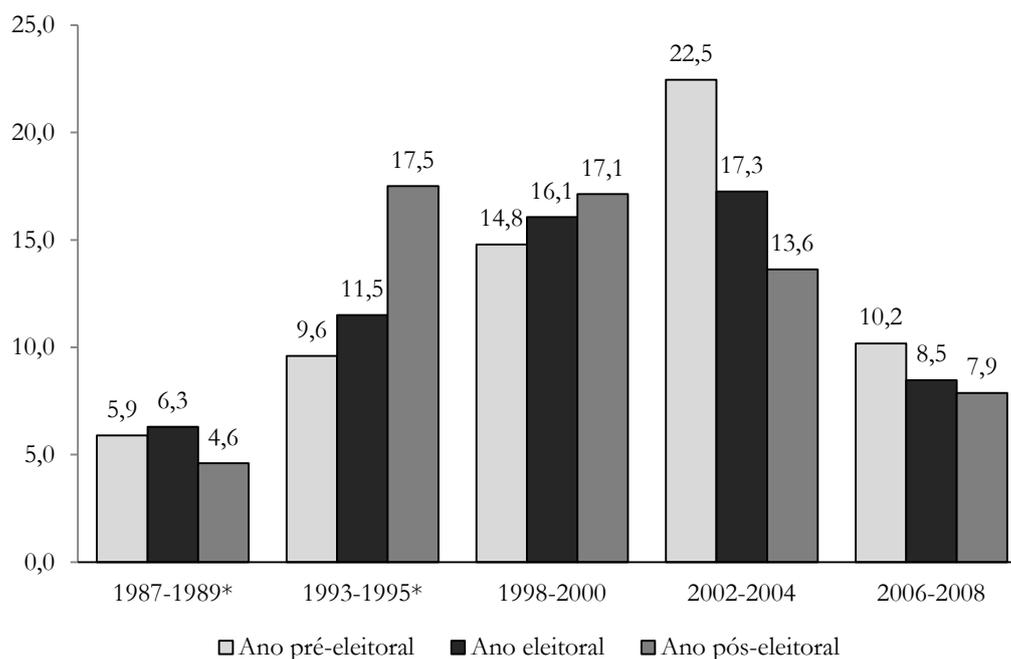
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.1.19 - Venezuela: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais**

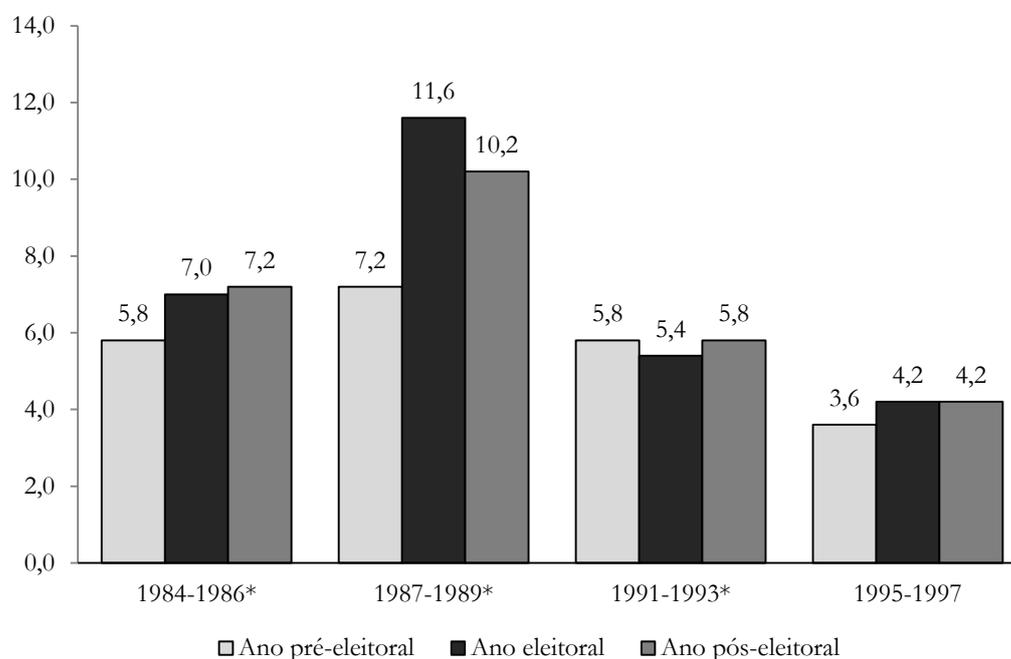
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.1 – América Latina: Evolução média da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

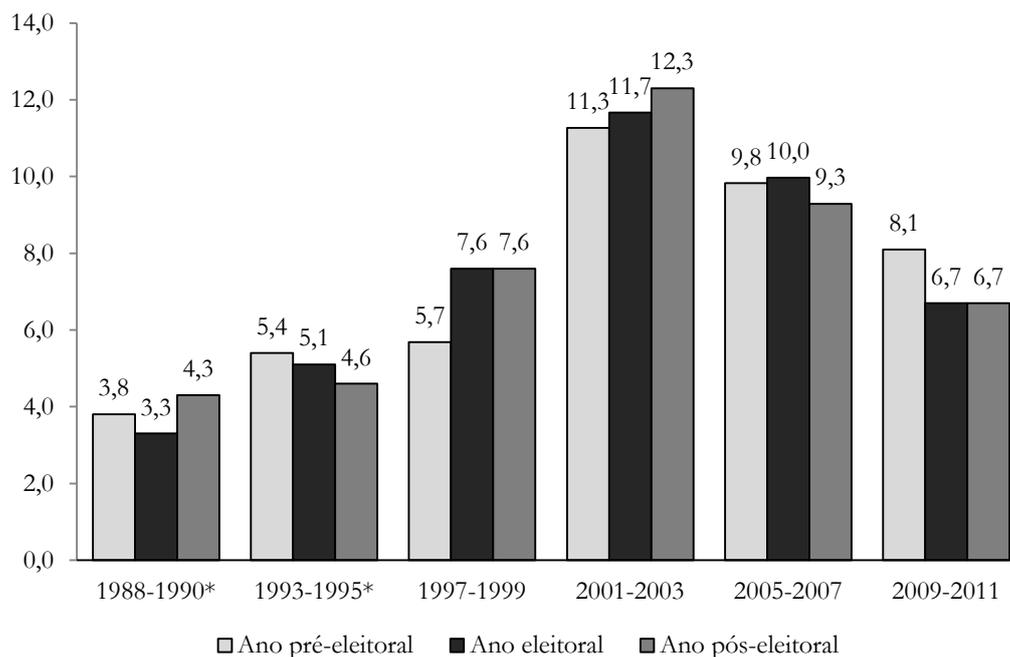
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.2 - Argentina: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

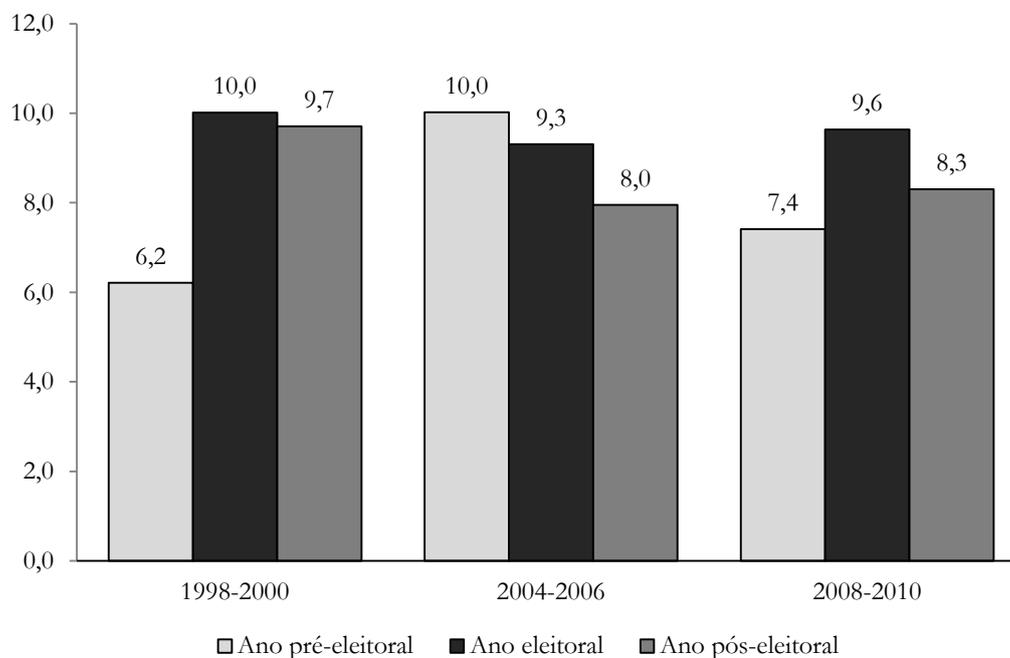
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.3 - Bolívia: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

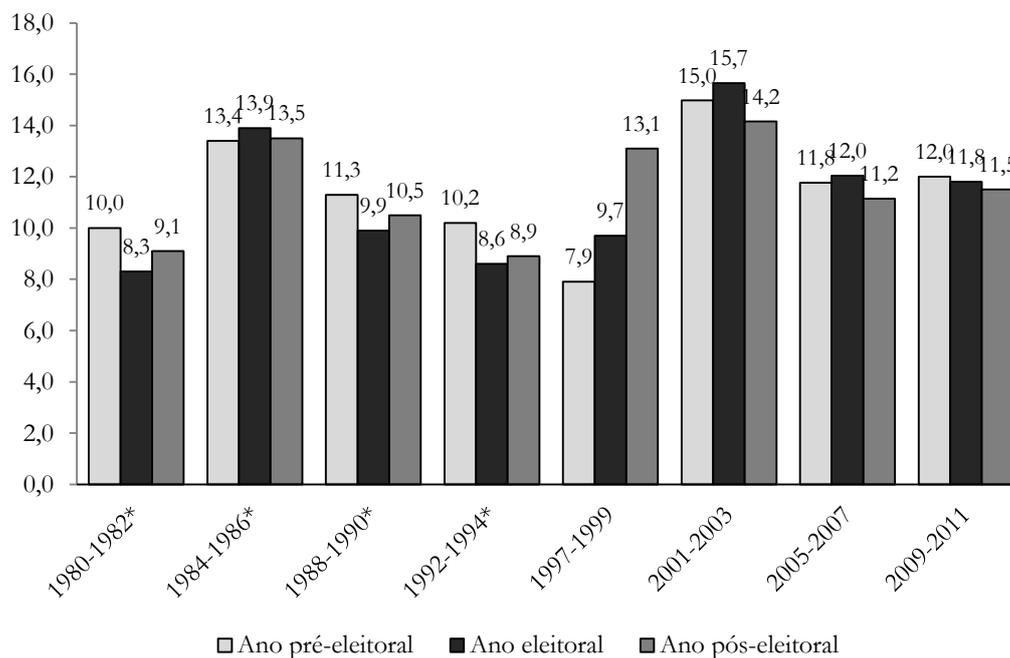
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.4 - Brasil: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

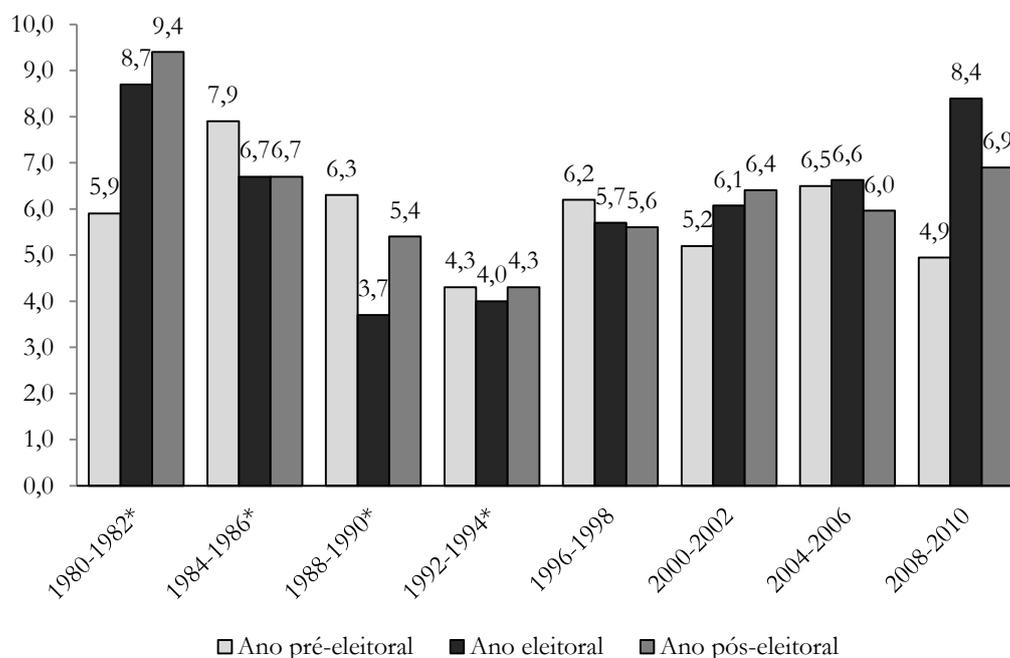
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.5 - Chile: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

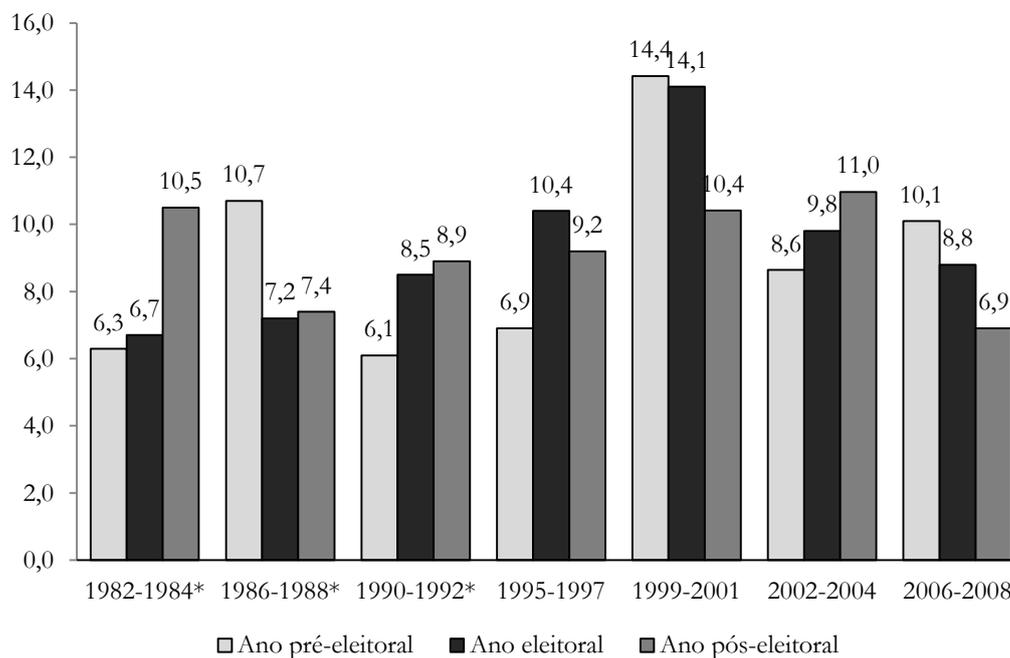
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.2.6 - Colômbia: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

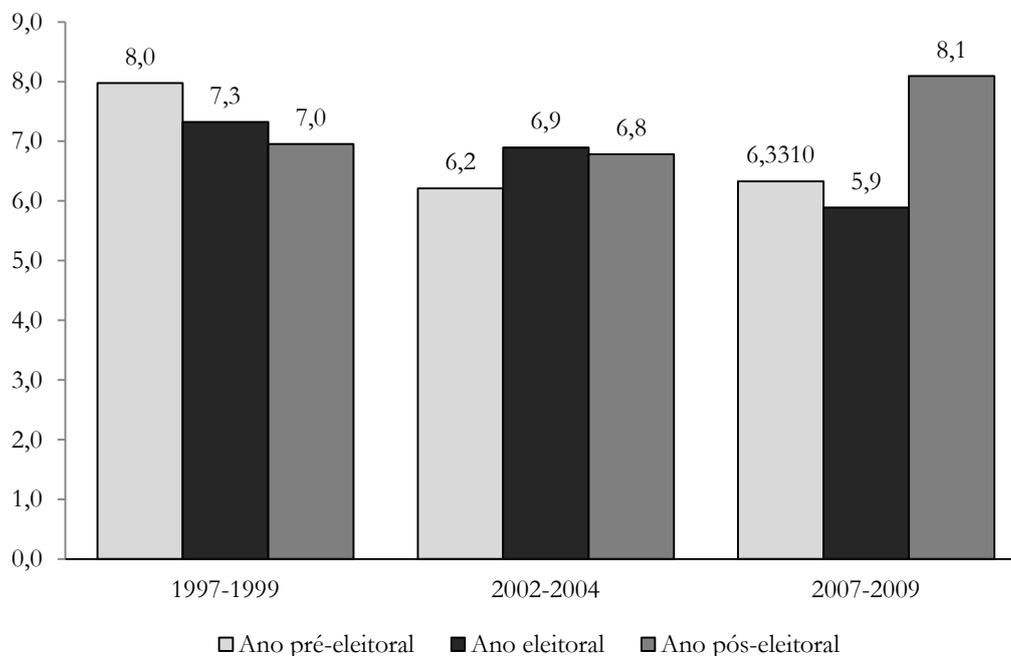
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.7 – Costa Rica: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

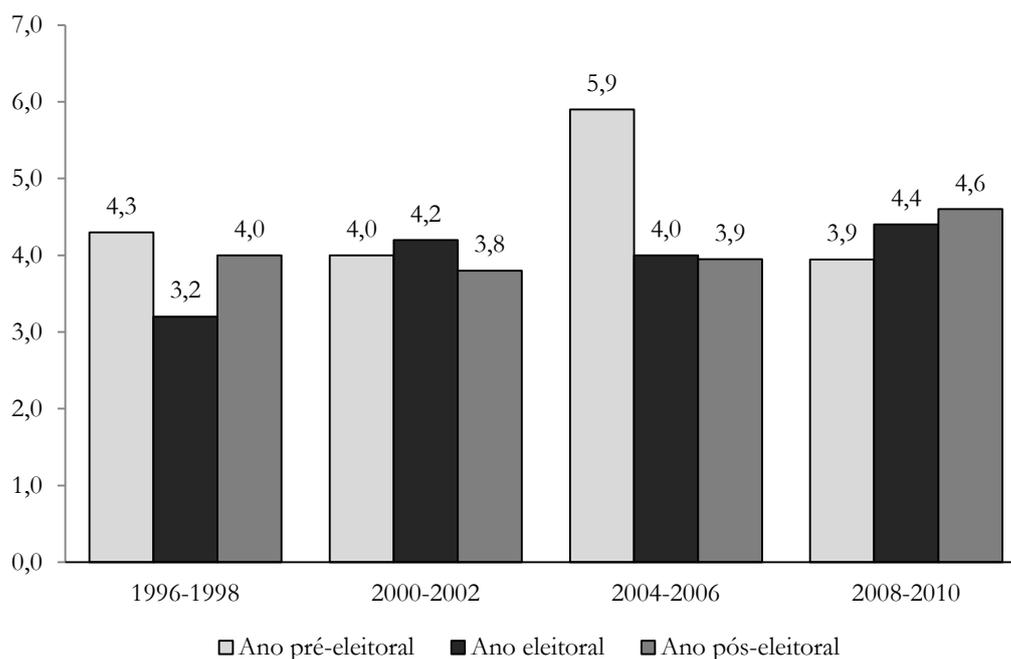
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.8 - Equador: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

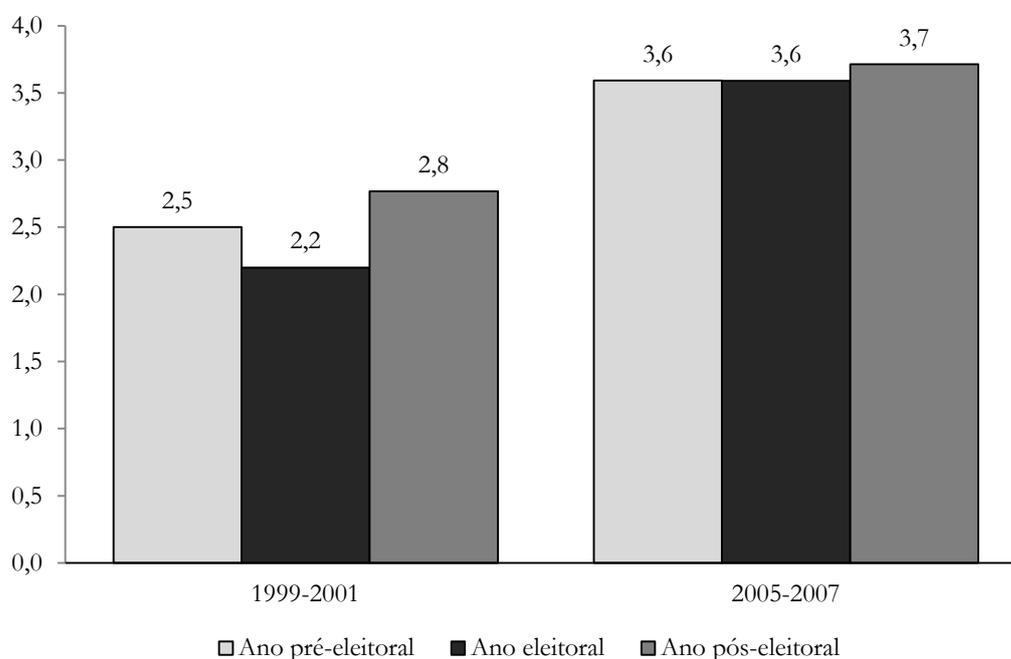
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.9 – El Salvador: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

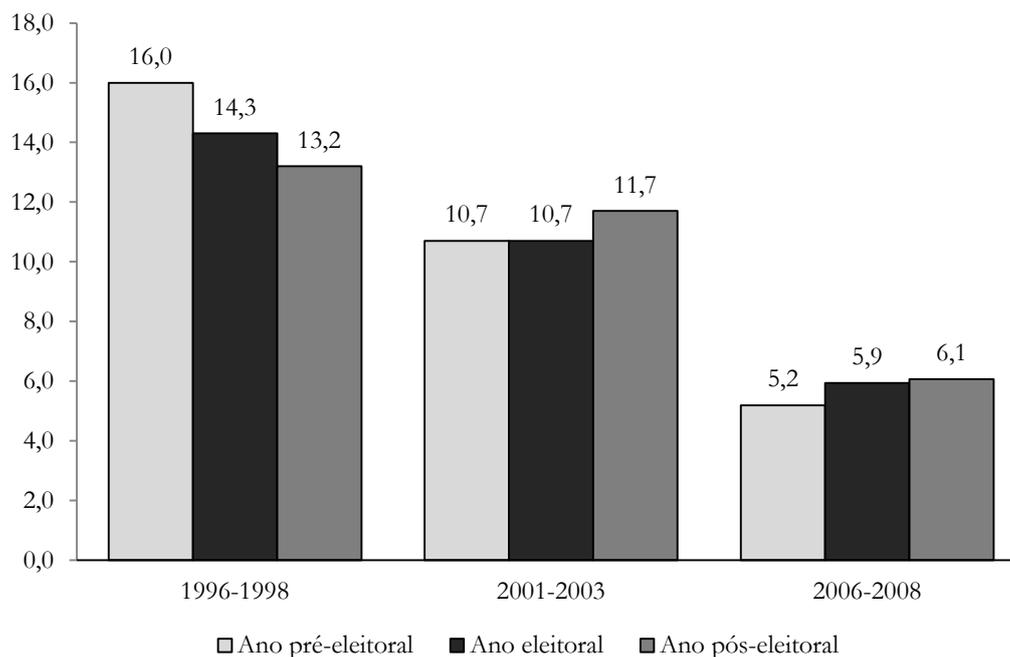
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.2.10 - Honduras: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

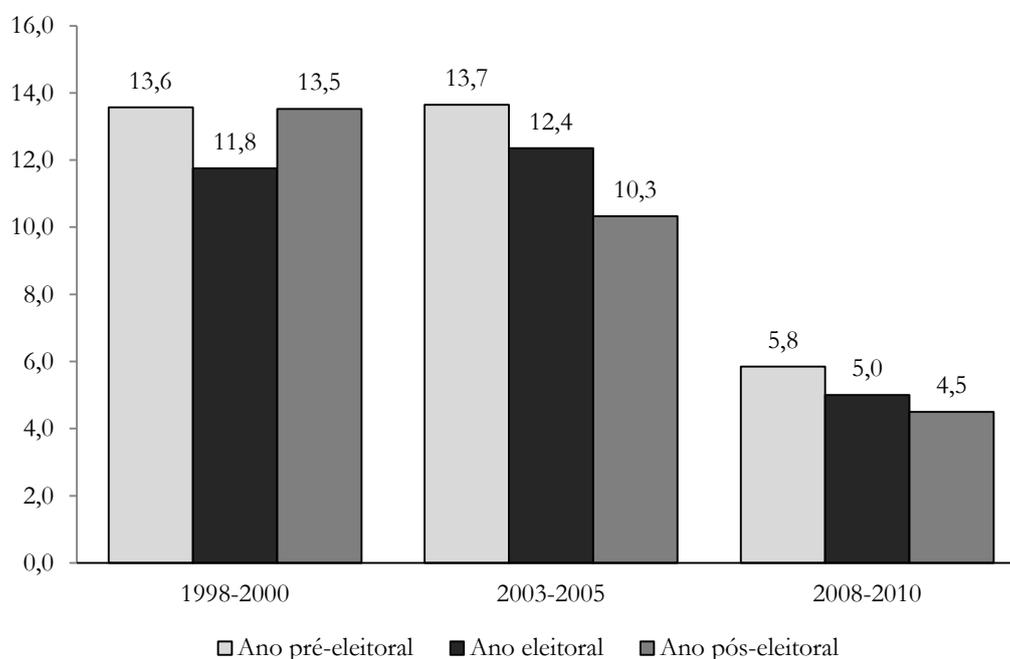
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.2.11 - México: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

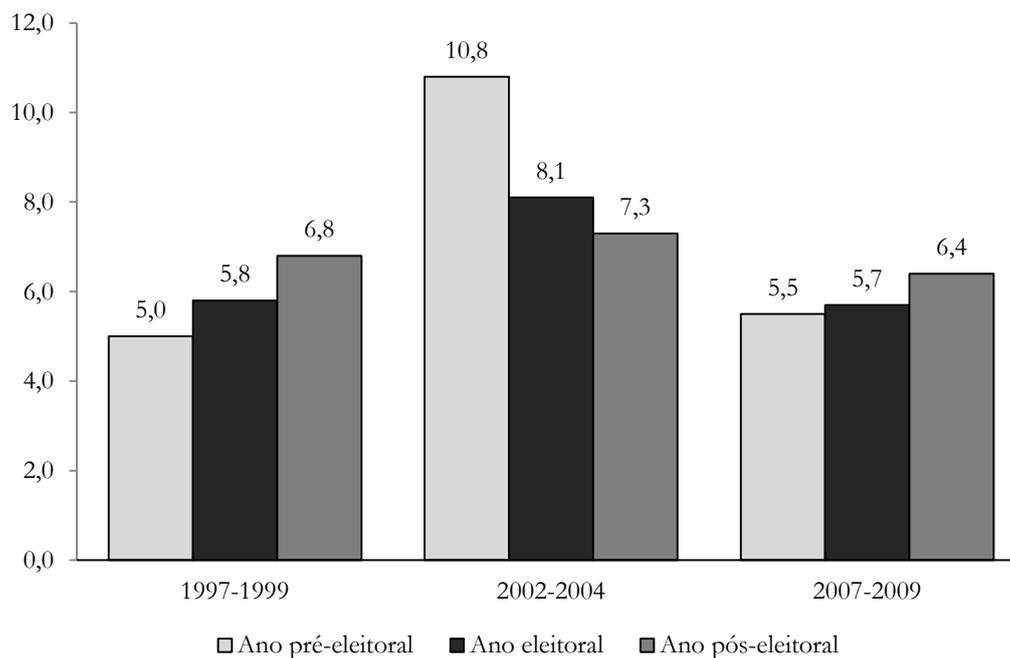
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.2.12 - Nicarágua: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

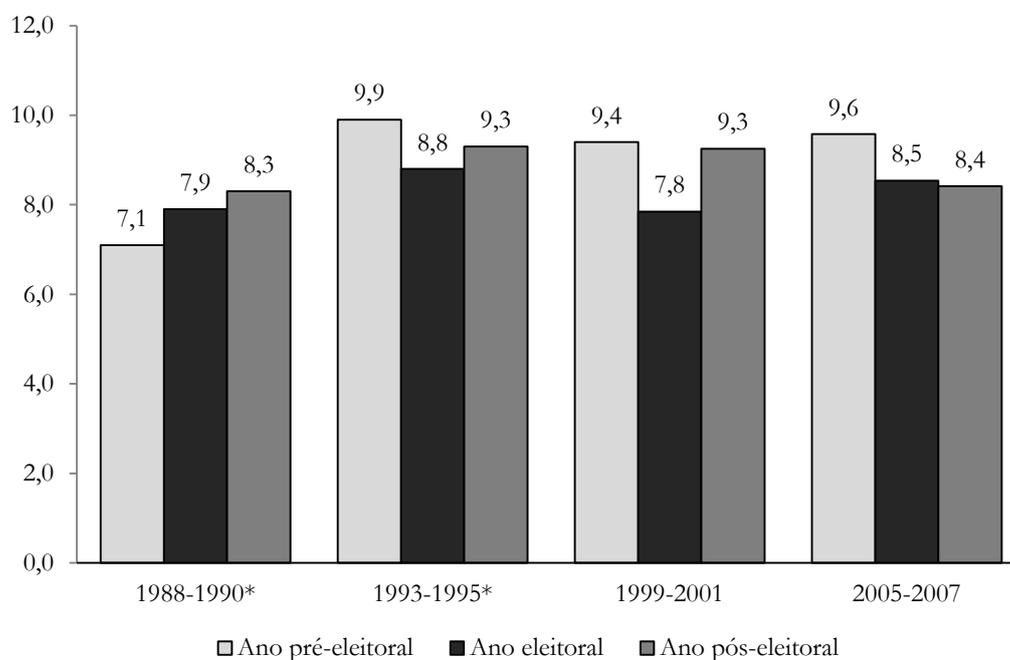
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.2.13 - Panamá: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

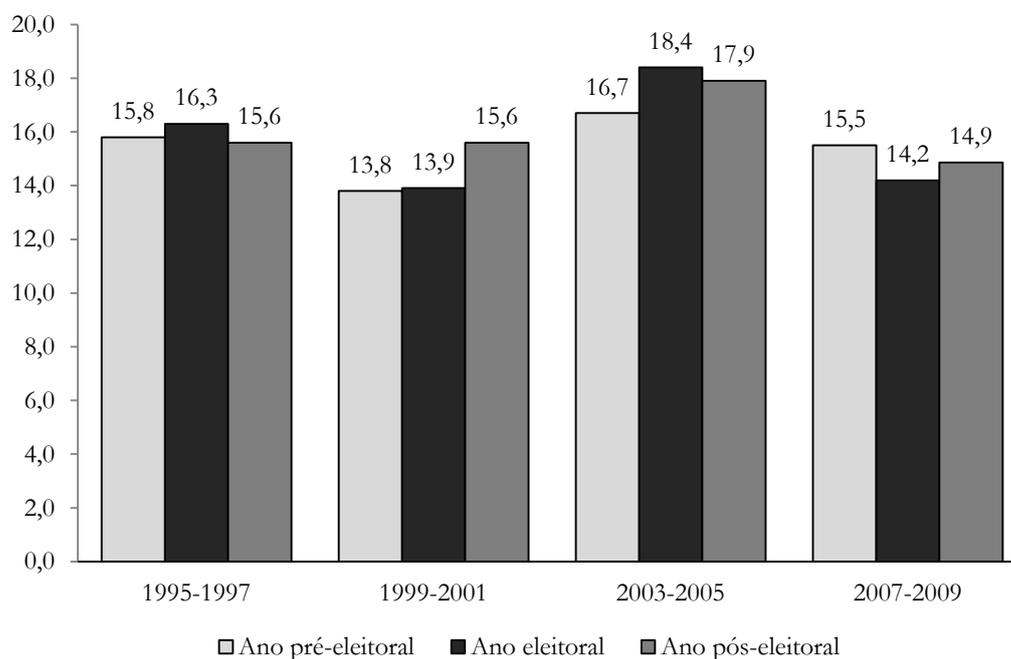
**Gráfico 3.2.14 - Paraguai: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.2.15 - Peru: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

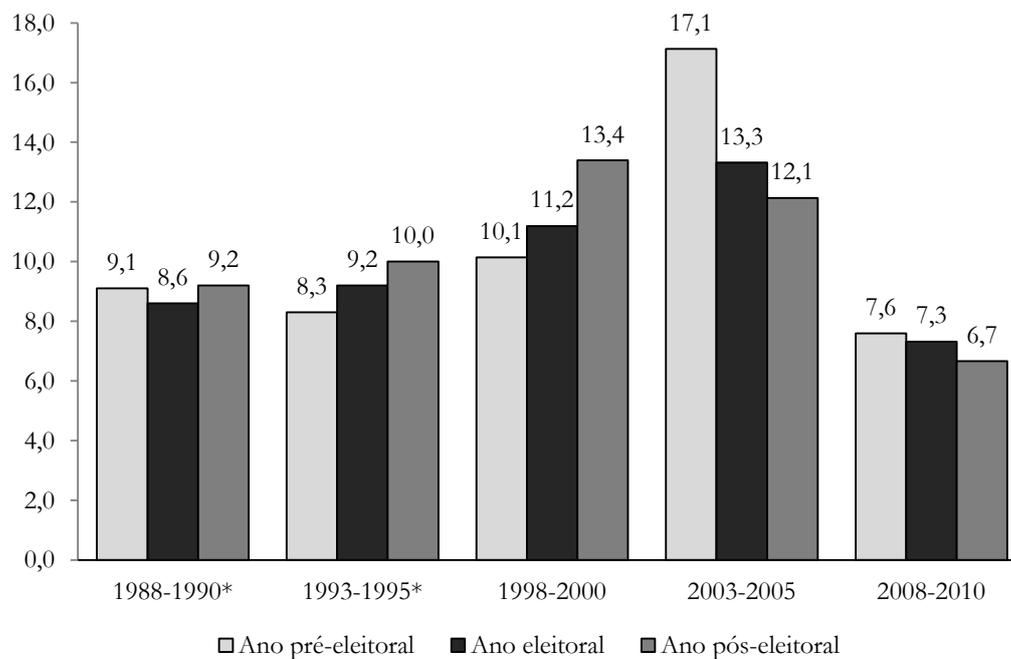
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.16 – República Dominicana: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

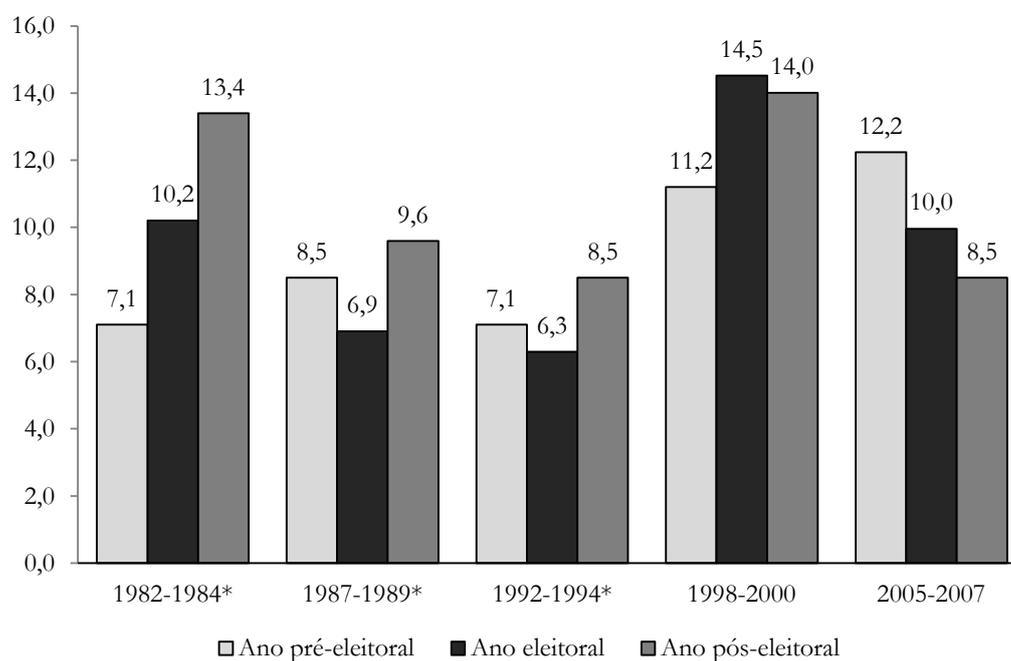


Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

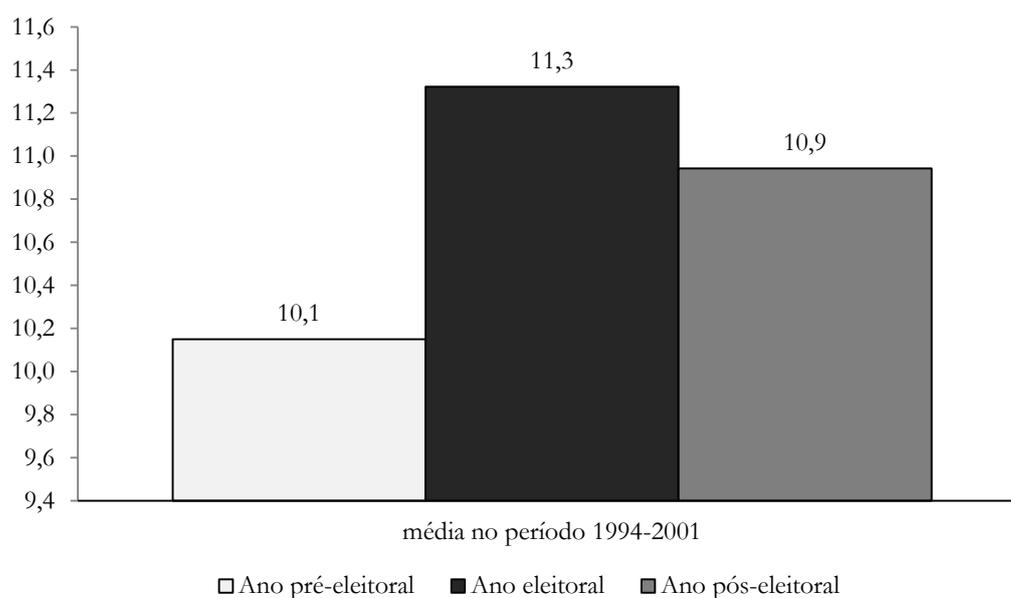
**Gráfico 3.2.17 - Uruguai: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**



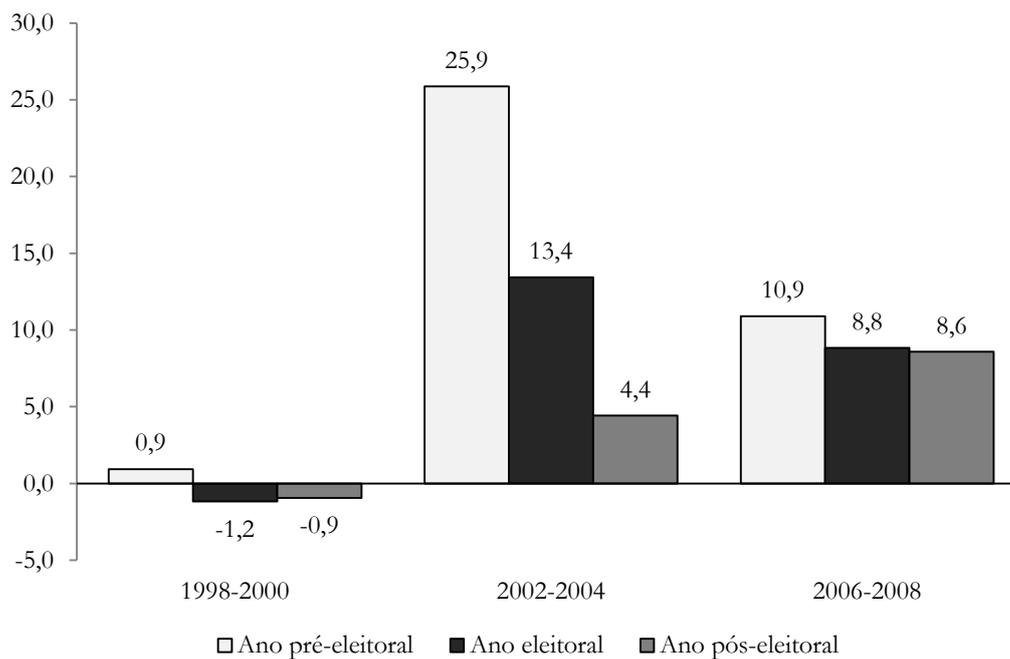
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.2.18 - Venezuela: Evolução da taxa de desemprego % em anos eleitorais**

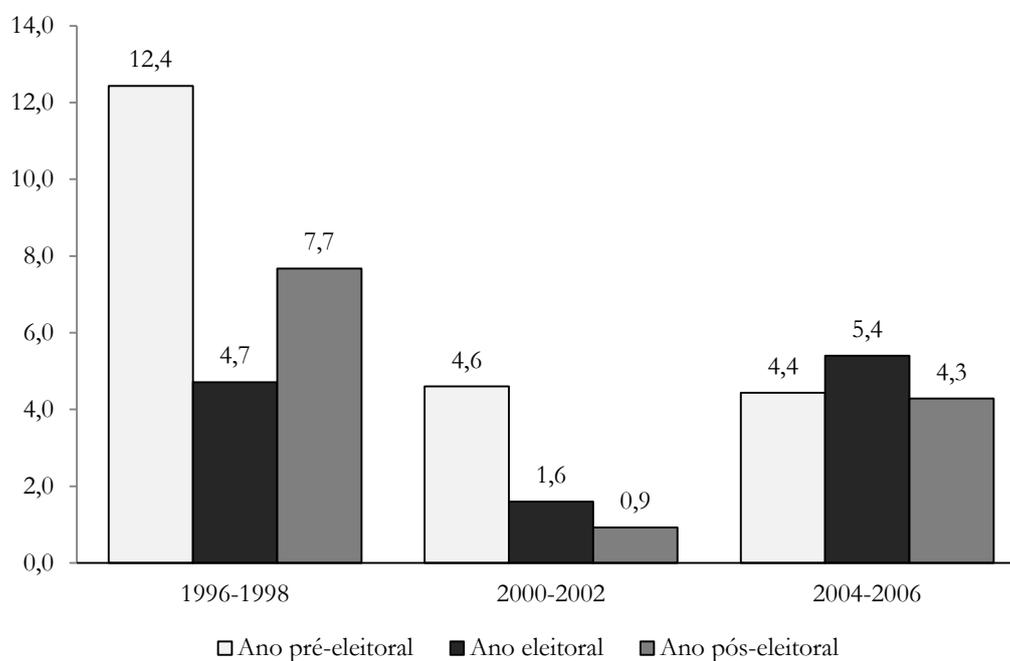
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011 e dados extraídos de Borsani (2003) para o período de 1988 a 1995.

**Gráfico 3.3.1 – América Latina: Evolução média da taxa de inflação em anos eleitorais**

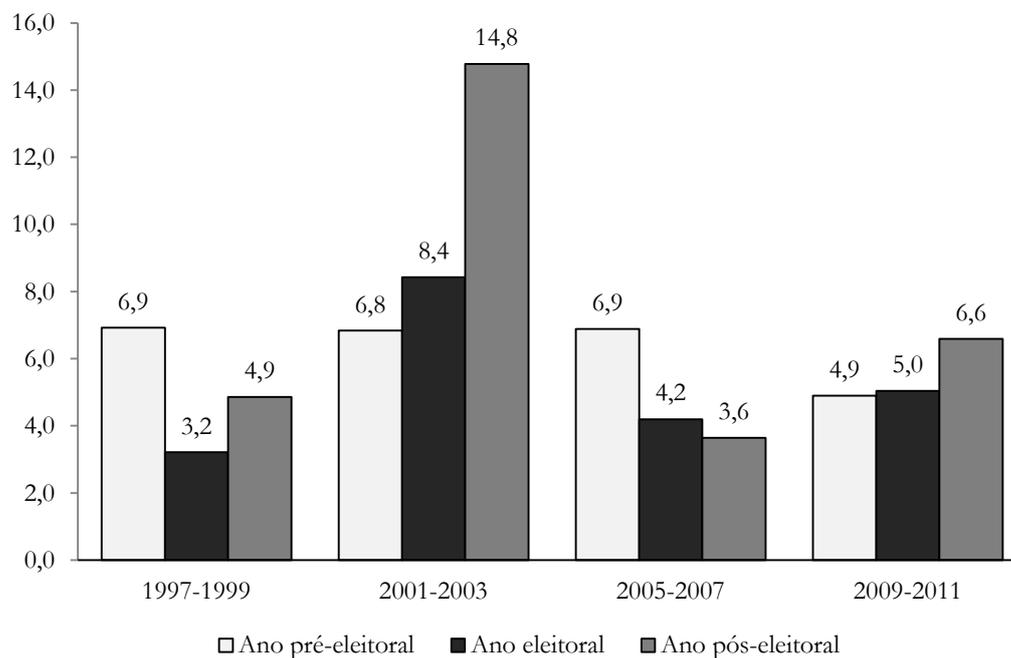
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.2 - Argentina: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

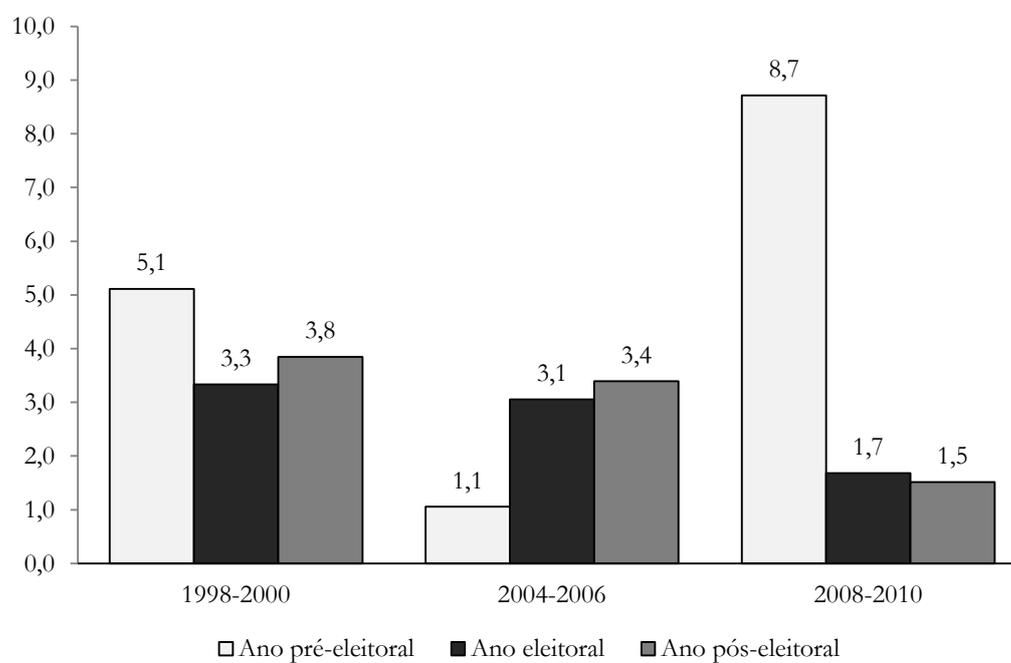
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.3 - Bolívia: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

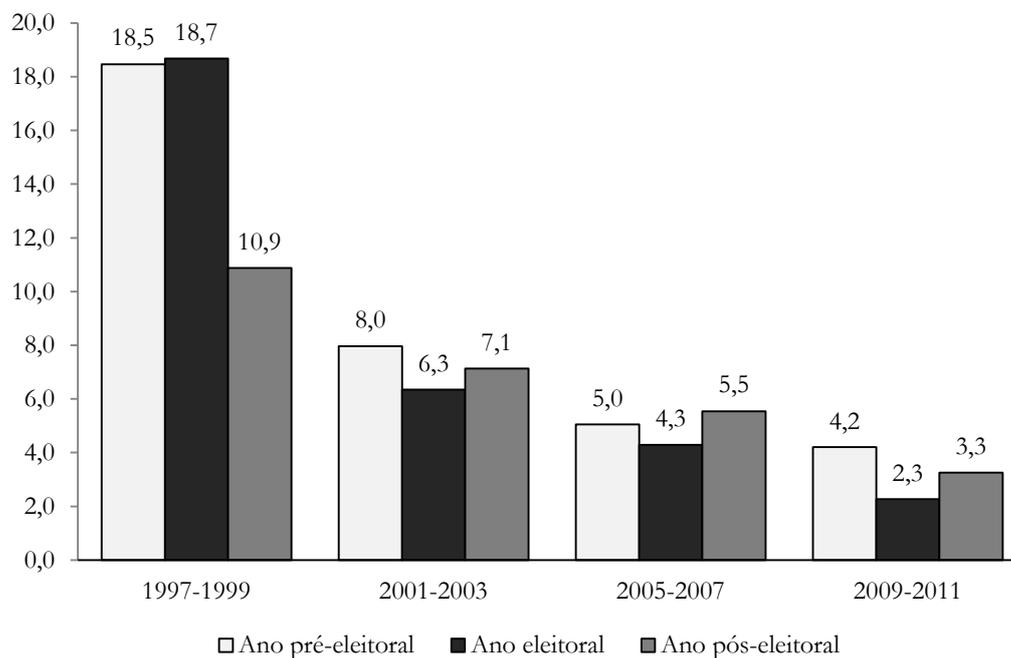
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.4 - Brasil: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

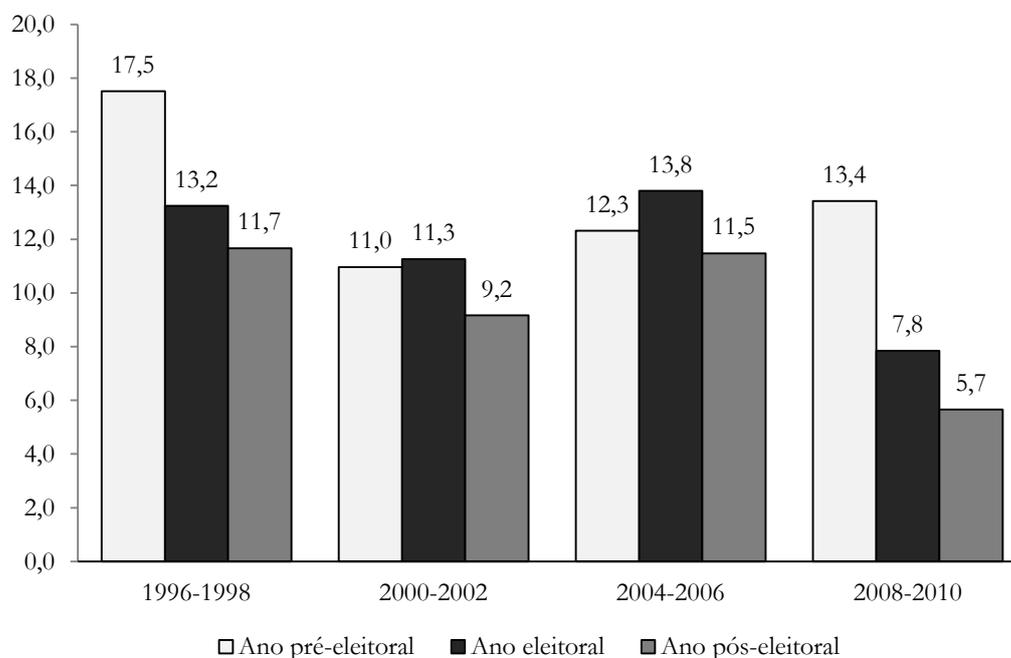
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.5 - Chile: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

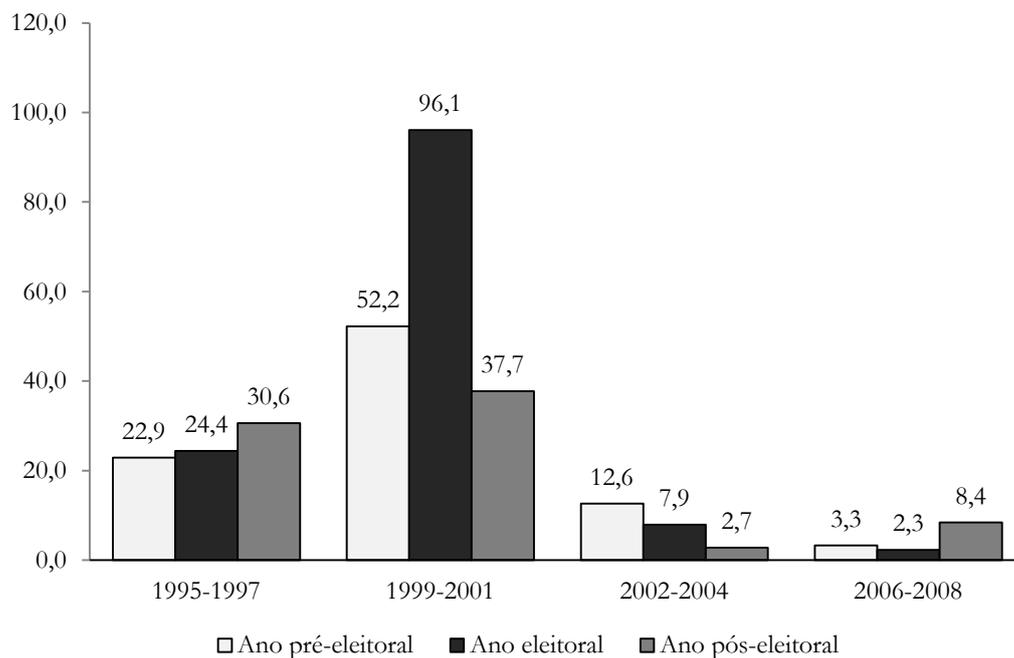
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.6 - Colômbia: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

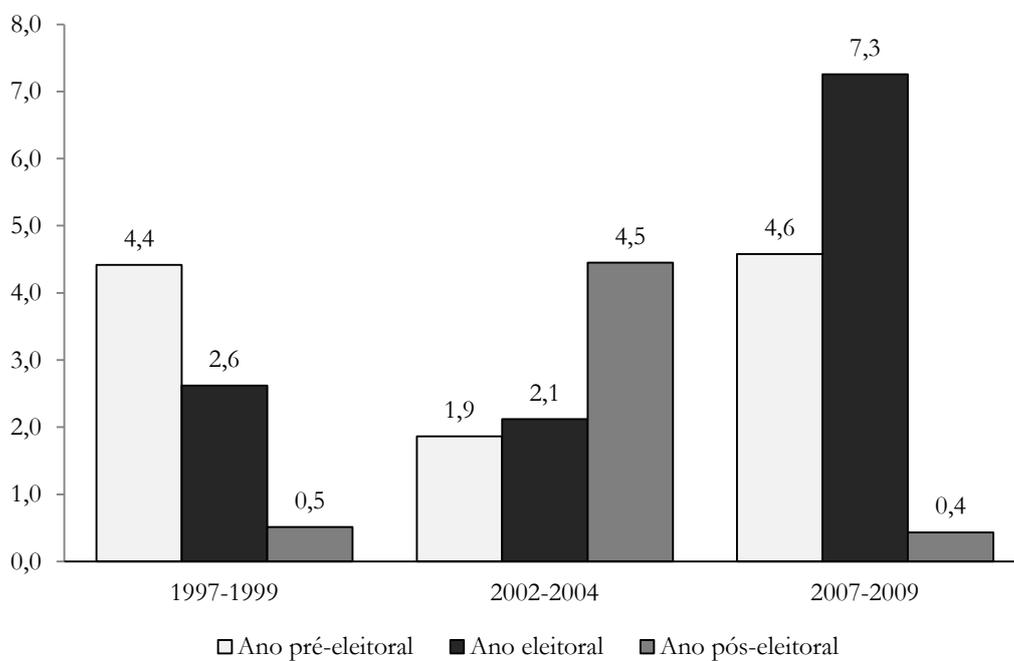
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.7 – Costa Rica: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

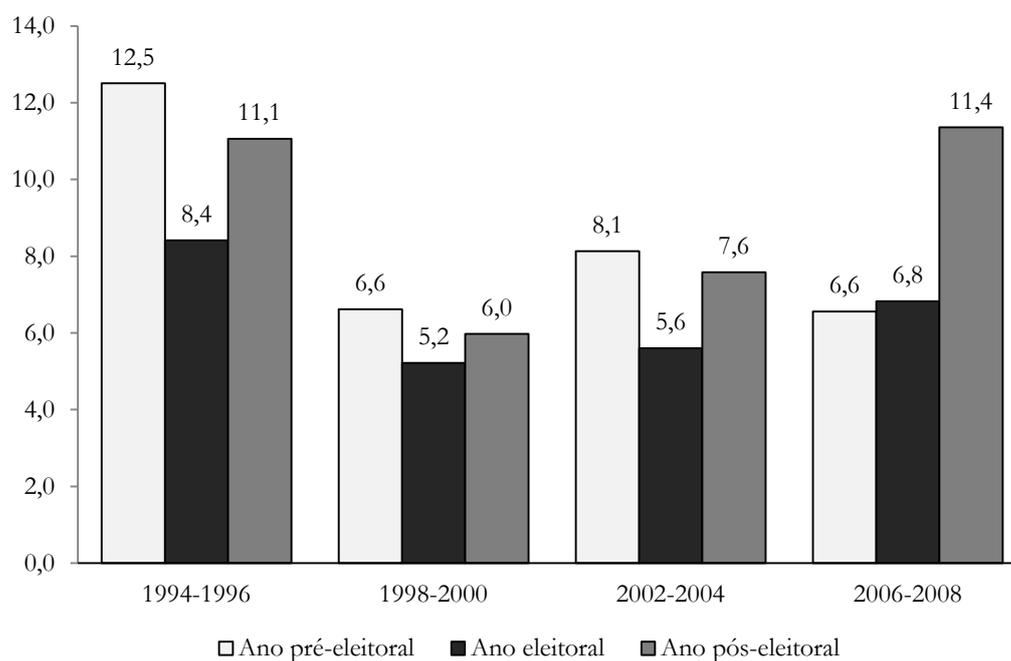
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.8 - Equador: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

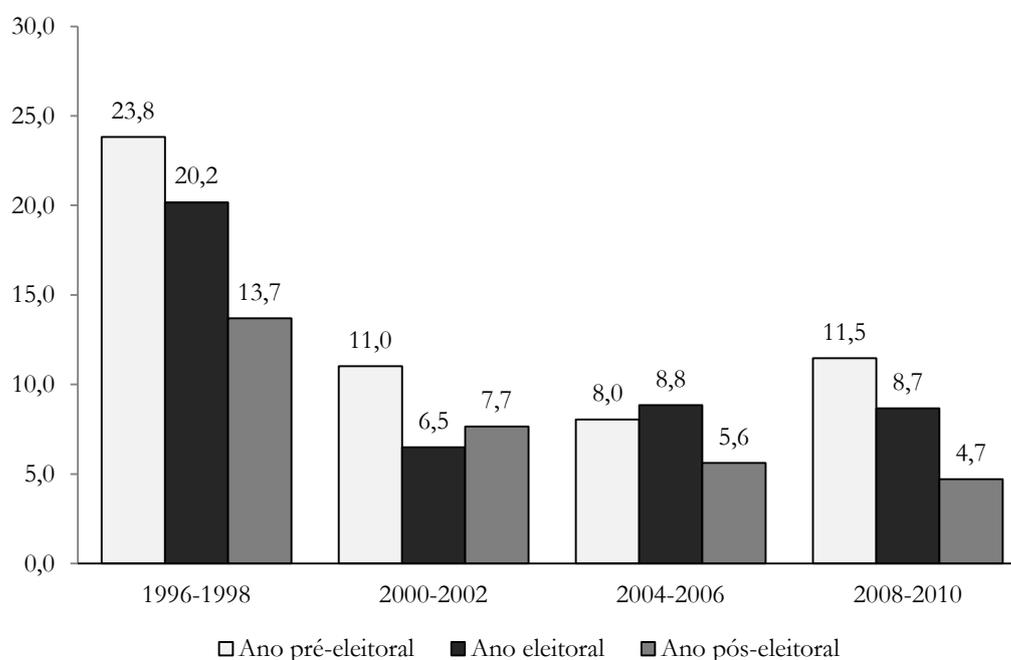
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.9 – El Salvador: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

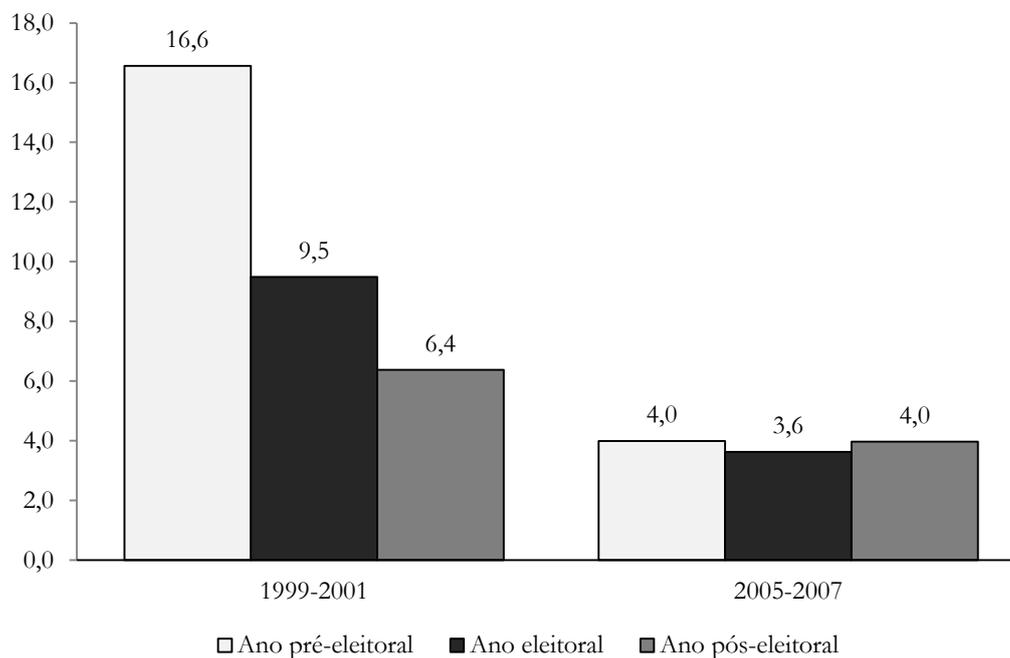
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.10- Guatemala: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

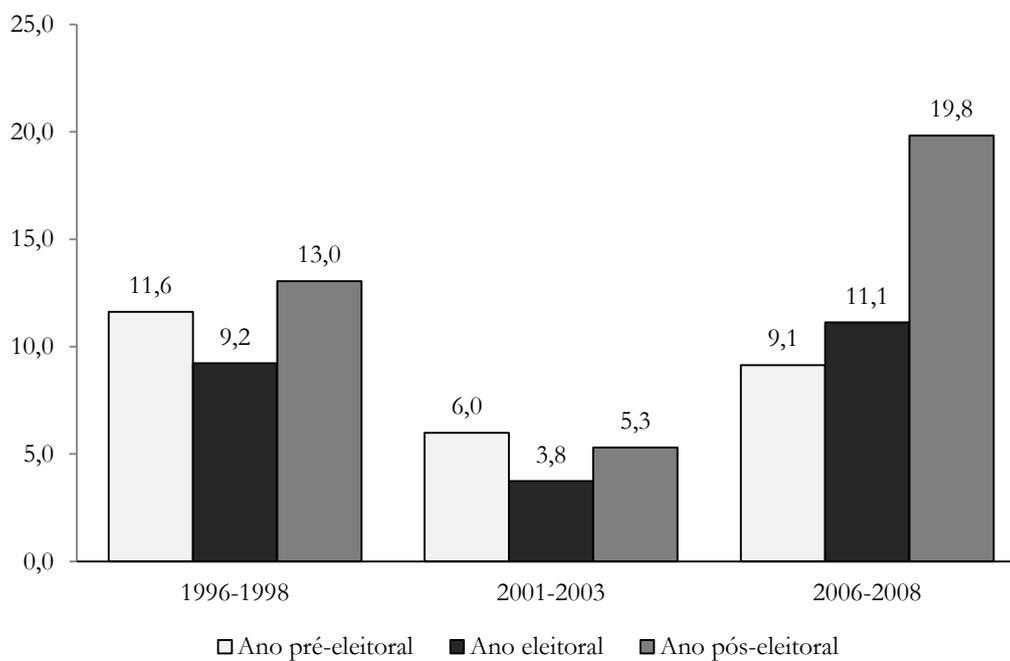
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.11 - Honduras: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

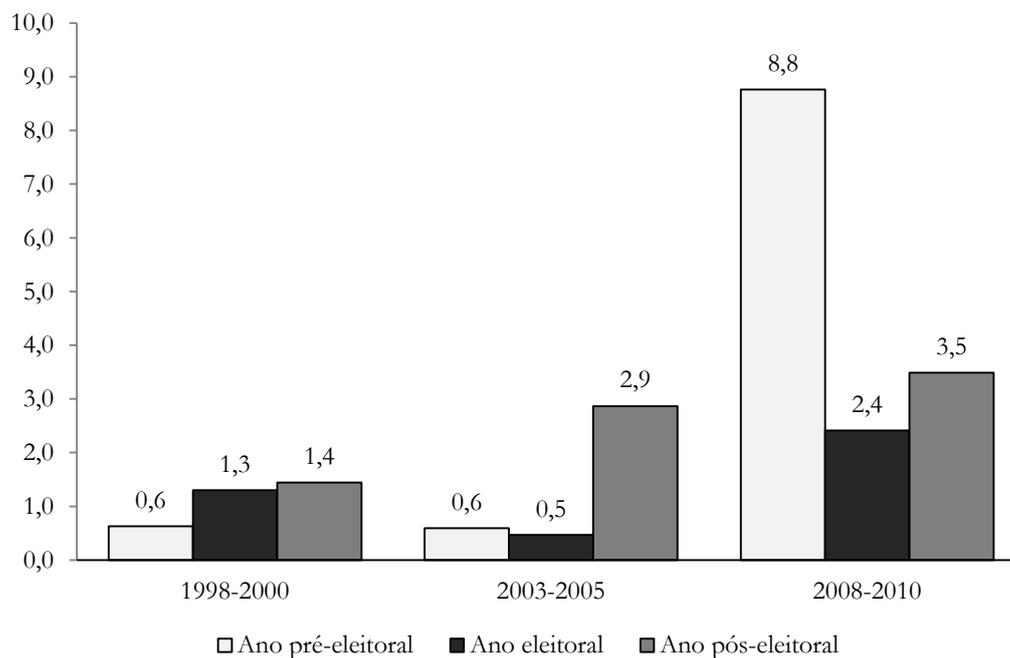
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.12 - México: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

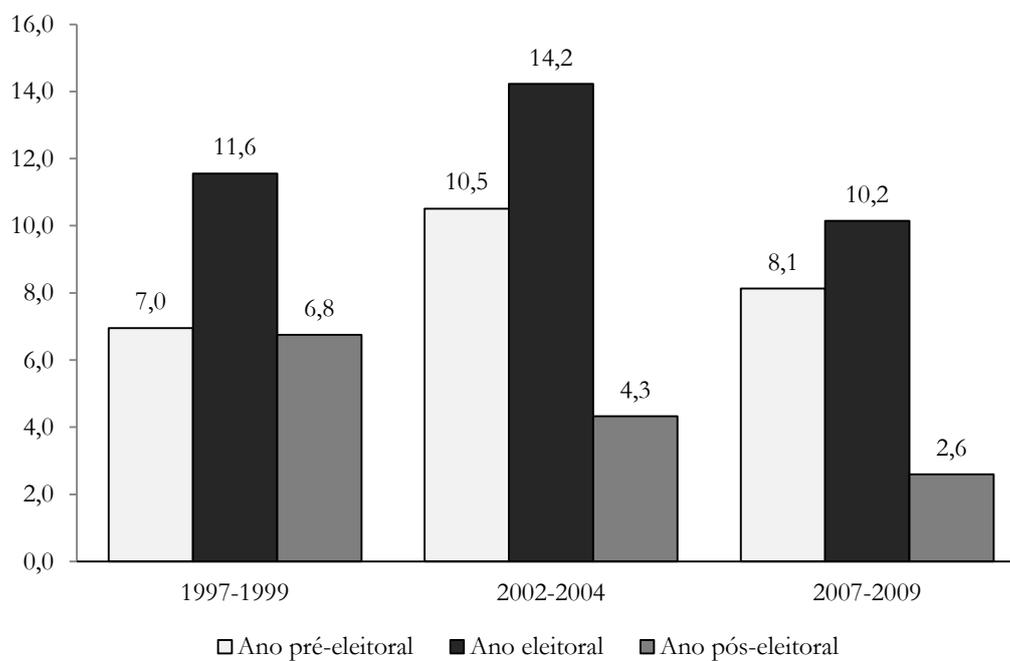
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.13 - Nicarágua: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

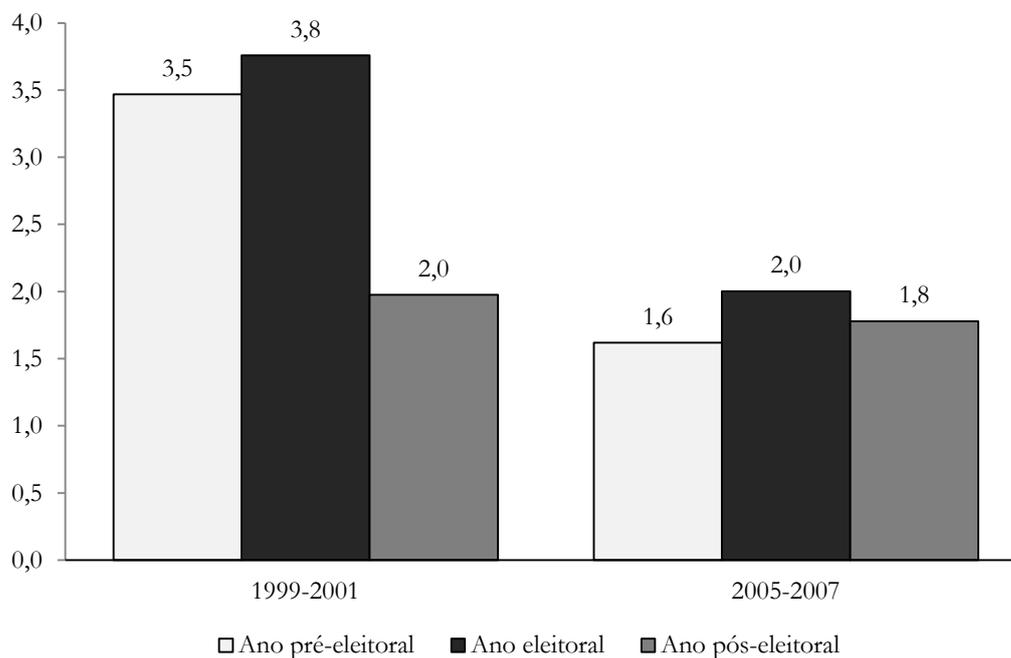
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.14 - Panamá: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

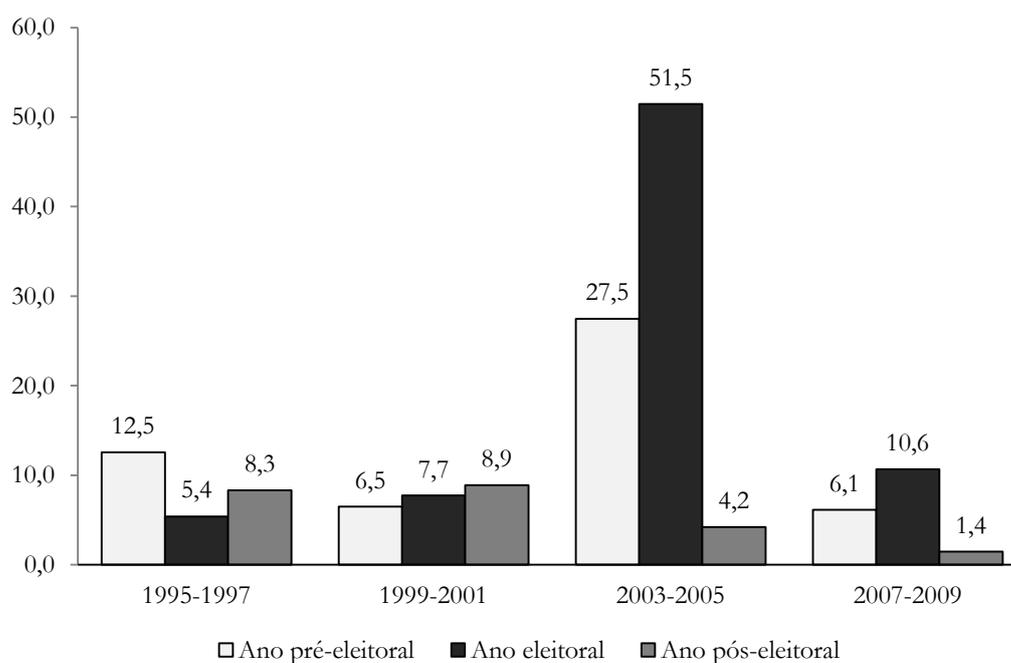
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.15 - Paraguai: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

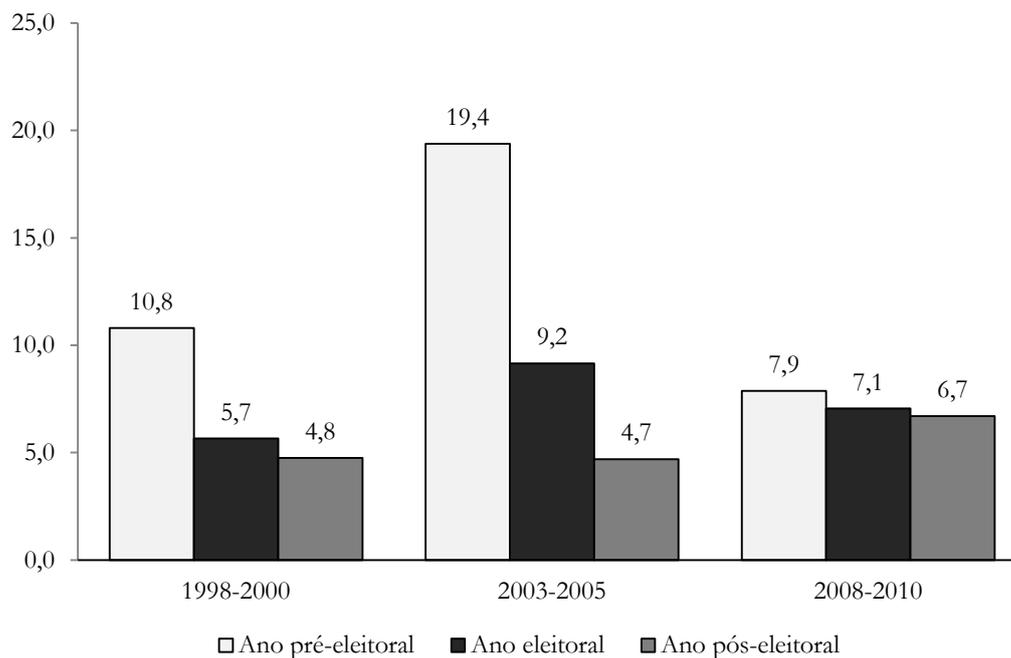
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.16 - Peru: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

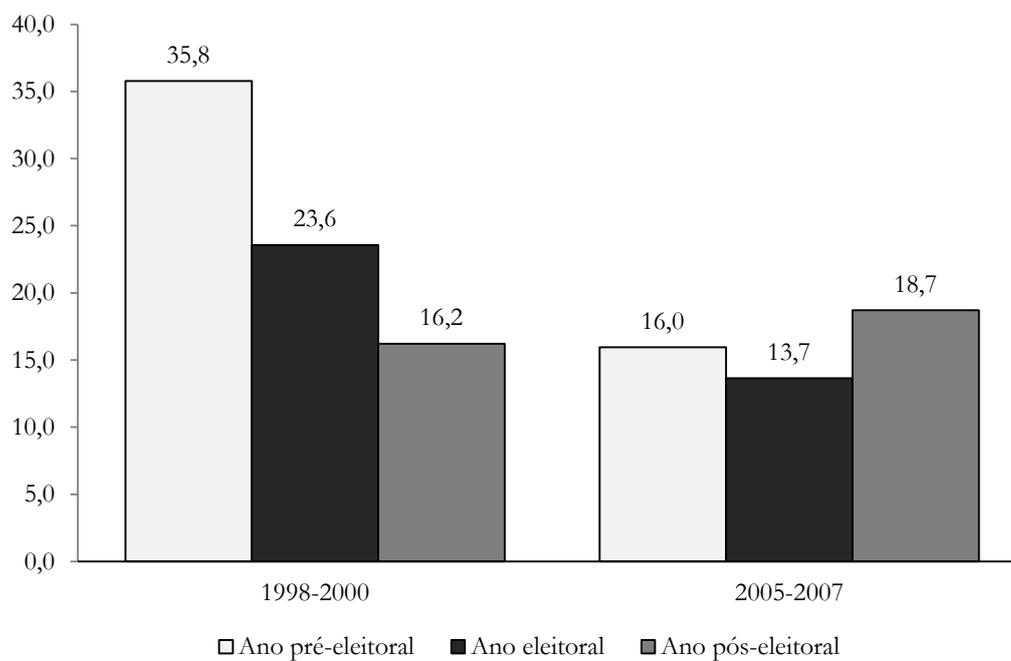
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.17– República Dominicana: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.18 - Uruguai: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.

**Gráfico 3.3.19 - Venezuela: Evolução da taxa de inflação em anos eleitorais**

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do World Economic Outlook Database do FMI para o período de 1994 a 2011.